

Isabel Nunes de Matos

CONVENTO DE SANTA CRUZ DE SINTRA

**Bases para uma Proposta Metodológica de Recuperação,
Manutenção e Valorização**

Volume 1

Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Orientador: Professor Gonçalo Ribeiro Telles

Universidade de Évora

2006

Isabel Nunes de Matos

CONVENTO DE SANTA CRUZ DE SINTRA

**Bases para uma Proposta Metodológica de Recuperação,
Manutenção e Valorização**

Volume 1



160 739

Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Orientador: Professor Gonçalo Ribeiro Telles

Universidade de Évora

2006

Ao Filipe, sempre

AGRADECIMENTOS

A execução da presente dissertação não seria possível sem as ajudas e os impulsos das seguintes pessoas e entidades, para quem dirijo os meus agradecimentos.

Ao meu orientador, Professor Gonçalo Ribeiro Telles pelo acompanhamento metodológico, pelas suas observações e sugestões.

Ao director do Mestrado de Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Professor Virgolino Ferreira Jorge pelo seu apoio e conselhos oportunos bem como pelo encorajamento.

À amiga e colega, Mestre Luísa Silva pelo apoio incondicional durante a prossecução do trabalho.

À Empresa Parques de Sintra – Monte da Lua, em especial na pessoa do Eng.º Manuel Cavalleri, pela cedência de informação e permissão de acesso ao convento de Santa Cruz de Sintra.

À Sandra Loureiro, pela possibilidade de abertura que deu deste trabalho ao mundo.

À Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra, em especial na pessoa da D. Catarina Montoito, pelo apoio na cedência de bibliografia e cuja colaboração reforçou o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus pais por todo o apoio prestado.

Ao Carlos, por todo o apoio e paciência na elaboração do presente trabalho.

RESUMO

Na história do franciscanismo em Portugal, o ano de 1560 marca a fundação do convento de Santa Cruz de Sintra, que se destaca pela interacção particular com o meio envolvente. A sua localização reflecte a escolha dos frades para a prática do seu culto da forma idealizada por S. Francisco de Assis, tendo como filosofia de vida a pobreza evangélica e a prática de obras de caridade, protagonizando a sua vivência da forma mais austera e pobre.

No presente trabalho é avaliado o sítio de implantação da casa religiosa seguido de breve descrição do conjunto arquitectónico e cerca conventual. O sistema hidráulico e os espaços de trabalho da cerca são analisados como elementos fundamentais para a sobrevivência, sendo ainda apresentado um estudo prévio para a recuperação das áreas de horta e pomar.

Com a presente dissertação pretende-se dar um contributo para uma proposta de recuperação, de manutenção e de valorização deste património do ponto de vista paisagístico, enquadrado nas actuais recomendações de protecção de lugares e sítios históricos.

ABSTRACT

SANTA CRUZ DE SINTRA CONVENT

Fundamentals for a Methodological Proposal of Landscape Recovery and Valuation

During the history of Franciscans in Portugal, the year of 1560 marks the foundation of Santa Cruz de Sintra convent, and reveals the particular incidence and close relation with the involving landscape. Its location shows the choice made by the friars of practicing their cult following S. Francisco de Assis idealized way, according to his life philosophy of practicing charity, carrying out his life in the most austere and poor way.

According to the methodology used in this study, the place that encloses the religious house will be evaluated and described as well as the architectural environment and convent's enclosure. Regarding the hydraulic system and the working areas of the enclosure, these elements are analyzed as critical survival values. It will also be presented a previous study for the kitchen-garden and orchard recovery and valuation.

This valuation study pretends to be the fundamentals to a recovery, maintenance and valuation proposal for these existing ecological and cultural values, clearly related with the up-to-date recommendations for historical and cultural classified places protection.

CONVENTO DE SANTA CRUZ DE SINTRA

Bases para uma Proposta Metodológica de Recuperação, Manutenção e Valorização

ÍNDICE

VOLUME I

| | |
|---|----|
| ÍNDICE DE FIGURAS..... | 4 |
| LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS..... | 9 |
| INTRODUÇÃO..... | 10 |
| PARTE I..... | 13 |
| ENQUADRAMENTO BIOFÍSICO E HISTÓRICO..... | 13 |
| 1 – ANÁLISE BIOFÍSICA | 13 |
| 1.1 - <i>A Serra de Sintra</i> | 13 |
| 1.1.1 – Aspectos geológicos e pedológicos..... | 14 |
| 1.1.2 – Caracterização climática | 17 |
| 1.1.3 – Ocupação Humana | 22 |
| 1.1.4 - Paisagem | 24 |
| 2 – RESENHA HISTÓRICA | 33 |
| 2.1 – <i>A Ordem dos Frades Menores</i> | 33 |
| 2.2.1 – A Regra Seráfica e as suas Ramificações | 33 |
| 2.1.2 – O movimento dos Capuchos | 37 |
| 2.1.3 – A vivência e a cultura franciscanas | 39 |
| 2.2 – <i>O Franciscanismo em Portugal</i> | 43 |
| PARTE II..... | 47 |
| O CONVENTO DE SANTA CRUZ..... | 47 |

| | |
|---|------------|
| 3 – O CONVENTO DE SANTA CRUZ | 47 |
| 3.1 – <i>Localização e sítio</i> | 47 |
| 3.2 - <i>O património edificado</i> | 53 |
| 3.2.1 – Descrição | 54 |
| 3.2.2 - A construção | 69 |
| 3.2.3 - Materiais inertes..... | 72 |
| 3.3 – <i>A cerca conventual</i> | 90 |
| 3.3.1 – Acolhimento | 91 |
| 3.3.2 – Convívio e meditação..... | 92 |
| 3.3.3 – Hortas e pomar | 96 |
| 3.3.4 – A mata | 100 |
| 3.4 – <i>Sistema hidráulico</i> | 104 |
| 3.4.1 – Adução e armazenamento | 105 |
| 3.4.2 – Transporte e evacuação | 112 |
| 3.4.3 – Rega..... | 112 |
| 3.4.4 – Organização funcional | 113 |
| 3.5 – <i>O estado actual de conservação do conjunto</i> | 118 |
| PARTE III..... | 120 |
| PROPOSTA DE RECUPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E VALORIZAÇÃO..... | 120 |
| 4 – PROPOSTA METODOLÓGICA DE RECUPERAÇÃO | 120 |
| 4.1 – <i>Conjunto edificado</i> | 121 |
| 4.1.1 – Restauro e conservação dos materiais inertes | 121 |
| 4.2 – <i>Espaços de trabalho</i> | 134 |
| 4.2.1 – Hortas | 137 |
| 4.2.2 – Pomar | 146 |
| 4.3 – <i>A mata</i> | 148 |
| 4.4 – <i>Espaço de acolhimento</i> | 150 |
| 5 – MANUTENÇÃO E VALORIZAÇÃO..... | 151 |
| CONCLUSÕES | 157 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 160 |

VOLUME II

| | | |
|------------|---|-----------------------------------|
| Desenho 01 | Planta de localização | Esc. 1/25 000 |
| Desenho 02 | Corte topográfico | Esc. 1/25 000 |
| Desenho 03 | Carta topográfica | Esc. 1/2 000 |
| Desenho 04 | Levantamento topográfico | Esc. 1/500 |
| Desenho 05 | Mapeamento de inertes | Esc. 1/500 |
| Desenho 06 | Representação de patologias – Colonização biológica | Esc. 1/500 |
| Desenho 07 | Representação de patologias – Outras patologias | Esc. 1/500 |
| Desenho 08 | Levantamento da vegetação existente | Esc. 1/500 |
| Desenho 09 | Estruturas hidráulicas existentes – Tanques | Esc. 1/1 000; 1/20; 1/10 |
| Desenho 10 | Estruturas hidráulicas existentes – Outras | Esc. 1/1 000; 1/25; 1/20; 1/10 |
| Desenho 11 | Rede de rega | Esc. 1/500 |
| Desenho 12 | Estado de conservação | Esc. 1/500 |
| Desenho 13 | Proposta de recuperação e manutenção | Esc. 1/500 |
| Desenho 14 | Estudo prévio | Esc. 1/200 |

Nota: Desenhos da autora a partir de elementos fornecidos pela PSML

ÍNDICE DE FIGURAS

| | | |
|----------|---|----|
| Figura 1 | Situação do concelho de Sintra | |
| | Fonte: BOLÉO, José, <i>Sintra e seu Termo</i> , 2ª edição, Ed. Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1973, p.9 | 14 |
| Figura 2 | Carta de solos – Unidades pedológicas - (segundo o esquema da FAO para a Carta de Solos da Europa) | |
| | Fonte: BOLÉO, José, <i>Sintra e seu Termo</i> , 2ª edição, Ed. Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1973, p.12 | 17 |
| Figura 3 | Quadro das temperaturas médias do ar na Pena e em Sintra (Vila) | 18 |
| Figura 4 | Temperatura média do ar | |
| | Fonte: BOLÉO, José, <i>Sintra e seu Termo</i> , 2ª edição, Ed. Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1973, p.11 | 18 |
| Figura 5 | Precipitação – valores médios anuais | |
| | Fonte: BOLÉO, José, <i>Sintra e seu Termo</i> , 2ª edição, Ed. Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1973, p.11 | 19 |
| Figura 6 | Gráfico termo-pluviométrico da estação meteorológica da Sintra/C. Mouros | 20 |
| | Fonte: BOLÉO, José, <i>Sintra e seu Termo</i> , 2ª edição, Ed. Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1973, p.12 | |
| Figura 7 | Radiação solar – valores médios anuais | |
| | Fonte: BOLÉO, José, <i>Sintra e seu Termo</i> , 2ª edição, Ed. Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1973, p.10 | 21 |
| Figura 8 | Insolação – valores médios anuais | |
| | Fonte: BOLÉO, José, <i>Sintra e seu Termo</i> , 2ª edição, Ed. Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1973, p.10 | 21 |
| Figura 9 | Unidades de paisagem | |
| | Fonte: BOLÉO, José, <i>Sintra e seu Termo</i> , 2ª edição, Ed. Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1973, p.14 | 25 |

| | | |
|-----------|--|----|
| Figura 10 | Esquema de tipologias de paisagem | |
| | Fonte: BOLÉO, José, <i>Sintra e seu Termo</i> , 2ª edição, Ed. Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1973, p.16 | 25 |
| Figura 11 | Esboço de usos do solo | |
| | Fonte: BOLÉO, José, <i>Sintra e seu Termo</i> , 2ª edição, Ed. Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1973, p.12 | 26 |
| Figura 12 | Carta ecológica – fito-edáfico-climática | |
| | Fonte: BOLÉO, José, <i>Sintra e seu Termo</i> , 2ª edição, Ed. Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1973, p.14 | 32 |
| Figura 13 | Localização do convento na carta militar | 48 |
| Figura 14 | Marco viário do séc. XVII | |
| | Fonte: AZEVEDO, José Alfredo, «O Convento dos Capuchos», <i>Recantos e Espaços</i> , vol. II, Ed. Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1997, pp. 53-68. | 49 |
| Figura 15 | Corte topográfico efectuado a partir da carta militar e localização do convento | 50 |
| Figura 16 | Cortes de implantação do edifício | |
| | Fonte: DGEMN, www.monumentos.pt | 55 |
| Figura 17 | Plantas das coberturas | |
| | Fonte: DGEMN, www.monumentos.pt | 56 |
| Figura 18 | Entrada no convento | 57 |
| Figura 19 | Planta do 1º piso | |
| | Fonte: GASPAR, Nuno Miguel, <i>O Convento dos Capuchos da Serra de Sintra – Percorso Histórico e Guia Interpretativo</i> , Cacém, VoxGo – Centro Editorial, Lda., 2005, p.72 | 58 |
| Figura 20 | Fonte de espaldar no Terreiro da Fonte | 58 |
| Figura 21 | Alpendre do convento | 59 |
| Figura 22 | Interior da igreja actualmente | 61 |

| | | |
|-----------|--|----|
| Figura 23 | Planta do 2º piso | |
| | Fonte: GASPAR, Nuno Miguel, <i>O Convento dos Capuchos da Serra de Sintra – Percurso Histórico e Guia Interpretativo</i> , Cacém, VoxGo – Centro Editorial, Lda., 2005, p.73 | 62 |
| Figura 24 | Corredor de acesso às celas individuais | 62 |
| Figura 25 | Interior da cozinha com <i>ministra</i> | 64 |
| Figura 26 | Casa das águas | 65 |
| Figura 27 | Planta do 3º piso | |
| | Fonte: GASPAR, Nuno Miguel, <i>O Convento dos Capuchos da Serra de Sintra – Percurso Histórico e Guia Interpretativo</i> , Cacém, VoxGo – Centro Editorial, Lda., 2005, p.74 | 66 |
| Figura 28 | Casa do Capítulo | 66 |
| Figura 29 | Claustro | 67 |
| Figura 30 | Tanque do claustro e capela do Senhor do Horto | 68 |
| Figura 31 | Vista parcial do edifício a partir do claustro | 69 |
| Figura 32 | Estacionamento | 71 |
| Figura 33 | Blocos de granito | 73 |
| Figura 34 | Parede de granito no interior do convento com visualização de anteriores intervenções | 75 |
| Figura 35 | Aplicação de cortiça no interior do convento | 76 |
| Figura 36 | Azulejos no interior da capela do convento | 78 |
| Figura 37 | Aplicação de conchas na casa de fresco | 79 |
| Figura 38 | Mármore no altar da igreja | 80 |
| Figura 39 | Brasão dos Castro, em mármore | 81 |
| Figura 40 | Alteração do granito nas paredes | 83 |
| Figura 41 | Estado das paredes no interior do convento por humidade | 84 |
| Figura 42 | Colonização biológica do granito | 85 |

| | | |
|-----------|--|-----|
| Figura 43 | Presença de líquenes nos blocos de granito junto à gruta do Frei Honório | 87 |
| Figura 44 | Presença de musgo nos blocos de granito | 87 |
| Figura 45 | Presença de plantas superiores na fonte do claustro | 88 |
| Figura 46 | Zona de acolhimento | 92 |
| Figura 47 | Vista geral do claustro | 93 |
| Figura 48 | Vista parcial da zona das hortas | 98 |
| Figura 49 | Provável localização do pomar | 99 |
| Figura 50 | Interior da mina do Alto da Memória | 106 |
| Figura 51 | Mina do Alto da Memória – pormenor das paredes | 106 |
| Figura 52 | Mina do Alto da Memória – pormenor do tecto | 106 |
| Figura 53 | Mina do Alto da Memória – caixa de decantação | 106 |
| Figura 54 | Casa de fresco | 107 |
| Figura 55 | Cisterna da casa das águas | 108 |
| Figura 56 | Cisterna e caixa de decantação na casa das águas | 108 |
| Figura 57 | Casa das águas – pormenor das latrinas e caleira | 109 |
| Figura 58 | Tanque 1 | 111 |
| Figura 59 | Tanque 2 | 111 |
| Figura 60 | Tanque 3 | 111 |
| Figura 61 | Caleira de transporte de água para rega | 113 |
| Figura 62 | Caleira de transporte de água para rega | 113 |
| Figura 63 | Tanque 3 com saída de água à cota 316,00m por regadeira | 117 |
| Figura 64 | Ataque do granito por colonização biológica | 123 |
| Figura 65 | Ataque do granito por colonização biológica | 123 |
| Figura 66 | Muro da fonte do claustro com plantas superiores | 125 |

| | | |
|------------------|--|------------|
| Figura 67 | Muro de suporte com alvenaria de pedra à vista e infestado de plantas superiores | 127 |
| Figura 68 | Muro de suporte na zona das hortas | 128 |
| Figura 69 | Aplicação de cortiça como revestimento apresentando ataque por agentes biológicos | 130 |
| Figura 70 | Caminho da mata de difícil acessibilidade | 133 |
| Figura 71 | Caminho da mata com falhas de blocos de granito | 133 |
| Figura 72 | Zona de localização da área de horta e pomar | 136 |
| Figura 73 | Estudo prévio para horta e pomar | 136 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Ao longo deste trabalho adoptou-se como norma de notação a escrita em itálico de expressões e palavras em inglês ou latim, algumas das quais não se traduziriam por serem as utilizadas na linguagem corrente.

Utilizam-se também siglas que se descrevem na lista seguinte, juntamente com o seu significado.

DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

ICCROM – International Centre for the Study of the Preservation and Restauration of Cultural Property

ICOMOS – International Council of Monuments and Sites

IPCC – Instituto Português de Cartografia e Cadastro

IPPAR – Instituto Português de Património Arquitectónico

PSML – Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A.

UNESCO – United Nations Educational Scientific and Cultural Organization

INTRODUÇÃO

O surgimento das ordens mendicantes no século XII, como a Ordem de S. Francisco (dos frades menores ou franciscanos) e a Ordem de S. Domingos (dos frades pregadores ou dominicanos), provocou uma profunda mudança na vida religiosa. Preferindo a proximidade com os meios urbanos para edificação dos seus locais de culto, tinham, contudo, como filosofia de vida a pobreza evangélica e a prática de obras de caridade. Protagonizaram a sua vivência da forma mais austera e pobre, fazendo ressurgir a mística do eremitismo. O Convento de Santa Cruz de Sintra, fundado em 1560, é um desses locais, escolhido para que os frades praticassem o seu culto da forma idealizada por S. Francisco de Assis.

O presente trabalho surge como prova de dissertação do curso de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, da Universidade de Évora.

A escolha do tema do convento de Santa Cruz de Sintra (também designado convento dos Capuchos) tem como principal objectivo a elaboração de uma base metodológica de caracterização e avaliação das principais características deste monumento, com vista a uma proposta de recuperação e consequentes acções de manutenção e valorização. Pretende-se ainda averiguar as potencialidades conceptuais e metodológicas que as recentes técnicas de recuperação de património oferecem para a prática da recuperação, nomeadamente através de novas estratégias de conservação e restauro.

A concretização dos objectivos subjacentes à recuperação é por vezes uma tarefa difícil, nomeadamente quando os recursos que se pretendem preservar são simultaneamente dependentes de várias especialidades. Locais privilegiados para a implantação de cercas conventuais que podem garantir a salvaguarda de alguns valores naturais, como ocorre no convento dos Capuchos, tendem a ter como consequências o crescente isolamento de ecossistemas naturais e de paisagens, nomeadamente da mata autóctone da zona central da serra de Sintra.

Com o fim de atingir os objectivos referidos, o presente trabalho encontra-se dividido em três partes complementares, definindo-se uma metodologia que orientou a sua prossecução.

Esta metodologia compreende uma fase inicial que se ocupa da inserção do convento a nível regional e caracterização da área em estudo, que permite o enquadramento geral da paisagem e que se vai particularizando na cerca, sendo caracterizado o sítio de implantação da casa religiosa dos frades capuchos. O enquadramento histórico revela-se fundamental para uma melhor contextualização da prática e filosofia franciscanas.

Na segunda parte, far-se-á uma descrição breve do conjunto arquitectónico e área envolvente, em especial as áreas de trabalho. A cabal percepção de um sistema dinâmico e complexo que permita o funcionamento desta casa religiosa passa ainda pelo estudo do sistema hidráulico implantado por toda a cerca, sendo complementado pelo levantamento de algumas estruturas. A percepção dos efeitos causados pelos agentes biofísicos sobre os materiais, torna os problemas detectados parte integrante e indissociável do processo de recuperação e como factor decisivo para a manutenção.

Na terceira e última parte, faz-se uma proposta de recuperação bem como uma proposta de manutenção e valorização deste conjunto. Apresentam-se linhas orientadoras de recuperação dos diversos materiais presentes na cerca conventual. O conhecimento prévio do objecto de estudo é factor fundamental para que o uso das técnicas de construção tradicionais seja um processo consciente, de modo a adequar os materiais e métodos a aplicar às características do mesmo. Em função da avaliação das perspectivas para a área em estudo, elabora-se um cenário que constitui uma alternativa para o ordenamento das áreas de trabalho. Na definição deste cenário apresenta-se um estudo prévio onde se propõe a reabilitação das áreas de horta e pomar, de acordo com a pesquisa histórica subjacente.

Após estas três etapas fundamentais segue-se um capítulo em que se referem as principais conclusões do estudo. Aos actuais conceitos de património, não se pode fazer uma dicotomia entre património construído e património rural, dada a estreita ligação entre os edifícios e o meio envolvente. A ideia de património que se pretende transmitir é a da existência de uma ligação profunda e harmoniosa entre ambas as partes, em que

cada uma não vive sem a outra. No monumento em estudo são claras as relações que o homem estabelece com o meio, testemunhadas nas permanências que ainda hoje se manifestam neste território. Constituem um repositório de informação que urge compreender quando se pretende uma reabilitação do espírito do lugar.

A execução do relatório na parte respeitante à realização das peças desenhadas foi possível pela cedência de uma base de trabalho em suporte digital pela PSML, dando origem à cartografia reproduzida.

PARTE I

ENQUADRAMENTO BIOFÍSICO E HISTÓRICO

1 – ANÁLISE BIOFÍSICA

“Que a terra é fértil, já o sabia: [o viajante] conhece bastante de searas e pinhais, de pomares e olivedos, mas que essa fertilidade possa manifestar-se com tanta força serena, como de um ventre inesgotável que se alimenta do que vai criando, isso Sá aqui estando se sabe. Só pondo a mão neste tronco ou molhando-a na água do tanque, ou afagando a estátua reclinada coberta de musgo, ou, fechando os olhos, ouvindo o murmúrio subterrâneo das raízes. O sol cobre tudo isto. O viajante sente a vertigem dos grandes eventos cósmicos. E, para se certificar de que não perderá este paraíso, regressa pelo mesmo caminho, conta os fetos e acha mais um, e portanto sai contente porque a terra promete não acabar tão cedo.”

José Saramago, *Viagem a Portugal*, pp. 182-186

1.1 - A Serra de Sintra

A Serra de Sintra destaca-se na plataforma litoral estremenha no distrito de Lisboa, assinalando o limite ocidental do continente europeu. Com cerca de 10 km na sua maior extensão, de Oeste a Leste, e 5 km de largura, a serra atinge uma altura máxima de 528 m no seu cume mais alto, o cume da “Cruz Alta”. Este maciço prolonga-se por cerca de 6 a 7 km num promontório submarino. A vila de Sintra está situada a uma altura de 207 m, na vertente a norte da serra, a uma distância aproximadamente de 25 km de Lisboa.

A região da Serra de Sintra situa-se na secção ocidental da denominada *terra saloia* conforme figura 1, pertencente à Estremadura Cistagana¹, de onde sobressaem os terrenos miocénicos e basálticos.²

¹ BOLÉO, José, *Sintra e seu Termo*, 2ª edição, Ed. Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1973, p.17.

² Nota: No final do período Cretácico e até ao Eocénico (Período Terciário da Era Cenozóica), aproximadamente entre 65 e 38 M.a., ocorreu um importante acontecimento vulcânico na região de

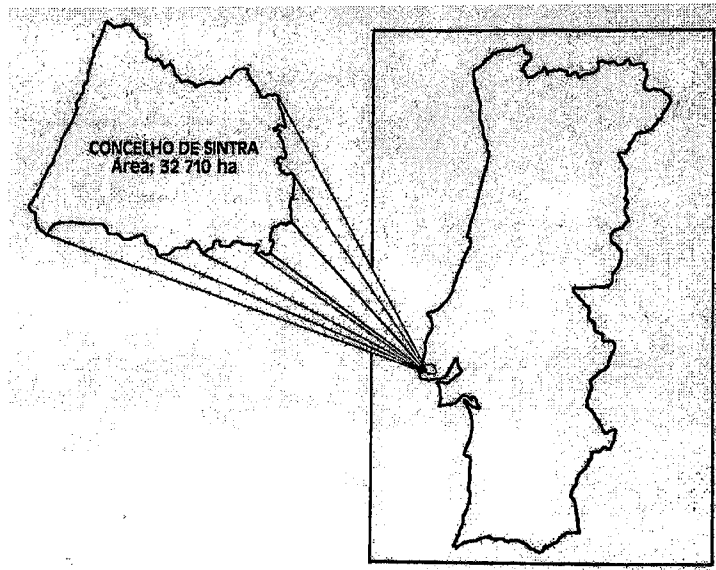


Figura 1 – Situação do concelho de Sintra

Apresenta uma grande diversidade de factores edafo-climáticos, com profundos contrastes entre zonas rurais e urbanas, possuindo condições climáticas muito peculiares devido à sua altitude, coberto vegetal e proximidade com o litoral. Uma vasta zona está integrada na Área de Paisagem Protegida de Sintra-Cascais.

1.1.1 – Aspectos geológicos e pedológicos

A sucessão de acontecimentos ocorridos ao longo da história do Homem ligados a um dado local é mais facilmente perceptível com a consciência dos condicionalismos biofísicos e das ocorrências geográficas onde se desenrolam. O estudo das unidades pedológicas locais e do substrato geológico subjacente, mostram os vestígios da

Lisboa, resultando o surgimento de várias chaminés vulcânicas que lançaram lavas basálticas, cobrindo as formações calcárias pré-existentes e datadas de mais de 65 M.a. Com o passar dos tempos, o basalto é erodido, pondo a descoberto os calcários e outras formações existentes, e depositando-se em pontos mais baixos. Cf. RODRIGO, Joaquim, *O Parque Florestal de Monsanto*, Ed. C.M.L., Lisboa, 1952, p.16.

evolução terrestre neste local particular e que funcionam como suporte de uma paisagem rica e diversificada.

A serra de Sintra com orientação Este-Oeste é constituída por um maciço subvulcânico, formado de rochas eruptivas resultantes da intrusão magmática, com origem na zona superior do manto, e de materiais diversos nas áreas de falhas. Surgiu por consequência da ejeção de um batólito granítico que metamorizou os estratos mesosóicos (da Era geológica Secundária) existentes da cobertura da crosta. A massa que surgiu ocupa uma superfície de 10 km de comprimento e de 6 km de largura apresentando uma forma arredondada ou elíptica com a sua cota mais elevada de 528 m na Cruz Alta. O seu limite oeste é o Oceano Atlântico³, onde se ergue bruscamente, chegando a atingir um desnível quase vertical de 140 m. Os filões graníticos encontram-se assentes numa base datada do Jurássico Superior (cerca de 135 M.a.), donde se conclui que devam ser de idade mais recente do que estas formações.

Parte considerável da área eruptiva, concretamente a zona mais alta, é formada essencialmente por granito em forma de blocos, desde as zonas mais altas até ao Cabo da Roca, passando pela Peninha onde predominam sienitos (rochas eruptivas intrusivas com ortoclase sem quartzo⁴) calci-alcalinos e quartzíferos. As áreas mais reduzidas são normalmente constituídas por rochas básicas como diorito (rochas eruptivas intrusivas com plagioclase sódica⁵) e gabro (rochas eruptivas intrusivas com plagioclase cálcica⁶).

O granito tem uma coloração branco-pardo, com grãos de quartzo de diferentes granulometrias, feldspato e micas.⁷ Isto significa que a rocha apresenta compacidade diferenciada e, conseqüentemente, de diferente grau de resistência aos agentes metamórficos. Isto vai-se traduzir em grandes diferenças existentes numa paisagem de pequena extensão.

É precisamente neste “caos” como o define BOLÉO⁸, que se encontra implantado o Convento dos Capuchos, objecto de estudo do presente trabalho, contrariamente ao que se verifica numa área relativamente próxima como a da Peninha.

³ BOLÉO, José, *Sintra e seu Termo*, ob. cit., p.22.

⁴ KNAPIC, Dragomir, *Geografia*, Plátano Editora, Lisboa, s.d., p.134.

⁵ Idem, *Ibidem*.

⁶ Idem, *Ibidem*.

⁷ BOLÉO, José, ob. cit., p.28.

⁸ Idem, *Ibidem*, passim.

O batólito granítico encontra-se rodeado a sul e sudoeste por formações sedimentares (calcários alpinos), pertencentes os terrenos cretácicos (cerca de 65 M.a.) mais recentes ao Cenomaniano e ao Turoniano. Encontram-se formações do tipo calcário na zona de S. Pedro de Sintra, xistos no Ramalhão e calcários cristalinos na Penha Longa.

A vertente norte da serra é constituída por derivados das rochas eruptivas classificados como Cambissolos húmicos, conforme figura 2, de textura variada, o que permite solos pouco compactados, arenosos e permeáveis. É de referir que os solos são escuros devido à riqueza em húmus de baixo pH, sendo normalmente pobres em cálcio e fósforo, mas em contrapartida bastante ricos em potássio. Devido à sua constituição os solos são de degradação fácil, sobretudo pela acção química da água das chuvas. É neste ambiente que localizamos o convento de Santa Cruz de Sintra. As rochas básicas e intermédias originam solos mais férteis, sendo recomendados para a exploração agrária, sendo exemplo os solos da margem esquerda da Ribeira de Colares, onde se observam pomares e hortas.⁹

Na vertente norte da serra devido à riqueza do solo e às características arenosas do mesmo, encontram-se excelentes condições para a produção vinícola. Temos como bom exemplo o famoso vinho de Colares.

Os solos presentes na Serra vão estar dependentes das características climáticas da região, da exposição e “...*intimamente relacionados com as características litológicas e geológicas*”¹⁰. Distinguem-se assim três grandes grupos: derivados das rochas eruptivas, derivados das rochas sedimentares e ligados às formações arenosas. Na figura 2 observa-se a distribuição das unidades pedológicas na zona de Sintra.

⁹ SILVA, A. Pinto da, «A Flora da Serra de Sintra», Separata da *Portugaliae, Acta Biológica*, Série B, vol. 15, s.e., Lisboa, 1991, p.9.

¹⁰ PENA, António, GOMES, Luís, CABRAL, José, *Sintra, um concelho ao Natural*, 2ª edição, Câmara Municipal de Sintra, Ed. Estorigraf, Lda., Sintra, 2001, p.13.

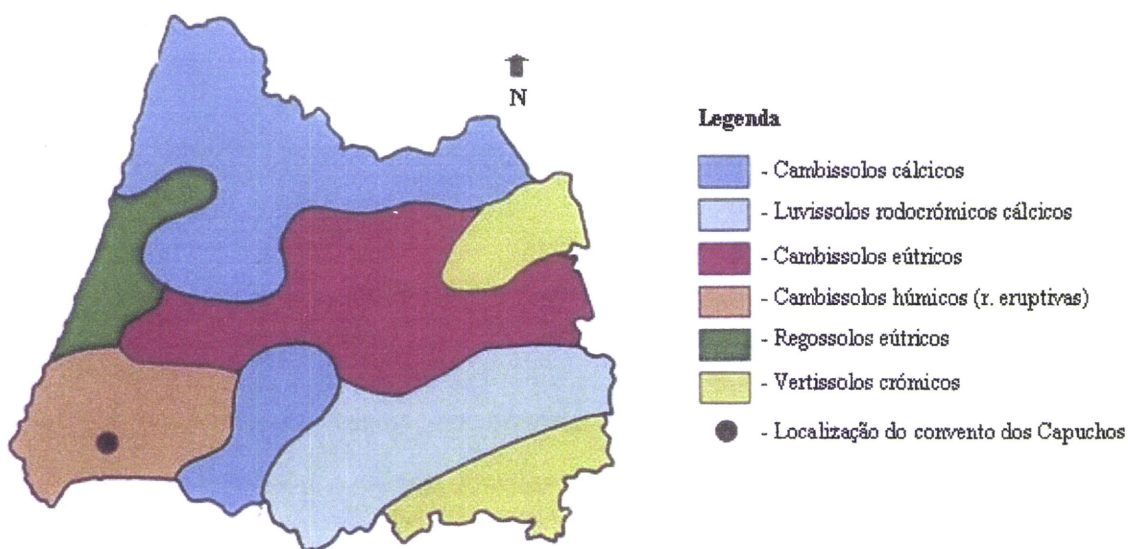


Figura 2 – Carta de solos – Unidades pedológicas
 (segundo o esquema da FAO para a Carta de Solos da Europa)

As rochas graníticas dão origem a solos graníticos, formando-se a argila pela decomposição das micas e dos feldspatos e a areia pela decomposição do quartzo. Apresentam em geral pouca cal, limitando algumas culturas como as leguminosas. Pelas suas características geológicas, verifica-se a presença abundante de água, o que justifica a massa florestal que cobre o solo. A região da serra é coberta de matas e de pastagens, com terras aráveis pouco espessas pela escorrência das partículas desagregadas.

1.1.2 – Caracterização climática

A análise dos factores climáticos é um elemento precioso para a percepção dos fenómenos de alteração a que os diferentes materiais estão expostos.

Desta forma, a ocupação de uma área da Serra de Sintra para a implantação de um espaço de culto, fica mais clara pela análise das características climáticas e edáficas e das adaptações que o Homem promoveu e, simultaneamente, sofreu para aí se instalar.

As condições climáticas muito peculiares da serra de Sintra resultam da sua orientação e da destacada altitude na plataforma litoral. Conjugadas com as características edáficas, fornecem à vegetação e à flora um ambiente muito próprio, que contrasta com a área que rodeia a montanha, tanto a norte como a sul.

Em relação à temperatura é em geral na serra, uns três a quatro graus inferior à das regiões limítrofes, sobretudo na zona inferior, conforme se pode constatar pela figura 3, onde se analisam os dados referentes à temperatura média do ar na Pena e em Sintra (Vila).

Figura 3 – Quadro da temperatura média do ar na Pena e em Sintra (Vila)

| | Pena | Sintra (Vila) |
|--------------------------------|-------------|----------------------|
| Temperatura média do ar | 13,6°C | 15,0°C |

Por observação da figura 4, constata-se que o convento de Santa Cruz se localiza numa região em que as temperaturas médias são mais baixas devido à altitude. Encontra-se outra mancha semelhante no extremo nordeste da região sintrense por condições de continentalidade. Nesta região o Verão propriamente dito reduz-se aos meses de Julho e Agosto.

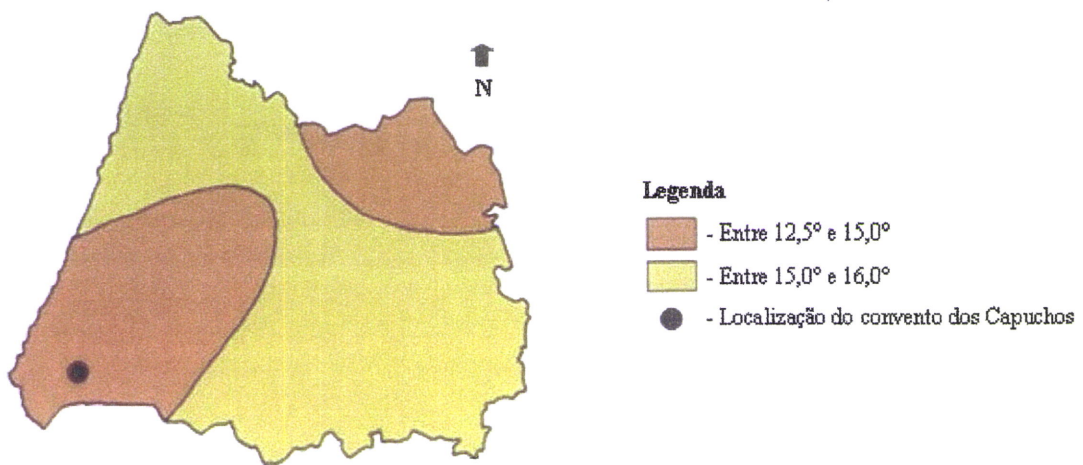


Figura 4 – Temperatura média diária

A precipitação constitui um factor meteorológico importante nesta região, porque condiciona a intensidade da vegetação e, até certo ponto, a produtividade do solo. A distribuição é irregular ao longo do ano, pela oceanicidade e pela dispersão irregular da vegetação, conforme se pode observar pela figura 5. Observam-se duas zonas distintas: uma junto ao litoral, mais seca e outra, zona de influência da Serra, mais húmida, onde a precipitação atinge o valor máximo. Chegam a cair cerca de 1000 mm de águas pluviais por ano¹¹, valores estes que já foram mais elevados no início do século XX e que diminuíram pela desmatagem consecutiva. Desta quantidade total, pouca percentagem abastece directamente os cursos de água, pois é rapidamente absorvida pela vegetação do maciço granítico e pelas excelentes condições de infiltração do solo. Estas águas infiltradas vêm, posteriormente, a dar origem a variadas nascentes que apresentam muitas delas um regime permanente. As ribeiras que se formam na serra apresentam um regime torrencial, por vezes com acção erosiva forte. As maiores precipitações verificam-se durante o Outono e o Inverno como é característico da Região Mediterrânica.

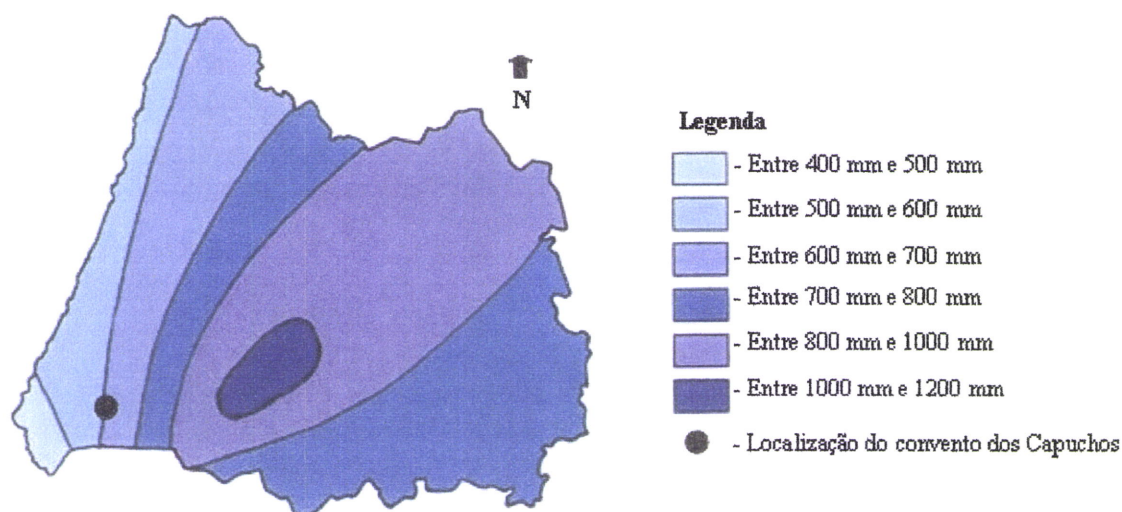


Figura 5 – Precipitação – valores médios anuais

¹¹ BOLÉO, José, *ob. cit.*, p.62.

A humidade relativa em Sintra é bastante elevada e constante, durante o decorrer do ano, chegando a média anual aos 82%. Este facto não é de estranhar, pois vários factores são determinantes para que isso ocorra: por um lado a quantidade vapor de água lançado para a atmosfera pela massa vegetativa pelo processo da evapotranspiração; por outro lado a proximidade do mar; e ainda pelo regime de ventos dominantes de noroeste e o conseqüente efeito orográfico que se verifica. Os ventos originados na costa portadores de nevoeiros permanecem no cume formando uma espessa neblina. A precipitação resultante da condensação dos nevoeiros contra a serra e o copado do manto arbóreo fazem duplicar a quantidade de água disponível para as plantas, mesmo durante o período estival.

Observa-se na figura 6 o gráfico termo-pluviométrico para a estação de Sintra/C. Mouros, com a verificação dos períodos de maior pluviosidade correspondendo às épocas em que as temperaturas são mais baixas (Inverno).

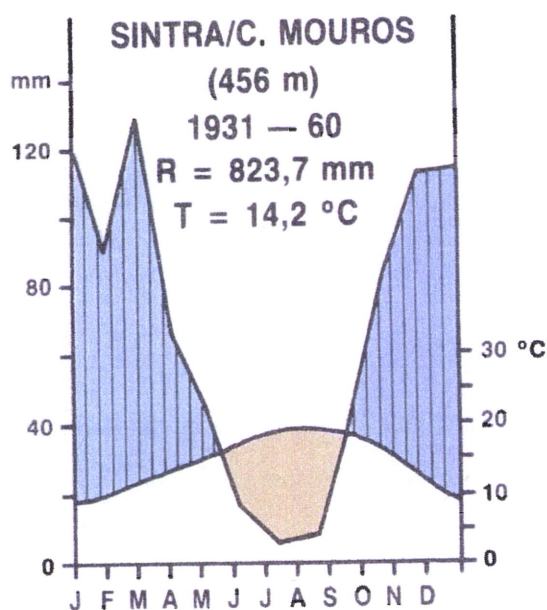


Figura 6 – Gráfico termo-pluviométrico da estação meteorológica de Sintra/C. Mouros

A grande diversidade de paisagem que se pode encontrar numa área geograficamente pequena, justifica-se pela topografia e pela posição da serra relativamente ao Oceano Atlântico. A radiação solar vai diminuindo gradualmente em

linhas mais ou menos paralelas de SE para NO de acordo com o que se observa na figura 7, pelo facto de a serra funcionar como uma barreira.

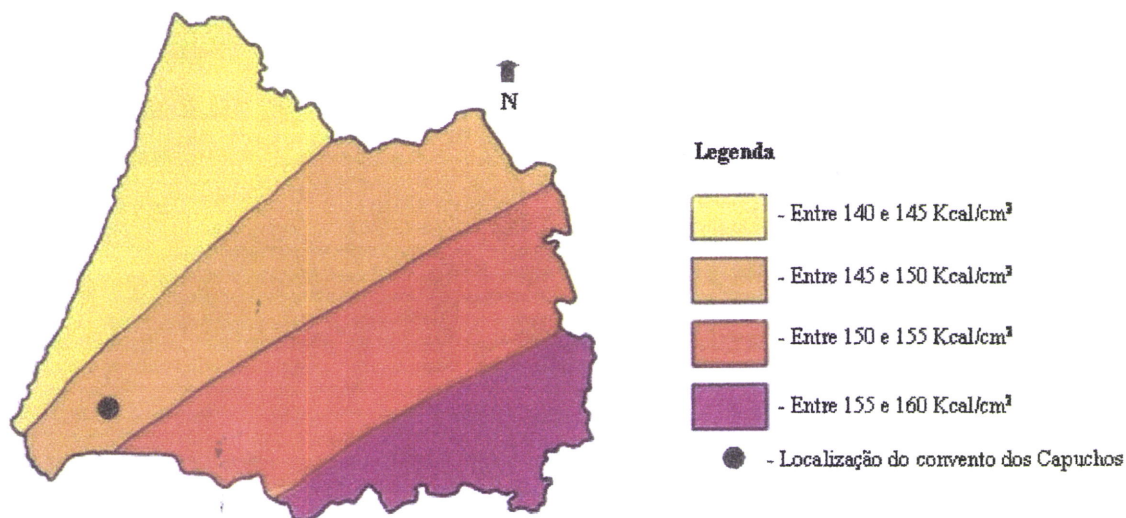


Figura 7 – Radiação solar – valores médios anuais

Derivado desta distribuição da radiação solar na região, observa-se (conforme figura 8) uma variação semelhante dos valores de insolação ao longo do ano verificando-se, no entanto, valores muito baixos na zona da serra pela elevada nebulosidade.

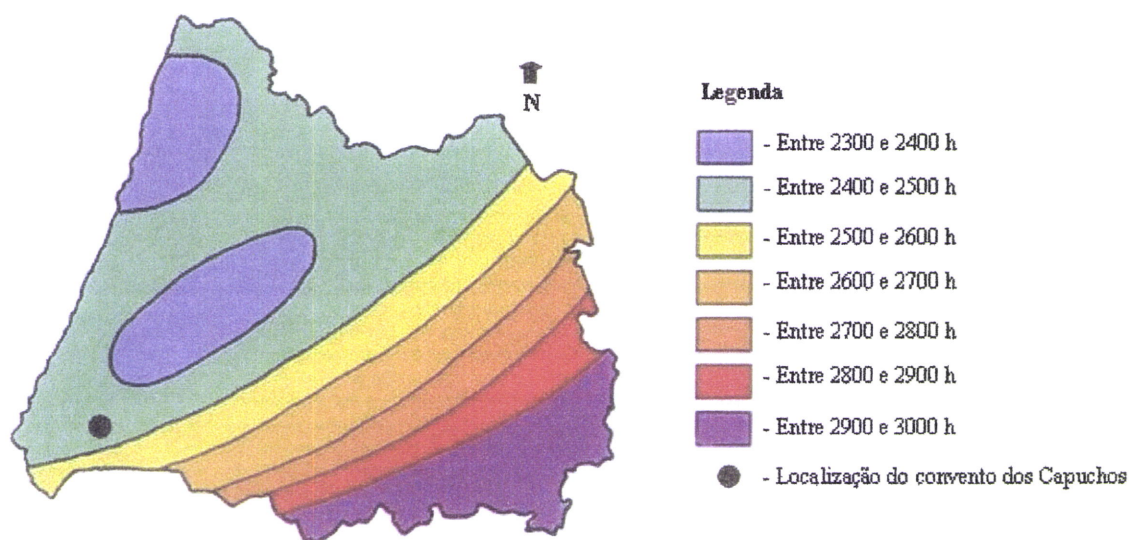


Figura 8 – Insolação – valores médios anuais

Quanto à acção eólica, predominam os ventos de norte e noroeste quase todo o ano, à excepção dos meses de Inverno em que os principais rumos são de sul, sudoeste e oeste.

Em resumo, pode-se dizer que existem na área de Sintra alguns microclimas, sendo no geral um clima temperado mediterrâneo de tipo oceânico dada a proximidade deste que se faz sentir nas baixas amplitudes térmicas, um Verão com baixa precipitação mas humidade constante elevada, nebulosidade elevada e frequência de nevoeiros.

1.1.3 – Ocupação Humana

A presença humana em Sintra data quase dos primórdios da Humanidade. A fixação de povos neste local relacionou-se com a sua particular situação geográfica, bem como com o clima, a abundância de água, de grutas e de penhascos e a fertilidade do solo. Apresenta frequentemente nevoeiros o que lhe confere um ambiente mágico, encontrando-se ligada, desde sempre, a cultos do sagrado. Foi denominada «Promontório da Lua» desde a Antiguidade Clássica. Apresenta uma situação geográfica particular: de uma planície surge abruptamente a serra, relativamente próxima do mar.

Os vestígios mais antigos de ocupação remontam a períodos pré-históricos, podendo observar-se vestígios de *thlôis*, antas e necrópoles. Durante a ocupação romana Sintra era conhecida como «Monte Sagrada» ou «Serra da Lua» tendo-se desenvolvido gradualmente em termos culturais, sociais, políticos e económicos.

Os primeiros documentos escritos sobre Sintra são datados do período muçulmano. Em 1147, D. Afonso Henriques conquista Sintra aos Mouros e posteriormente entrega-a à Ordem do Templo. Manda edificar uma igreja dedicada a S. Pedro, sendo a primeira igreja cristã de Sintra.

Em finais do séc. XIV é fundado o primeiro mosteiro de frades Jerónimos em Portugal, na actual Quinta da Penha Longa. Outras ordens sucedem-se como a da

Santíssima Trindade, a do Carmo ou a de S. Francisco de Santa Cruz, mostrando o ambiente propício deste local para a meditação.

D. João I manda construir o Paço Real contribuindo para que Sintra fosse um local apreciado pela conseqüente vida da corte, ainda que periódica.

No séc. XVI, em pleno período renascentista, esta vila reunia uma aristocracia em ascensão (como conseqüência do período áureo dos descobrimentos) que aqui construía as suas residências. No entanto, dos finais do séc. XVI e até meados do séc. XVII, por ausência da corte, a vila perde alguma da sua importância e brilho. Mesmo após a restauração da independência do domínio filipino, em 1640, Sintra continua um processo de decadência uma vez que a corte preferia a capital, mais ao gosto da época.

Em 1747 inicia-se a construção do Palácio de Queluz. Com o terramoto de 1755 e a conseqüente reconstrução do casario, Sintra sofre alterações profundas em particular à volta do perímetro urbano com o surgimento de muitas quintas e palacetes como Seteais e Monserrate.

A partir de meados do séc. XVIII, com o início do romantismo, Sintra recomeça a encantar a aristocracia e a influência dos estrangeiros na sociedade portuguesa é tão forte, que muitos dos que passam por Sintra sobre ela escrevem, como é o caso de William Beckford e Lord Byron, para citar os mais conhecidos.

Em 1836, D. Maria II casa com D. Fernando, um príncipe da Baviera que será o principal agente transformador do cenário de Sintra durante o séc. XIX. Ela vai adquirir as ruínas do mosteiro de Nossa Senhora da Pena, onde se pode observar uma ligação íntima entre arquitectura e paisagem. Sintra está, então, transformada no local de ambição e de moda, como estância de lazer de determinado estrato social. Ter casa em Sintra era sinal de fortuna, de importância política e social. Ir a Sintra, jantar, passear, namorar, como nos conta Eça de Queirós, era muito «chique».

Vão proliferando os palacetes e chalés que caracterizam, ainda hoje, a paisagem construída de Sintra. Uma arquitectura revivalista e romântica, enquadrada por uma paisagem que favorece o sonho, a meditação e a contemplação. Corresponde a um património histórico, cultural e ambiental, uma harmonia entre o natural e o artificial. Esta riqueza justifica, mais do que nunca, a preservação de uma identidade particular.

1.1.4 - Paisagem

A vegetação assume um papel determinante numa dada área pois, apesar de ser condicionada pelos factores fisiográficos, edáficos e climáticos, conduz ela própria a uma caracterização paisagística da região e condiciona as actividades humanas aí desenvolvidas.

A Serra de Sintra apresenta actualmente uma diversidade de espécies vegetais, derivada não só da flora espontânea da região, como da vegetação exótica introduzida pelo Homem. Na sua origem a vegetação natural deste espaço marcava a transição entre o Norte e o Sul do país.

1.2.4.1 – Tipologias

A diversidade de condições naturais na área de Sintra, permite uma variedade de paisagens num espaço geograficamente contido, podendo distinguir-se vários tipos de associações vegetais: floresta, charneca, matos, várzea e o planalto árido.

De acordo com alguns autores, adopta-se um agrupamento de mosaicos de paisagem de forma a caracterizar resumidamente a paisagem do concelho de Sintra, considerando-se três grandes tipos de unidade de paisagem¹²: a zona costeira as áreas agrícolas e a Serra, que se delimitam de acordo com a figura 9.

¹² PENA, António, GOMES, Luís, CABRAL, José, *ob. cit.*, p.13.

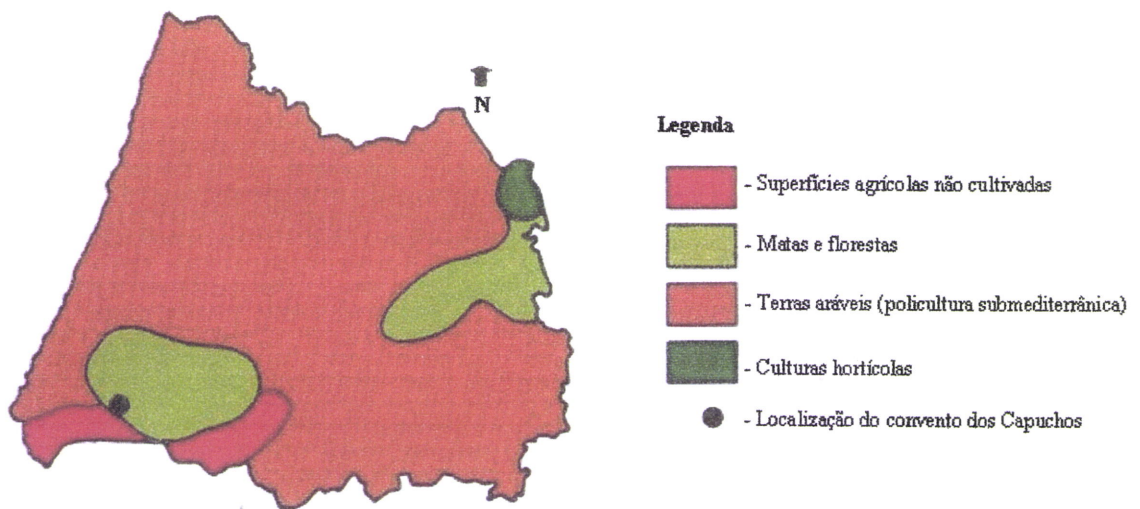


Figura 11 – Esboço de usos do solo

Na mancha correspondente à zona costeira, podemos encontrar diferentes situações ecológicas. A charneca diz respeito aos matos que ocupam o planalto costeiro¹³ e que incluem uma vegetação mais ou menos rasteira, capaz de suportar os fortes ventos marítimos carregados de sal. Predominam associações com características próximas das associações dunares, como exemplares dos géneros *Genista* sp. e *Ulex* sp. (tojós), *Helichrysum stoechas* (L.) Moench. (perpétua-das-praias), *Cistus salvifloius* L. (sargoaço), *Ononis natrix* L. (joina-dos-matos), *Anagallis monelli* L. (morrião-perene), ou a *Lobularia marítima* (L.) Desv. (escudinha), entre outras. O porte arbóreo encontra-se em locais mais abrigados e apresentam exemplares de *Pinus pinea* L. (pinheiro-manso), *Myrica faya* Aiton. (faia-das-ilhas) ou o *Arbutus unedo* L. (medronheiro).

Mais para o interior encontra-se uma paisagem de maiores transformações humanas. Correspondem a áreas de pastagens e culturas de sequeiro, delimitadas por muros, funcionando como verdadeiras orlas de abrigo aos ventos marítimos das áreas de pinhal. É nesta importante mancha de vegetação de orla de transição, entre área cultivada e mata, que se encontram espécies autóctones como *Cistus crispus* L. (roselha), *Daphne gnidium* L. (trovisco-fêmea), *Calluna vulgaris* (L.) Hull. (urze) e *Myrtus communis* L. (murta), entre outras. Nos prados predominam herbáceas espontâneas como algumas espécies de *Lolium* sp. e *Trifolium* sp..

¹³ Idem, *Ibidem*, p.26.

As zonas de transição desta área costeira com a área do maciço central da serra, correspondem a terrenos de maior densidade populacional com uma exploração mais intensa, que engloba vinhas, pinhais ou quintas.¹⁴

As áreas agrícolas são as que abrangem maior percentagem de ocupação humana. As transformações ocorridas são profundas, restando muito pouco da vegetação original, resumindo-se a árvores dispersas. Correspondem, genericamente, a zonas com declives pouco acentuados que favoreceram a actividade agrícola e o estabelecimento de zonas urbanas, actualmente de grande densidade populacional. Encontram-se campos de sequeiro com culturas cerealíferas de gramíneas, compostas e leguminosas, resultado da alteração do coberto vegetal primitivo.

Nas áreas mais próximas das zonas urbanas encontram-se algumas áreas florestadas pelo próprio homem, quer do ponto de vista de protecção de zonas declivosas, quer do ponto de vista de produção (pinhais e eucaliptais), quer ainda do ponto de vista lúdico, com a criação de parques e jardins.

A única formação semi-natural que se encontra nas áreas agrícolas é o denominado garrigue (ou carrascal), que faz parte da floresta mediterrânica. A espécie dominante, o *Quercus coccifera* L. (carrasco), surge naturalmente após a destruição da floresta primitiva ou após situações de fogo, típicas da região mediterrânica. Esta formação surge em zonas com afloramentos rochosos.

Outras importantes manchas de vegetação, dadas as suas características particulares, são as linhas de água e a mata ripícola a elas associada. São áreas de espécies com necessidades hídricas especiais e perfeitamente adaptadas a estas condições húmidas, tais como: *Tamarix africana* Poir. (tamargueira), *Alnus glutinosa* (L.) Gaertn. (amieiro), *Fraxinus angustifolia* Vahl. (freixo), *Salix* sp. (salgueiros), entre outras.

No que respeita às formações vegetais da serra, podem-se considerar duas situações distintas: a vertente sul e a vertente norte. Esta clara divisão resulta da orientação este-oeste do maciço eruptivo, bem como da direcção dos ventos predominantes (N-NO). A vertente ocidental da serra recebe, assim, ventos mais fortes, carregados de humidade e de sal. Por oposição, a vertente oriental é mais resguardada e,

¹⁴ Idem, *Ibidem*, p.28.

consequentemente, mais arborizada. É sobretudo nesta vertente que se encontram a maioria dos grandes parques e jardins de Sintra e que funcionam como a sua imagem mais divulgada. É igualmente nesta orientação que o rei D. Fernando II optou pela introdução de um grande número de espécies vegetais exóticas em pleno séc. XIX. Esta plantação, efectuada a uma escala que supera a dimensão do jardim ou mesmo do parque, que provocou o surgimento de um fenómeno interessante. Nesta zona da serra “...a massa florestal age sobre elementos particulares do clima modificando-o a seu favor. Numa situação muito particular como esta, não é tanto o clima que condiciona a vegetação, mas esta que cria o seu próprio clima”.¹⁵ O coberto arbóreo forma barreiras de condensação no trajecto dos ventos marítimos carregados de humidade. Este ar, ao embater nas copas das árvores, condensa-se na superfície fria das folhas originando pequenas gotas de água que escorrem em direcção ao solo, tornando-o húmido, pois a uniformidade das copas das árvores não permite a evapotranspiração. Este fenómeno conhecido por “precipitação oculta” é responsável pelas neblinas e nevoeiros sobre a serra, mesmo em situações de céu limpo a poucos quilómetros de distância (principalmente no Verão).

A vertente norte apresenta um manto vegetal mais próximo do coberto original. Trata-se de uma zona com grandes blocos graníticos, intercalados por uma vegetação de porte mais arbustivo, incluindo espécies como *Ulex europaeus* L. (tojo-arnal), *Calluna vulgaris* (L.) Hull. (urze) ou a *Erica scoparia* L. (urze-das-vassouras), entre outras. A destacar nesta vertente um remanescente do que deveria ter sido a vegetação autóctone da serra e que se encontra parcialmente dentro do perímetro da cerca do convento dos Capuchos.

Pelo âmbito do presente trabalho, vai-se abordar a evolução da paisagem com predomínio da vegetação respeitante à zona da serra propriamente dita.

¹⁵ Idem, *Ibidem*, p.35.

1.2.4.2 – Evolução

A paisagem do concelho tem sofrido profundas alterações ao longo dos séculos. A sua floresta primitiva incluía como espécies vegetais dominantes o género *Quercus*. Nas áreas mais húmidas contava-se com o *Quercus robur* L. (carvalho alvarinho) e o *Quercus faginea* Lam. (carvalho cerquinho), por sua vez nas áreas com maior exposição solar o *Quercus suber* L. (sobreiro) e o *Quercus coccifera* L. (carrasco). “*A destruição deste coberto vegetal primitivo iniciou-se na época pré-romana, dando lugar a uma estrutura agrária muito parcelada resultando num mosaico de culturas, terrenos baldios, pastagens, matos, etc., delimitados por muros de pedra solta*”.¹⁶ Esta destruição provocou alterações profundas no coberto vegetal da própria serra. Na área mais central e pedregosa surgiu uma vegetação composta por matos espontâneos, albergando uma fauna diversa, onde se começaram a definir áreas de caça por excelência.

O segundo grande marco da transformação desta paisagem ocorre no séc. XIX, período ao longo do qual, Sintra exerceu uma influência considerável no desenvolvimento da arquitectura romântica. D. Fernando II (1816-1885) dinamizou a florestação ordenada da serra e apoiou a construção de edifícios sumptuosos e revivalistas, tais como o Palácio da Pena, onde ele próprio foi artista, cantor, pintor e gravador. Este, devido ao ecletismo de estilos exóticos e medievais, é considerado como um modelo de romantismo na Europa. Em 1869 casou com a Condessa de Edla e legou-lhe todos os seus bens.¹⁷ Nesta altura a burguesia torna Sintra num símbolo do Romantismo, tendo como elementos dominantes a densa vegetação, o sombreado dos caminhos, a ambiência medieval, o mistério das suas ruínas e a própria mistura de toda a serra. Em 1895 é inaugurado o trajecto regular de uma diligência entre Sintra e Lisboa, constituindo um marco importante para a inclusão de Sintra nos percursos de eleição da sociedade da época pela facilidade de acesso.

D. Fernando II imbuído deste espírito romântico, manda construir fontes, lagos, ruínas, capelas, miradouros, que contribuem para a magia especial deste lugar. Lord

¹⁶ Idem, *Ibidem*, p.7.

¹⁷ AA.VV., *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 11, Editorial Enciclopédia Limitada, Lisboa, Rio de Janeiro, 1987, p.125.

Byron no séc. XIX designa este local de “glorious Éden”. Constituiu uma fonte de inspiração de artistas que legam um vasto património literário ao nosso país, entre os quais se destaca Gil Vicente e Almeida Garrett, que exaltaram a beleza desta vila.

A terceira grande transformação ocorrida na paisagem é muito recente e tem a ver com a explosão urbanística e demográfica, verificando-se que Sintra é dos concelhos mais populosos da Área Metropolitana de Lisboa.

O clima particular da serra de Sintra tem a capacidade de influenciar diversos factores, não só os edáficos, mas também os humanos. O séc. XIX onde toda a misticidade de Sintra assenta nas suas condições climatéricas únicas, revela-se fundamental na modelação deste lugar especial. Em Sintra proliferam parques e jardins, que complementam este microclima espacial (com “precipitação oculta” a humidade nunca desaparece), num ciclo que é vital para o desenvolvimento dos bosques luxuriantes. Sintra está frequentemente mergulhada numa bruma que não se dissipa, conferindo um ambiente bucólico e uma nostalgia extrema.

Hoje em dia, o sub-bosque praticamente não existe, havendo o domínio do porte arbóreo. Este é elevado pela abundância de humidade e água pluvial. A água da chuva ao encontrar material granítico no subsolo, dispersa-se favorecendo a boa distribuição da água para as plantas e, por outro lado, ao existir infiltração (com redução do escoamento superficial), há uma acumulação de água no subsolo durante um período mais longo, logo maior disponibilidade para as espécies vegetais.

A vegetação da serra é constituída por um ou mais grupos de carácter mediterrânico-atlântico, apesar de só restarem escassos e desfigurados fragmentos. Do mato espontâneo da zona do maciço granítico, faziam parte as urzes (*Erica arborea* e *Erica lusitanica* Rudolphi), tojo (*Paeonia broteri* Boiss. & Reut.), carrasco (*Quercus coccifera* L.), para além de espécies arbóreas e arbustivas, como o medronheiro (*Arbutus unedo* L.), carvalho (*Quercus lusitanica* Lam.), sobreiro (*Quercus suber* L.), aveleira (*Coryllus avellana* L.) e pinheiro manso (*Pinus pinea* L.).

Actualmente verifica-se o domínio do pinheiro bravo (*Pinus pinaster* Ait.) que surge até ao ponto mais alto da serra. A área de floresta é, nos dias de hoje, muito martirizada pelos fogos florestais, alguns de origem criminosa. As acções de florestação

são também um grande contributo para a existência desta espécie, para além do trabalho que foi iniciado por D. Fernando II em meados do século XIX¹⁸ para embelezamento da serra.

A agricultura é uma actividade com grande peso no concelho, representando a sua superfície agrícola o valor de 32,2% da área total. Das actividades agrícolas mais importantes destaca-se a hortofloricultura, a bovinicultura (carne e leite), a cerealicultura, a floricultura e a ovinicultura, sobretudo nas freguesias de S. João das Lampas, Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Terrugem. No entanto as principais actividades económicas são a indústria (pedra, electromecânica, etc.), o comércio e o turismo. Especialmente a este último nível, dadas as características de Sintra (riquezas naturais como a serra, praias, jardins e património histórico-cultural como os palácios, museus, quintas, etc.) cada vez se registam mais visitantes. *“De facto, Sintra e a sua serra formam, quer em termos naturais, quer em termos de ocupação humana, uma simbiose perfeita que poderemos afirmar – no âmbito de uma paisagem cultural – um caso paradigmático na história de Portugal e da Europa. [...] Em Sintra, a combinação da riqueza e a diversidade das potencialidades turísticas, aliadas às perspectivas de desenvolvimento do espaço regional, sugerem uma vocação turística assente em três vectores: turismo cultural, ambiental e balnear, com uma importância significativa para as áreas da cultura e da ecologia.”*¹⁹

Do ponto de vista fito-edafo-climático, podem-se considerar diferentes unidades ecológicas apresentadas na figura 12. Um factor importante na ecologia da serra de Sintra é a riqueza hidrográfica, abastada em nascentes e regatos que proporcionam a exuberante vegetação. Nestes últimos tempos a qualidade e a quantidade de água disponível para a vegetação natural da serra e de zonas em seu redor têm diminuído gradualmente, pelo facto dos cursos de água serem cada vez mais canalizados para abastecimento público das povoações vizinhas.

¹⁸ NOTA: A zona do Parque da Pena de D. Fernando ocupa uma área de cerca de 200 ha, com espécies muito variadas, situado muito próximo da cerca do convento de Santa Cruz de Sintra.

¹⁹ ESTRELA, Edite, *Sintra, Nossa Terra, Nossa Gente*, Editorial Notícias, Lisboa, 1997, pp.21-22.

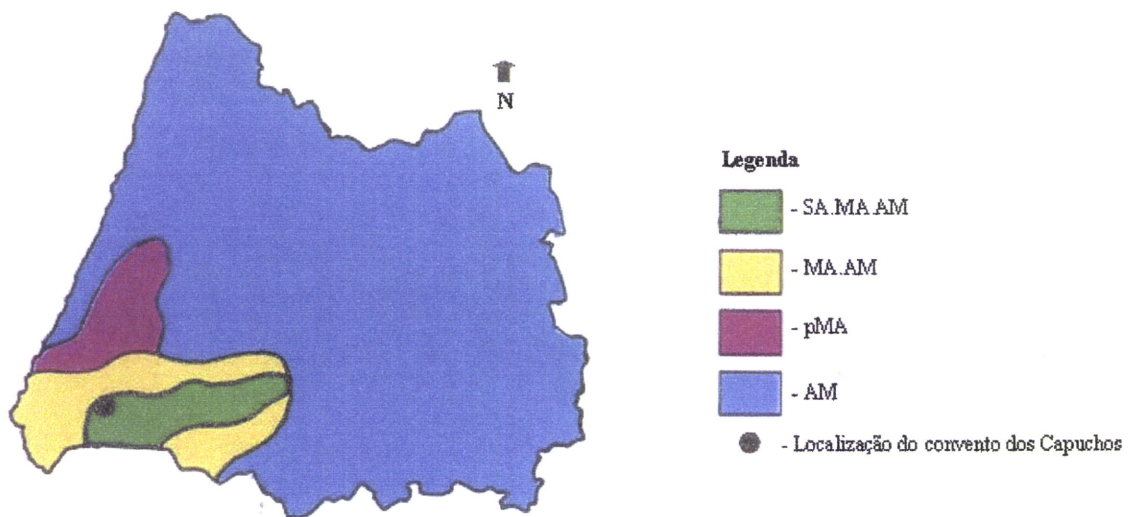


Figura 12 – Carta ecológica – fito-edafo-climática

(SA – sub-atlântico; MA – mediterrânico-atlântico; AM – atlântico-mediterrânico; pMA – psamo-mediterrânico-atlântico)

A acção do Homem tem contribuído largamente para a destruição das espécies e associações vegetais autóctones, quer pela sua remoção para a construção de terrenos agrícolas e Quintas de Recreio, quer pela posterior introdução de espécies exóticas. Estas foram a mais funesta das acções antropogénicas para a vegetação natural de Sintra. Temos como principais exemplos a introdução de pinheiros exóticos, eucaliptos e acácias que, apesar de serem opções economicamente rentáveis, são desaconselháveis a uma serra com estas características biofísicas. Parques e jardins são igualmente responsáveis pela introdução de herbáceas exóticas que se tornaram infestantes e que afectaram irremediavelmente a vegetação autóctone. Das cerca de 700 espécies vegetais identificadas na serra de Sintra²⁰, mais de 50% são mediterrânicas, oeste-mediterrânicas ou atlântico-mediterrânicas.

A 6 de Dezembro de 1995, a UNESCO aprovou a classificação de Sintra como Património Mundial. Sob a categoria de “Cultural Landscape”, Sintra é classificada Património Mundial devido ao seu valor excepcional da sua cultura e a uma vasta área que se inicia na vila e se arrasta por toda a serra.

²⁰ PENA, António, GOMES, Luís, CABRAL, José, *ob. cit.*, pp.57-71.

2 – RESENHA HISTÓRICA

2.1 – A Ordem dos Frades Menores

2.2.1 – A Regra Seráfica e as suas Ramificações

No século XIII teve origem em Itália uma nova ordem religiosa fundada por S. Francisco de Assis.

Francisco di Bernardone nasceu em Assis, em 1181 ou 1182. Era um jovem proveniente de família abastada, tendo como principal conduta de vida, o desafio e o prazer. Assiste-se nesta época a um conjunto de transformações ao nível político e social em toda a Europa, motivadas pelos aumentos de produção agrícola, com consequências significativas no incremento da economia e no aumento de natalidade. O jovem Francisco ao participar numa luta contra Perugia (situações frequentes na época entre cidades rivais²¹), é preso por um período superior a um ano e adocece com gravidade. Após várias histórias de sonhos e visões com a Santa Cruz, Francisco entende que a sua vida tem outras finalidades. Nesta altura, a leitura do Evangelho promove-lhe uma descoberta de Cristo, compreendendo a sua verdadeira vocação de vida.

Em 1206, abandona a casa de seu pai e dedica-se a uma vida de pobreza e de serviços caridosos a pobres, doentes e desprotegidos e a anunciar o Reino de Deus. Procurando uma aproximação do mundo divino, entrega-se à Natureza numa atitude de meditação e de oração. Numa tentativa de imitação da vida de Cristo, Francisco destituiu-se de todos os bens materiais. Era uma forma de responder a uma vontade de seguir a vida religiosa e a uma revolta de não encontrar nas instituições religiosas estabelecidas,

senão uma enorme alteração dos valores evangélicos mais profundos. O monaquismo cristão já havia surgido no séc. IV ligado aos eremitas e anacoretas, como Santo Antão e S. Paulo de Tebas, tornando-se em símbolos na cultura cristã ocidental.²²

A este novo estilo de vida se juntam alguns seguidores. Bernardo de Quintavalle, um homem rico de Assis, foi o primeiro a juntar-se²³. Outros se seguiram, criando “*assim, S. Francisco de Assis (...) um corpo quase «anárquico» de seguidores, de irmãos que assumiam a pobreza e a destituição de quaisquer bens como princípio básico, praticando a mendicidade.*”²⁴ Quando atingem o número de 12, Francisco desloca-se a Roma de forma a obter a aprovação deste modo de vida pelo Papa Inocêncio III. Este concedeu a aprovação, por meio de uma «Regra» informal verbalmente confirmada, tornando-os clérigos e tomando a designação de “Frades Menores”. “Frades” (de *frater*=irmão), para indicar a «fraternidade», o primeiro aspecto fundamental do movimento franciscano. “Menores”, em clara alusão às palavras de Jesus e às duas classes sociais da época (“*menores*” e “*maiores*”), para indicar que a forma de vida e o lugar social dos franciscanos é viver “como” e “com” os pobres, sendo a «pobreza» o segundo factor característico do franciscanismo.²⁵ Para seu superior foi eleito S. Francisco. Corria o ano de 1209 ou 1210.²⁶

Em Assis, a capela de Santa Maria dos Anjos (também chamada Porciúncula), uma generosidade concedida pelos beneditinos do Monte Subasio, torna-se o berço e o quartel-general da nova ordem religiosa. Em seu redor “*...ergueram cabanas, mas não tinham residência fixa; vagueavam aos pares, vestidos com os trajes comuns dos campônios (...) dormindo nos celeiros, ou junto das sebes, ou sob o alpendre das igrejas...*”²⁷ O aspecto mais relevante era a pobreza, sendo seu propósito apenas possuírem o que fosse verdadeiramente indispensável. As virtudes por eles defendidas eram a *pobreza*, a *obediência* e a *simplicidade*. Pediriam esmola se necessário, não

²¹ Veja-se [<http://www.newadvent.org/cathen/06221a.html>].

²² Nota: sabe-se que já na Antiguidade Cristã existiam na Grécia e na Palestina, instituições que tinham a prática de grande rigor ascético e uma austera vida espiritual. Cf. XAVIER, António Manuel, *Das Cercas dos Conventos Capuchos (da Província da Piedade)*, Relatório Final da Licenciatura em Arquitectura Paisagista, Universidade de Évora, Évora, 1998, p.10.

²³ Veja-se [<http://www.newadvent.org/cathen/06221a.html>].

²⁴ PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, volume 1, Ed. Círculo de Leitores, Lisboa, 1995, p.369.

²⁵ Veja-se [<http://www.virtual-net.pt/FranciscanosVaratojo/ofm.html>]. Cf. [<http://www.newadvent.org/cathen/06221a.html>].

²⁶ AA.VV., *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, vol. XI, ob. cit., p.770.

possuiriam terras, não guardariam nada para o dia seguinte e praticavam austeridade. Assim sendo, a sua origem funcionava mais como uma confraria do que como uma ordem²⁸, não existindo organização nem noviciado formais. Centravam as suas acções nas cidades, tentando sensibilizar as populações, no que actualmente se pode considerar como «ecologia de vida»²⁹. Em pouco tempo, Francisco e os seus companheiros ganham imensa influência e homens de diferentes graus da sociedade juntam-se à Ordem Seráfica.

Poucos anos mais tarde, este instituto contava com aderentes em vários locais não só de Itália, mas também de países como Alemanha, França, Hungria, etc.. Algumas devoções são retomadas, como as do Nome de Cristo, e observa-se uma humanização da divindade “...uma aproximação à realidade quotidiana, uma popularização e uma familiarização que contorna a «terribilitas» do Deus Pantocrator e castigador para a complementar com a visão de um Jesus sofredor, que se sacrificou pelos homens, e da sua mãe chorosa [...] Daí que a adoração dos instrumentos da Paixão de Cristo [...] reflecte concretamente a escala do sofrimento dos homens quando medida com o sofrimento de Jesus, humanizando-o”³⁰.

Durante o ano de 1212, uma jovem rica de nome Clara, dirige-se a Francisco de forma a lhe ser permitido abraçar a nova forma de observar a vida que ele havia fundado. Clara abandona a casa de seus pais, vai para a capela de Santa Maria dos Anjos onde Francisco lhe corta os cabelos, veste-a com os hábitos dos frades e ela recebe a vida de pobreza, penitência e retiro. Clara fica temporariamente com algumas religiosas beneditinas próximo de Assis, até Francisco conseguir um conveniente retiro para ela e suas companheiras. Após conseguir domicílio para as irmãs espirituais, funda o primeiro mosteiro da Segunda Ordem Franciscana ou das Irmãs Clarissas.

O alargamento geográfico, que se estendeu a vários países da Europa, veio a traduzir-se na elaboração de determinadas regras de conduta (primeira estruturação canónica – *Regra prima*), assemelhando-se a outras ordens monásticas. Cada grupo de irmãos destacados era colocado sob obediência de um «ministro». É concedida a bula

²⁷ Idem, *Ibidem*, vol. XI, *ob. cit.*, p.770.

²⁸ Nota: numa confraria, os estatutos e práticas definidos não são obrigatórios para os confrades, não sendo por isso, pecado a sua não observância. Numa ordem a situação é mais rígida, havendo obrigatoriedade do seguimento dos princípios e regras estabelecidos, sendo os votos públicos e solenes.

²⁹ PEREIRA, Paulo, vol. 1, *ob. cit.*, p.369.

³⁰ Idem, *Ibidem*, p.370.

por Honório III em Setembro de 1220 que aprova a Ordem dos Frades Menores, como passa a ser designada, e onde era decretado que todos deveriam passar por um ano de noviciado, findo o qual não era possível sair da Ordem³¹ (capítulo II da segunda Regra).

A segunda Regra data de 1221 e corresponde a uma versão revista da primeira. Designa-se por *Regra non bullata* e apresenta-se em 23 capítulos apontando as necessidades de alguma hierarquização. No entanto, apresentava-se longa e imprecisa para ser considerada como uma regra formal. Dois anos mais tarde, em 1223, Francisco refunde a Regra nas mesmas linhas da anterior, reduzindo-a para 12 capítulos, passando a designar-se por *Regra secunda* ou *Regra bullata*, conseguindo a confirmação das Regras na versão final por bula do Papa Honório III a 29 de Novembro, designando-se por Bula *Solet annuere*, documento-base em vigor até hoje, de vida e de santificação de Francisco e dos seus companheiros³². Era baseada em três votos: obediência, pobreza e castidade, especial destaque dado à pobreza, onde Francisco deseja que seja a característica especial desta Ordem Seráfica, e que se verifica ser a principal novidade introduzida na vida monástica.

Segue-se um período de desenvolvimento extraordinário da Ordem, passando por uma fase de transição. Tornou-se evidente que a simples, familiar e descortês forma de vida que havia marcado o movimento franciscano no início, tinha gradualmente desaparecido, e a pobreza heróica praticada por Francisco no princípio, tornou-se cada vez mais fácil à medida que o número de frades ia aumentando. A experiência franciscana é modelada ao longo da história de acordo com os seus líderes espirituais, afectando os frades à sua desordem por via de categorias espiritualmente construídas. Observam-se alterações nos conceitos e na sua aplicação à realidade modificando-se algumas regras, nomeadamente no que dizia respeito à extensão do voto de pobreza. “*A acentuação diversificada desses dois aspectos, fraternidade e pobreza, deu origem às disputas acerca das formas históricas de concretização do ideal primitivo, e resultou em três ramos dentro da chamada Primeira Ordem Franciscana: Frades Menores Conventuais, Frades Menores Capuchinhos e Frades Menores (Observantes)*”³³. Entre as vozes discordantes dentro da Ordem, surge Santo António de Lisboa, alegando a ilegalidade da posse de propriedades, devendo restringir-se unicamente ao usufruto.

³¹ Idem, *Ibidem*, passim.

³² Veja-se [<http://www.virtual-net.pt/FranciscanosVaratojo/ofm.html>].

Ainda dentro desta polémica, surge outra ramificação ideológica da mesma Ordem, a Terceira Ordem Regular, como quarto ramo franciscano masculino, englobando leigos e certas congregações religiosas filiadas no franciscanismo.

A grande divisão é feita entre os denominados *Conventuais* (ou *frates communitate*) e os *Observantes* (ou *zelanti*). Os primeiros viviam de acordo com uma interpretação mais ampla da regra, permitindo o direito à posse de propriedade da comunidade; os segundos adoptaram um sentido mais estrito do voto de pobreza, zelando pela estreita observância da Ordem e vivendo como eremitas.

S. Francisco de Assis morre a 4 de Outubro de 1226 e é canonizado a 16 de Julho de 1228 pelo Papa Gregório IX.

2.1.2 – O movimento dos Capuchos

Desde o surgimento dos novos valores de espiritualidade e de vida emanados por S. Francisco, e ao longo dos anos, vão-se observando vários movimentos de reforma na Ordem Franciscana.

No séc. XIV existem as duas correntes da mesma Ordem: Conventuais e Observantes. Contudo, todos os frades das diferentes correntes são considerados em Roma, como *frades descalços*.

A fisionomia dos edificios que se associam a cada uma das correntes, reflecte as diferentes leituras a partir da mesma Regra. Para os Conventuais construíam-se geralmente edificios “...com amplidão, privilegiavam a disciplina regular da vida comum de estilo monástico, praticavam a Regra com algumas dispensas pontificias em matéria de pobreza, estavam geralmente localizados em centros urbanos e bastantes mantinham escolas públicas”.³⁴ Para os conventos dos Observantes os edificios reflectiam a sua feição especial praticando “...a austeridade e a pobreza na

³³ Veja-se [<http://www.wtu.edu/franciscan/pages/intro/ofmintro.html>].

³⁴ MOREIRA, António Montes, «Implantação e Desenvolvimento da Ordem Franciscana em Portugal - Séculos. XIII-XVI», in *O Franciscanismo em Portugal – Séculos XIII-XVI*, Actas I-II Seminário, Fundação Oriente, Convento da Arrábida, Setúbal, 1996, pp.20-21.

*simplicidade (...) e no passadio quotidiano” e privilegiando “...a oração mental e pregação popular”.*³⁵ Estes eram de uma maneira geral erigidos em locais isolados ou em meios rurais.

No ano de 1517 o Papa Leão X separa os Observantes e os Conventuais em duas Ordens independentes: «Ordem dos Frades Menores da Regular Observância» (ou somente «Ordem dos Frades Menores») e «Ordem dos Frades Conventuais».

Posteriormente, e ao longo de vários anos, vários Papas tentam congregar as diferentes partes de Conventuais e Observantes.

A designação de *capuchos* deriva da indumentária utilizada. Resumia-se a um hábito de estamena (tecido ordinário de lã) de cor escura, composto por uma túnica talar (que desce até aos calcanhares) cingida com uma corda de lã branca. Naquela surge um capuz pontiagudo. Nos pés usavam sandálias e tinham por costume deixar crescer a barba, autorizados pelo Papa devendo, contudo, andar com a cabeça descoberta. Por vezes usavam sobreposta uma pequena capa que lhes chegava às extremidades das mãos.³⁶

O seu isolamento cumpria-se em conventos que “*deviam ser uma espécie de eremitérios, de forma humilde e pobre, para o retiro dos frades; as igrejas deviam ser pequenas e estreitas. Os conventos ficariam fora, mas não distantes, das povoações, e nêles apenas oito religiosos, estendendo-se a doze quando estivessem perto das grandes cidades. Os officios divinos deviam ser rezados, diàriamente, à meia-noite, e para sermões recomendava-se uma linguagem simples, sem expressões de retórica [...] não podiam receber qualquer remuneração pelas suas prédicas (...) nem possuir bens em particular e em comum.*”³⁷

Esta Ordem rapidamente se estendeu por Itália e países católicos da Europa, onde chegou a contar com 736 conventos, conforme estatística do início do século XX.

³⁵ Idem, *Ibidem*, p.21.

³⁶ Idem, *Ibidem*, passim.

³⁷ Idem, *Ibidem*, passim.

2.1.3 – A vivência e a cultura franciscanas

De todas as ordens religiosas, o franciscanismo é, talvez, aquela que maior tempestuosidade sofreu como resultado da sua força e energia espiritual. Identificou-se, desde sempre, com a ordem dos pobres, procurando satisfazer as suas necessidades e expectativas imateriais do domínio do espírito.

Da vivência dos frades franciscanos do convento dos Capuchos de Sintra, há primeiro que perceber a sua origem na Província da Arrábida e, concretamente, no Convento da Arrábida. A serra da Arrábida, que está na origem da designação desta Província (inicialmente Custódia) franciscana em Portugal, oferece as características naturais para a concretização dos ideais franciscanos em termos de pobreza, contemplação e austeridade. Estes aspectos são referidos por Fr. António da Piedade em 1728, nos seguintes termos: “*Deu a Serra da Arrábida o nome a esta santa Provincia, e ella com os seus rigores se fez entre todas as mais da Religião Seráfica taõ nomeada*”.³⁸ É um local, por excelência, de penitência: “*...os ouvidos deviam estar ao serviço da voz dos superiores e aceitar com espírito de resignação todas as repreensões dadas pelo irmão (...) os olhos deviam servir somente para chorar os pecados próprios e alheios; o olfacto só devia recrear-se com a penitência e a mortificação; a boca devia apenas abrir-se para louvar a Deus e abster-se de qualquer palavra profana, de todo o manjar delicado; as mãos deviam estar em permanente contacto com o rigor das disciplinas (...) os pés sem qualquer resguardo dos espinhos ou do rigor do gelo no Inverno que pisam e o corpo deve usar «hum vil, áspero e remendado burel...»*”³⁹ Os religiosos que ali permaneciam “*...deviam de ser humildes e pobres, os pés quase ou sempre descalços; o leito não he outro mais, que huma taboa, ou cortiça; e huma pedra, ou pão lhe servem de travesseiro. Nas cellas que são summamente apertadas, não tem outras alfayas mais, que o Brevicario, e hum até dous livros espirituaes. Usão de huma taboa com um masso pequeno, ou pedra, que servindo de fino a seus golpes, acodem as*

³⁸ PIEDADE, Fr. António da, *Espelho de Penitentes, e Chronica da Província de Santa Maria da Arrábida da Regular, e mais Estreita Observância da Ordem do Seráfico Patriarcha S. Francisco, no Instituto Capucho*, Tomo Primeiro, Lisboa Occidental, na Officina de Joseph António da Sylva, Impressor da Academia Real. M.DCC.XXVIII., p.2.

³⁹ Idem, *Ibidem*. Cit. GONÇALVES, Manuel Pereira, «Os Franciscanos em Portugal», in *O Franciscanismo em Portugal – Séculos XIII-XVI*, Actas I-II Seminário, Fundação Oriente, Convento da Arrábida, Setúbal, 1996, p.263.

*comunidades assim ao Refeitório como à Cozinha: a louça em que comem, e os vasos porque bebem, são os mais vis e pobres, que se podem considerar, não por necessidade, mas sim voluntariamente, pois he tal a devoção dos Portuguezes para com elles, e principalmente dos Nobres, que se quizerão, com muita facilidade, de tudo teriaõ abundância. Das casas só direy, que parecem mais cabanas de Pastores, que moradas de Religiosos, com as quaes se contentaõ e servem a Deos fielmente”.*⁴⁰ Estes princípios surgem nos estatutos que foram redigidos por S. Pedro de Alcântara, existindo ainda outros referentes à não ingestão de carne ou peixe, vinho ou ovos. Caso algum benfeitor desejasse ajudar com víveres, não poderiam os frades aceitar perdizes, galinhas ou outras aves, nem peixe precioso, excepção seria feita para os frades enfermos que gozariam de maior número de cuidados.⁴¹ É a partir deste convento da Arrábida, que se destaca um grupo de frades que irão fundar, mais tarde (1560), o convento de Sintra.

A principal actividade destes religiosos foi o ministério pastoral, sobretudo de uma forma jornadeante. O próprio povo os acompanhava, quer nos sermões, quer nas confissões e officios divinos, estimando-os e respeitando-os como varões apostólicos.

O desenvolvimento cultural praticado pelos franciscanos mostra-se de uma forma muito particular. Não apresentam como objectivo a elaboração de grandes obras que testemunhem o seu legado para a humanidade. Alguns autores afirmam que o fundador da Ordem não defendeu o desenvolvimento cultural da forma que habitualmente se entende. Joaquim Gonçalves diz que S. Francisco é claro “...a este respeito: não viu com benevolência nem os armazéns do saber nem as cabeças recheadas de instrução, nem a petulância das escolas. É por isso que as grandes e abastecidas bibliotecas que, no decurso dos séculos, têm alimentado os espíritos ávidos de saber não se encontram em percursos trilhados pelos franciscanos.”⁴² No entanto refere que o espírito humano não se consegue dissociar do desenvolvimento cultural, devendo-nos entender como esta prática numa outra dimensão.

É perceptível, numa cultura, entender os aspectos que mais facilmente são caracterizáveis, no sentido da simples observação, como sejam os rituais diários

⁴⁰ Idem, *Ibidem*, passim.

⁴¹ GONÇALVES, Manuel Pereira, *ob. cit.*, p.266.

⁴² GONÇALVES, Joaquim Cerqueira, «Sabedoria e Arte de ser Franciscano», in *O Franciscanismo em Portugal – Séculos XIII-XVI*, Actas I-II Seminário, Fundação Oriente, Convento da Arrábida, Setúbal, 1996, p.79.

praticados pelos frades. De igual forma é relativamente fácil o acesso às normas e às crenças em que se baseiam os comportamentos e as atitudes dos franciscanos, como a crença da necessidade da austeridade praticada no dia-a-dia. Há normas que são muito claras, como o caso da rigidez do uso de mantas para se cobrirem durante o frio e mais adiante descritas. Outras há que se esperam que sejam cumpridas, como o caso do cumprimento das penitências. Mas há níveis mais profundos de cultura, que dificilmente são perceptíveis para quem não pertence a estas comunidades (nalguns casos até mesmo para os membros da própria Ordem, e que justificam as divisões dentro da própria Ordem). Esses níveis são de tal maneira interiorizados pelos frades, que se lhes aparecem como fazendo parte da sua própria realidade e que funcionam como uma visão particular do mundo. Aliás, como refere o autor anteriormente citado, os franciscanos lêem o seu próprio livro que é o Mundo⁴³, sendo a sua sabedoria interior. *“O franciscanismo depende mais da obra dos outros do que da sua, preferindo ser companheiro de viagem e de trabalho dos seus contemporâneos a tornar-se habitante fixo dos abrigos que para si ergueu. Não é, com efeito, nem arquitecto, nem mesmo artífice, embora seja homem de trabalho manual, acolhendo, entretanto, melhor a condição de serventes que a de capataz.”*⁴⁴ As suas normas e crenças correspondem a códigos de conduta dentro de uma mesma cultura. Mesmo com diferentes conceitos de cultura, observou-se que alguns conventos franciscanos foram abrindo escolas públicas de gramática, filosofia e teologia, muitas delas criadas em pleno séc. XIII. Esta abertura ao ensino e desenvolvimento intelectual permitiu que, em Portugal, houvesse uma intervenção crescente e significativa por parte dos franciscanos a nível da cultura nacional.

Obrigatoriamente, a estrutura espacial dos conventos sofreu alterações, de forma a se adaptar às novas funções incluídas. Em alguns casos, houve o abandono dos eremitérios e a instalação no centro das vilas e cidades em conventos com traça claustral. Mais tarde, aquando da entrada da Observância em Portugal na aceitação desta reforma por parte de alguns conventos, as escolas conventuais fecharam.⁴⁵

A muitas perseguições estiveram os franciscanos sujeitos por parte dos eclesiásticos. No entanto, o prestígio que detinham junto do povo era patente pelas

⁴³ Idem, *Ibidem*, p.80.

⁴⁴ Idem, *Ibidem*.

provas que lhes eram dadas. Várias figuras ilustres da nobreza e mesmo monarcas, escolhem como última morada, igrejas desta Ordem, justificando o grande desenvolvimento da Terceira Ordem Regular.

Outro destaque da actuação franciscana diz respeito ao ensino da Teologia. Uma das grandes manifestações desta área, centra-se na obra *A Redução das Ciências à Teologia*, elaborada por São Boaventura⁴⁶. Independentemente das leituras feitas ao longo dos anos sobre os franciscanos e a ciência teológica, esta servia sempre como um veículo de estudo e não como um objectivo a atingir. Evidentemente, praticam outras ciências, porque delas não se podem desligar. Muitos franciscanos surgem ligados a outra área do conhecimento – a Filosofia. Defendem a coexistência harmoniosa das duas ciências – Teologia e Filosofia – numa época em que existia uma certa rivalidade entre ambas. Obviamente a sua filosofia não se pode dissociar da sua vivência, “...podendo também ser considerada uma superior expressão artística. (...) Se a teologia refere e promove a dinâmica de relação entre Deus e as criaturas, a filosofia (...) concerne ao movimento de tudo, tanto no seu expressivo processo de diferenciação como no de unificação relacional, tanto de Deus como das criaturas.”⁴⁷

A Ordem franciscana teve imensa influência desde a Idade Média em vários domínios da sociedade, inclusive na arte. Dante, na sua *Divina Comédia*, nos dá disso conta. Ainda Perugino e Rafael conseguem atingir o cume da arte cristã com a escola mística na área da pintura. A arte não funciona, para estes seguidores de S. Francisco, como uma substituição da Natureza, mas antes uma forma de participar no melhoramento da realidade natural. Aliás, a Natureza é um símbolo da obra de Deus, tendo as suas manifestações no chamado *expressionismo* e *exemplarismo* franciscanos.⁴⁸ Outra figura de destaque é Giotto e os seus sucessores, que foram fortemente influenciados pelo franciscanismo, introduzindo um sentimento até então muito subtilmente manifestado: o amor seráfico.

⁴⁵ MOREIRA, António Montes, *ob. cit.*, pp.19-21.

⁴⁶ Nota: S. Boaventura (1221-1274), entrou na Ordem dos franciscanos no ano de 1243 e foi um dos mais notáveis escritores da Idade Média. Foi admirável na interpretação das Escrituras, que tomou como base e como essência da teologia. Cf. AA.VV., *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, vol. XI, *ob. cit.*, p.788.

⁴⁷ GONÇALVES, Joaquim Cerqueira, *ob. cit.*, p.83.

⁴⁸ *Idem, Ibidem*, p.82.

As novas manifestações culturais promovidas pelos franciscanos podem ter contribuído para novas formas do saber, não de uma maneira explícita, mas a partir de atitudes de saber-ser, saber-fazer e saber-estar, algo que é construído na vida em sociedade. A partilha de atitudes com os nossos semelhantes é algo que é inerente à própria humanidade; elas parecem óbvias e levam a considerar desadequadas as pessoas que as não cumprem. No entanto, parece ser esta a grande sabedoria franciscana: a transmissão de valores mais altos que são críveis pelo povo, mas que dificilmente se consegue colocar em prática, pois falta a “...visão espiritual integral da humanidade, de toda a vida, da natureza, do nosso planeta, do lugar que ocupamos e do papel que temos no universo e no tempo.”⁴⁹

2.2 – O Franciscanismo em Portugal

Durante a Idade Média, as ordens religiosas desempenharam, em Portugal, papel determinante com a construção de diversos conventos e mosteiros. Isto traduziu-se numa alteração dos valores religiosos e culturais existentes no país, contribuindo para um povoamento mais numeroso e um incentivo ao uso da terra. As práticas agrícolas puderam ser melhor disseminadas pelo ensino promovido por estes espaços. Algumas ciências como a Medicina e a Botânica viram os seus princípios serem alargados a áreas geográficas maiores, pela compilação em manuscritos. Havia, no geral, uma tendência a que os núcleos urbanos apresentassem um desenvolvimento acentuado nas áreas em redor dos espaços religiosos.

A nova Ordem franciscana entrou em Portugal em 1217⁵⁰, com o envio pelo próprio S. Francisco de dois religiosos: Frei Zacarias e Frei Gualter. Crê-se que a expansão para Portugal, tenha sido precedida pela passagem de S Francisco pelo país aquando da sua peregrinação a Santiago de Compostela. Estabelecem-se em Lisboa, Santarém, Coimbra, Porto, Alenquer, Leiria, Guimarães, Guarda, Covilhã, Portalegre,

⁴⁹ GASPAR, Nuno Miguel, *O Convento dos Capuchos da Serra de Sintra – Percorso Histórico e Guia Interpretativo*, Cacém, VoxGo – Centro Editorial, Lda., 2005, p.25.

⁵⁰ MOREIRA, António Montes, *ob. cit.*, p.13.

Évora e Beja, correspondendo aos grandes centros urbanos da época.⁵¹ Santo António de Lisboa (talvez o primeiro franciscano em Portugal), nos seus sermões indica o reconhecimento de Deus na própria Natureza, usando passagens escriturísticas que servem de base a alegorias e analogias, como a Arca de Noé, a nau de Salomão e a «árvore».⁵² Até 1272 implantaram-se no nosso país 17 comunidades, sob dependência da Província de Santiago (ou S. Tiago), com sede em Espanha.⁵³

A Observância iniciou-se em Portugal no ano de 1392 com Fr. Diogo Árias, Fr. Gonçalo Mariño e outros frades pertencentes à Província de Santiago.⁵⁴ *“Com o cisma do Ocidente, em 1384, a Província de S. Tiago ficou dividida, com uns conventos a obedecerem ao Papa de Roma e outros ao Papa de Avinhão. Os conventos portugueses e alguns de Espanha mantiveram-se fiéis a Roma. Assim começou por haver duas províncias de S. Tiago, uma com sede em Portugal, fiel a Roma, e outra com sede em Espanha, fiel ao Papa de Avinhão.”*⁵⁵ Durante o séc. XV o número de novos conventos observantes é superior à dezena, aderindo outros mais antigos a esta reforma. *” Em 1407 passou a haver um Ministro da Ordem de São Francisco em Portugal, com selo próprio, e só em 1421 Fr. Gil Lobo usou o título de Ministro Provincial de Portugal”*.⁵⁶ Mas alguns dos preceitos que S. Francisco havia preconizado, começam a estar desactualizados, surgindo os movimentos reformistas. Um dos principais movimentos é desencadeado por Fr. João de Guadalupe e Fr. Pedro de Melgar que, no final do séc. XV, instituem na Península Hispânica uma congregação designada por “Congregação do Santo Evangelho”⁵⁷, tendo sido extinta, pouco tempo depois, por ordem de D. Manuel I. No plano de ligação com o exterior, os franciscanos portugueses correspondem, com facilidade, ao espírito da aventura assente nos Descobrimentos, permitindo uma maior abertura na acção missionária.

No ano em que a decisão pontifícia de Leão X de separar Conventuais de Observantes é tomada (1517), os franciscanos portugueses organizam-se em duas províncias e custódias: a Província de Portugal da Regular Observância, com sede em

⁵¹ PEREIRA, Paulo, *ob. cit.*, p.370.

⁵² *Idem, Ibidem.*

⁵³ Veja-se [<http://www.virtual-net.pt/FranciscanosVaratojo/ofm.html>].

⁵⁴ MOREIRA, António Montes, *ob. cit.*, p.21.

⁵⁵ Veja-se [<http://www.virtual-net.pt/FranciscanosVaratojo/ofm.html>].

⁵⁶ *Ibidem.*

⁵⁷ XAVIER, António Manuel, *ob. cit.*, p.13.

Lisboa; e a Província de Portugal dos Conventuais ou Claustrais, com sede no Porto.⁵⁸ Naquela o estilo de vida era o mais austero: em Espanha tomam a designação de *Descalços* (porque a vida era levada ao ponto de nem sequer usarem sandálias); e em Portugal designam-se de *Capuchos* pela forma pontiaguda do capelo.⁵⁹

Nesta altura a divisão do território em termos administrativos, englobava a Custódia da Arrábida. No ano de 1560 concretiza-se uma vontade, há já algum tempo manifestada por vários, da passagem da Custódia a Província. Lourenço Pires de Távora, embaixador de Portugal junto do Papa Pio IV, solicita a passagem para a Província de Santa Maria da Arrábida, por breve posta em execução a 22 de Dezembro de 1560. Nesse dia reuniu a Custódia no Convento de São José de Ribamar, tendo sido definidos os respectivos Guardiães dos vários conventos integrados nesta Província. Foi nomeado para o Convento de Santa Cruz de Sintra o Fr. Pedro de Antoria.⁶⁰

Os capuchos franceses foram introduzidos no nosso país por iniciativa do padre Frei Cirilo de Mayenne em 1647, e os capuchos italianos em 1686, passando uns e outros a ter a designação de *Barbadinhos*. Aos primeiros foi dada licença em 1647 por D. João IV de fundar um hospício em Lisboa; aos segundos foi dada licença em 1686 por D. Pedro II para, em Lisboa, disporem as missões para o ultramar.⁶¹

Em 1672, a província de Portugal foi dividida em duas: a “província da Piedade” situada a sul do Rio Tejo e a “província da Soledade” incluindo as casas situadas a norte do mesmo rio. Pelas duas províncias se espalharam os frades capuchos. Os seus conventos eram muito pobres, padecendo os frades de duras penitências.

Até 1834, ano em que por ordem de D. Maria II se dá a extinção das ordens religiosas em Portugal, as comunidades franciscanas não pararam de crescer no nosso país. Nesta altura existiam cerca de 200 conventos franciscanos com cerca de 4500 religiosos.⁶²

No período correspondente entre 1834 e 1861, a família franciscana desapareceu oficialmente de Portugal. No ano de 1861, Fr. Joaquim do Espírito Santo adquire o

⁵⁸ MOREIRA, António Montes, *ob. cit.*, p.22.

⁵⁹ Nota: MOREIRA refere que não se pode confundir estes «Capuchos» com a Ordem independente dos Capuchinhos. *Idem, Ibidem*, p.24.

⁶⁰ GONÇALVES, Manuel, *ob. cit.*, pp.276-278.

⁶¹ AA.VV., *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, vol. IV, *ob. cit.*, p.173.

⁶² Veja-se [<http://www.virtual-net.pt/FranciscanosVaratojo/ofm.html>].

Convento do Varatojo bem como a Igreja, restituindo-se esta ao seu antigo apostolado, situação única em Portugal na época. A partir deste Convento restaurou-se a província de Portugal dos Santos Mártires de Marrocos e, até 1910, não houve qualquer problema para as comunidades franciscanas (à excepção do ano 1901). Com a implantação da República, nova perseguição às comunidades religiosas ocorreu, obrigando os frades franciscanos a transferirem para Espanha as suas estruturas. Apenas durante o Estado Novo, em 1940, voltaram para Portugal os sectores franciscanos que funcionavam na Galiza, Tuy e Vilarinho de la Ramallosa.⁶³

Actualmente existem diversas comunidades franciscanas em Portugal Continental, Madeira e Açores.

⁶³ *Ibidem.*

PARTE II

O CONVENTO DE SANTA CRUZ

3 – O CONVENTO DE SANTA CRUZ

3.1 – Localização e sítio

O Convento de Santa Cruz dos Capuchos situa-se em pleno maciço da serra de Sintra, pertencendo à freguesia de Colares, concelho de Sintra, distrito de Lisboa. A serra apresenta um conjunto de particulares características, nomeadamente os profundos contrastes entre as zonas rurais e urbanas.

O convento está situado a cerca de 7 km da Vila de Sintra, na vertente da serra virada a NE, à cota aproximada de 325 m. Seguindo na estrada EN 247-3 em direcção à Pena, volta-se à direita na bifurcação surgida para o Palácio da Pena. Após cerca de 4 km encontra-se um cruzamento, estando o convento a cerca de 150 m à direita. A sua localização em carta militar à escala 1/25 000 pode ser observada na figura 13, bem como no desenho 01 do volume 2.



Figura 13 – Localização do convento na carta militar

Na estrada que segue de Sintra para Colares, ainda se observa o antigo caminho que lhe dava acesso. Um pouco abaixo do Palácio de Monserrate, encontra-se um marco viário do século XVII com a seguinte inscrição: «Caminho para o convento de Santa Cruz da Serra, vulgo Capuchos».



Fig.14 – Marco viário do século XVII

Todo o perímetro da cerca conventual é murado e encontra-se isolado, localizando-se em área de declive acentuado e vegetação densa de carvalhos e arbustos, próximo da Tapada de D. Fernando II.

Com o objectivo de caracterizar o local onde se implantou o convento de Santa Cruz e envolvente, torna-se necessário proceder à análise das razões que conduziram a tal escolha.

Denominada de “Monte da Lua” desde a Antiguidade Clássica, a serra de Sintra sempre ofereceu condições para a fixação de povos nesta zona, relacionando-se com a sua particular situação geográfica: o bom clima, a abundância de água e a fertilidade dos solos.

Situada em pleno maciço granítico, com a água a brotar em vários pontos e a densa vegetação, poder-se-ia pensar que a área do maciço central da serra de Sintra, seria o local ideal de forte ocupação humana e densos aglomerados populacionais. No

entanto isso nunca se verificou. As dificuldades de acesso pelas altitudes, pelos declives que apresentava, pela falta de rede de comunicações e pela densa vegetação, nunca se mostraram muito atractivas para a fixação de populações.

Significa isto que se ofereciam as condições geográficas ideais para um grupo de frades ali se instalar. A escolha de uma serra para local de retiro não foi por acaso. Vários montes são considerados sagrados na Bíblia, representando uma proximidade com Deus. Assim sendo, Sintra tratava-se de um local de recolhimento com recursos naturais acessíveis. A escolha criteriosa da localização geográfica e fisiográfica para a implantação do convento, é demonstrativo das particulares condições do local propícias à meditação e à vida contemplativa aliadas à mortificação ascética, formando os ideais da espiritualidade monástica. “*Talvez atraídos pelo sagrado e pelo êxtase de horizontes largos, que cada dia as neblinas vendam e desvendam, os homens [...] têm mais facilmente, nestes sítios, a experiência dos seus limites e fronteiras.*”⁶⁴ A localização do convento em função da topografia da serra é patente na figura 15, que representa um corte esquemático efectuado a partir da carta militar. Observa-se a implantação do convento em plena mancha de vegetação autóctone (desenho 02 do volume 2).

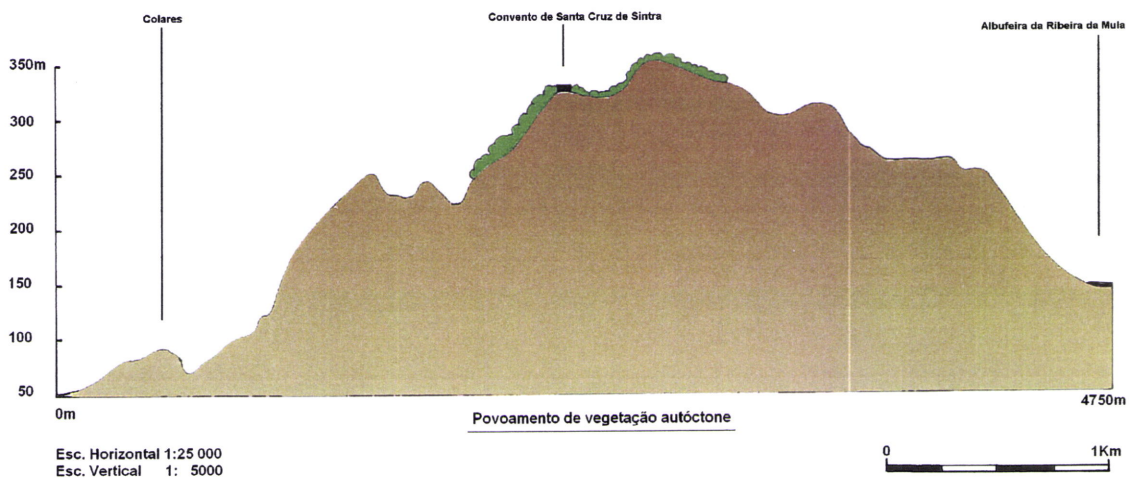


Figura 15 – Corte topográfico efectuado a partir da carta militar com localização do convento

⁶⁴ CATARINO, Fernando Marques, «A Paisagem de Sintra e a Sua Vegetação», in RIBEIRO, José Cardim (Coord.), *Sintra, Património da Humanidade*, s.e., s.l., 1996, p. 77.

A necessidade de recolhimento para meditação e oração, obrigava a que a escolha do local se baseasse num certo distanciamento relativamente aos povoados. Só assim os rituais ascéticos poderiam ser concretizados estando o convento longe dos olhares indiscretos, sendo uma forma de tentar simbolizar o deserto eremítico. Por outro lado, a acessibilidade deveria estar garantida, de forma a permitir aos frades a deslocação no caso de mendicidade, bem como a vinda de fiéis ao convento para esmolas e assistência às missas. Fr. Manuel de Monforte diz na sua *Chronica da Província da Piedade*⁶⁵, que a distância ideal deveria ser de meia légua da povoação mais próxima.⁶⁶

Para a escolha da implantação do convento, há que ter em consideração a fisiografia. Esta vai tentar resolver um conjunto de factores de implantação, nomeadamente a vertente biofísica que está directamente relacionada com a função dos espaços. A particularidade da aridez da serra de Sintra coloca o convento de Santa Cruz numa posição um tanto distanciada de outros conventos capuchos. Muitos conventos foram erigidos em situação de vales por diversas razões: fecundidade dos solos; forma côncava como símbolo do eremitismo, isolamento e recolhimento das virtudes professadas; ligação a uma virtude humana – humildade; maior quantidade de água disponível. Na maioria dos casos os conventos implantavam-se em locais de grande desconforto climático. O convento dos Capuchos encontra-se na vertente norte da serra de Sintra, logo a mais fria e mais exposta aos ventos. O conjunto edificado situa-se numa posição de meia encosta, pois a partir dela consegue-se tirar partido de parte da área da cerca conventual, em particular, a zona das hortas. Havia ainda a considerar as tomadas de vistas que a partir deste espaço seria possível desfrutar, tendo em conta que a vegetação envolvente não teria o porte actual e, portanto, o campo visual francamente mais alargado, estando de acordo com a dominância visual requerida.

Pelas características climáticas típicas do clima mediterrâneo, os recursos hídricos mostravam-se áreas importantes de domínio, sobretudo no período estival. Assim, a localização do convento esteve relacionada com a presença próxima de nascentes, ao qual se associou um engenhoso sistema hidráulico.

⁶⁵ MONFORTE, Fr. Manuel de, *Chronica da Província da Piedade*, cit., XAVIER, António, *ob. cit.*, p.25.

⁶⁶ Nota: A medida itinerária que já chegou a ser utilizada em Portugal foi de 6 179m, sendo actualmente de 5 000m. Considerando a meia légua a partir da antiga “légua velha”, esta distância equivaleria a aproximadamente 3 km. Esta é a distância aproximada que se verifica desde a Vila de Colares até ao

Ou seja, a organização espacial deste espaço conventual, assenta em cinco factores fundamentais⁶⁷: religiosidade do espaço, morfologia do terreno, necessidades de rega, tipo de vegetação e percursos.

A simbólica do espaço diz respeito à estrutura estabelecida dentro da cerca conventual e que estaria de acordo com os valores espirituais, conferindo dimensão simbólica através da forma. Aliás, a própria Natureza moldou o complexo edificado. Muitas paredes, tectos e caminhos deste convento são definidos por enormes blocos de granito que, em muitos casos, lhes serve igualmente de estrutura. A própria delimitação deste espaço de culto deveria ser ponto de partida para a definição do mesmo, com o provável início de construção a partir do muro da cerca conventual. O espaço intramuros só seria então conhecido por aqueles que tivessem optado pela via da religiosidade e da austeridade. Os muros de delimitação funcionavam, desta forma, como a preservação da simplicidade extrema dos frades e a ausência de devastação das suas vidas de oração e penitência, ficando de fora a vida mundana e todos os seus pecados.

No que respeita à morfologia do terreno, a situação de meia encosta é, então, a preferencial. Os declives observados são acentuados, obrigando a que todo o espaço dentro da cerca seja estruturado em diversos níveis colocados a diferentes cotas, incluindo o conjunto edificado e adiante descrito. O levantamento topográfico da cerca conventual pode ser observado no desenho 04 do volume 2. Ou seja, há uma adaptação das partes componentes ao terreno de forma natural. As áreas superiores (interiores e exteriores à cerca), correspondem a situação de mata, como área preferencial de infiltração das águas. A zona central ao maior número de estruturas edificadas e a zona mais baixa às áreas de horta. Estas encontram-se em diferentes patamares, construídos com recurso à movimentação de terras e acompanhados de sistemas de distribuição de água. Os acentuados declives estruturam a composição do espaço.

A rega é desenvolvida a partir da captação de água nalguns pontos. O principal diz respeito à nascente existente no Alto da Memória e que entra dentro da cerca através de aqueduto. Outra nascente encontra-se dentro da própria cerca e está junto à zona das

Convento dos Capuchos de Sintra. (cf. AA.VV., *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, vol. XIV, *ob. cit.*, p.821).

⁶⁷ XAVIER, António Manuel, *ob. cit.*, p.43.

hortas. Todo este sistema de captação e transporte de água será tratado em capítulo próprio.

Quanto à vegetação existente na cerca, a informação é muito escassa. A mata deveria ter uma composição vegetal espontânea da serra, tendo a função de produção, de protecção e de infiltração. A sua caracterização será objecto de maior pormenorização.

Os percursos dizem respeito à dinâmica da vida eremítica particular destes frades, das suas práticas, rituais e crenças.

A síntese dos diferentes elementos existentes, materiais ou imateriais, que contribuem para a identidade deste sítio, traduzem o seu verdadeiro *genius loci* que habita na mata, na água que corre e em todos os elementos constantes na cerca conventual. Neste sentido, ela é única!

O convento deve ter sido habitado até 1834, aquando da extinção das ordens religiosas em Portugal pelo Liberalismo.

O convento de Santa Cruz dos Capuchos foi classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 37077, DG de 29 de Setembro de 1948.

3.2 - O património edificado

O convento de Santa Cruz dos frades Capuchos foi fundado por D. Álvaro de Castro, conselheiro de Estado e Vedor da Fazenda de D. Sebastião, filho do vice-rei da Índia (D. João de Castro), no ano de 1560, em cumprimento de um voto de seu pai. Conta-se que D. João III ao passear por aqui, sonhou com Santa Cruz, tendo pedido ao vice-rei da Índia para a construção do convento, não tendo este cumprido por doença súbita em Goa que levou à sua morte em 1548. Doze anos após, seu filho manda erguer o convento e este é entregue à Ordem de S. Francisco.

Em 1564 D. Álvaro de Castro pediu um «breve»⁶⁸ ao Papa Pio IV para quem rezar pela paz entre os príncipes cristãos, pela Santa Madre Igreja e pela alma de D. João de Castro, ficando inscrito numa lápide no altar do convento.⁶⁹

Inicialmente o convento foi habitado por oito frades capuchos vindos do Convento da Arrábida, com a invocação a Santa Cruz.

O convento é assente na rocha e as paredes e tectos são forrados a cortiça, o que lhe confere a designação que também lhe é atribuída de «Convento da Cortiça». Este convento sempre ficou famoso pelo extremo da sua pobreza e rigor de vida, seja da construção, seja das próprias condições de vida. D. Filipe I de Portugal (Filipe II de Espanha) terá dito, quando em 1581 visitou Sintra e, nomeadamente, este convento, que possuía nos seus reinos as duas jóias mais preciosas: o Mosteiro do Escorial por muito rico, e os Capuchos por muito pobre.

3.2.1 – Descrição

O convento de Santa Cruz de Sintra insere-se numa tipologia de arquitectura de carácter religioso.⁷⁰ sendo “...despojada até ao essencial e ao limite da sobrevivência e de uma vivência baseada na pobreza e na mortificação, a recuperação mística de características ainda tardomedievais da regra franciscana no seu maior rigorismo espiritual”.⁷¹ A planta do convento apresenta no seu todo uma forma irregular, composta por vários corpos igualmente irregulares. Trata-se de um conjunto construído a uma escala mínima, edificado em perfeita harmonia com o meio ambiente onde se implanta, aproveitando na sua estrutura os afloramentos rochosos e a partir dos quais se desenvolve a sua planimetria. Algumas dependências estão incorporadas nos penedos e em locais escavados na rocha encontrando-se dispostas a cotas variadas de acordo com

⁶⁸ NOTA: Entenda-se «breve» como “...um escrito dirigido pelo Papa a algum soberano, príncipe da Igreja, comunidade ou até simples fiel para lhes conceder indulgências, comunicar alguma decisão, ou mandar-lhes testemunhos de afecto, apreço ou aprovação...”, cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, vol. V, p.77.

⁶⁹ AZEVEDO, José Alfredo, *Recantos e Espaços*, vol. II, «O Convento dos Capuchos», Ed. Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1997, p.54.

⁷⁰ Veja-se DGEMN, www.monumentos.pt

a perfeita adaptação ao declive natural do terreno onde foi implantado conforme cortes da figura 16. Trata-se de um percurso ascendente, simbolizando a purificação do espírito. Bem demonstrativo disto, é o acesso à sala do retiro (mais elevada) que é feito somente após a passagem pela sala da penitência. Muitas vezes esses mesmos penedos funcionam como estruturas de suporte ou mesmo coberturas, como o caso da igreja. Esta encontra-se integrada no conjunto, não sendo visível do exterior. Esta encontra-se integrada no conjunto, não sendo visível do exterior.

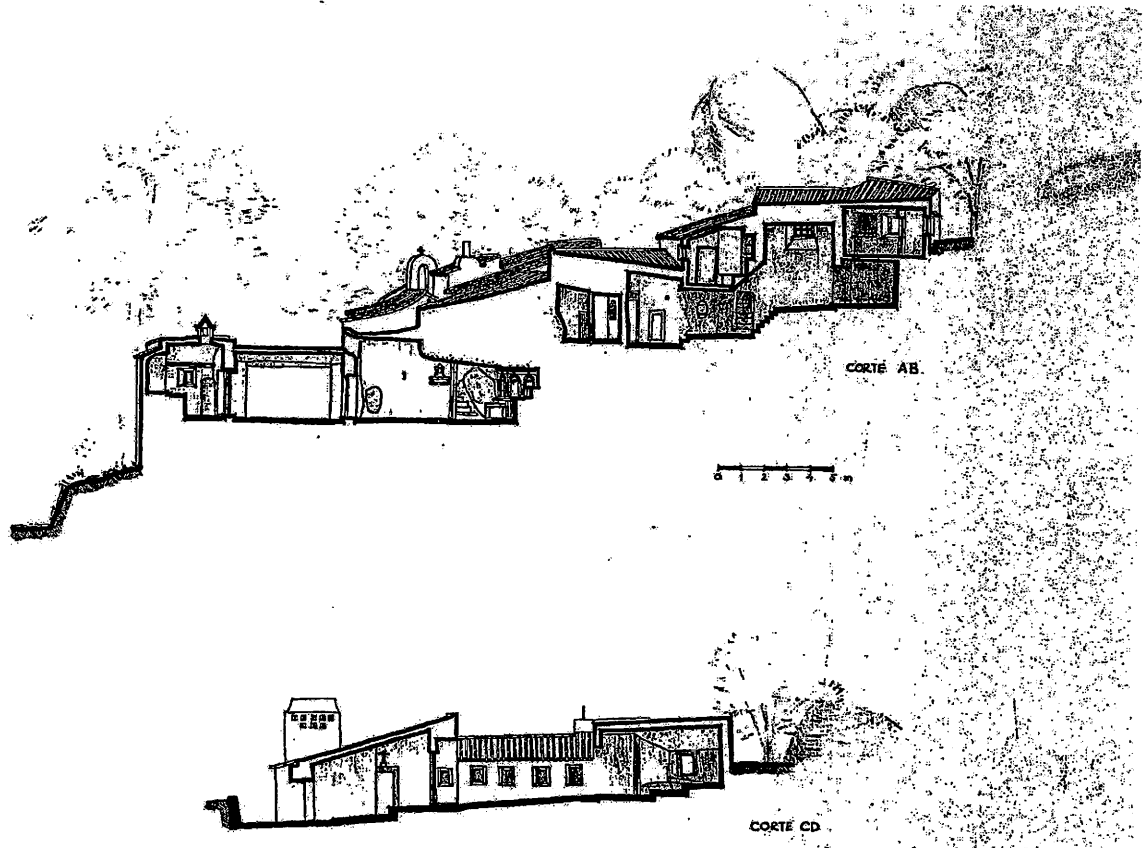


Figura 16 – Cortes de implantação do edifício

As coberturas são diferenciadas em telhados de uma e duas águas (conforme figura 17) e as fachadas dos diferentes corpos são bastante simples, desprovidas de elementos decorativos (em concordância com a Ordem) rasgadas de vãos de pequenas dimensões, na sua maioria sem moldura. As fachadas são rematadas por beiral simples.

⁷¹ RIBEIRO, José (Coord.), *Sintra, Património da Humanidade*, s.e., s.l., 1996, p.216.

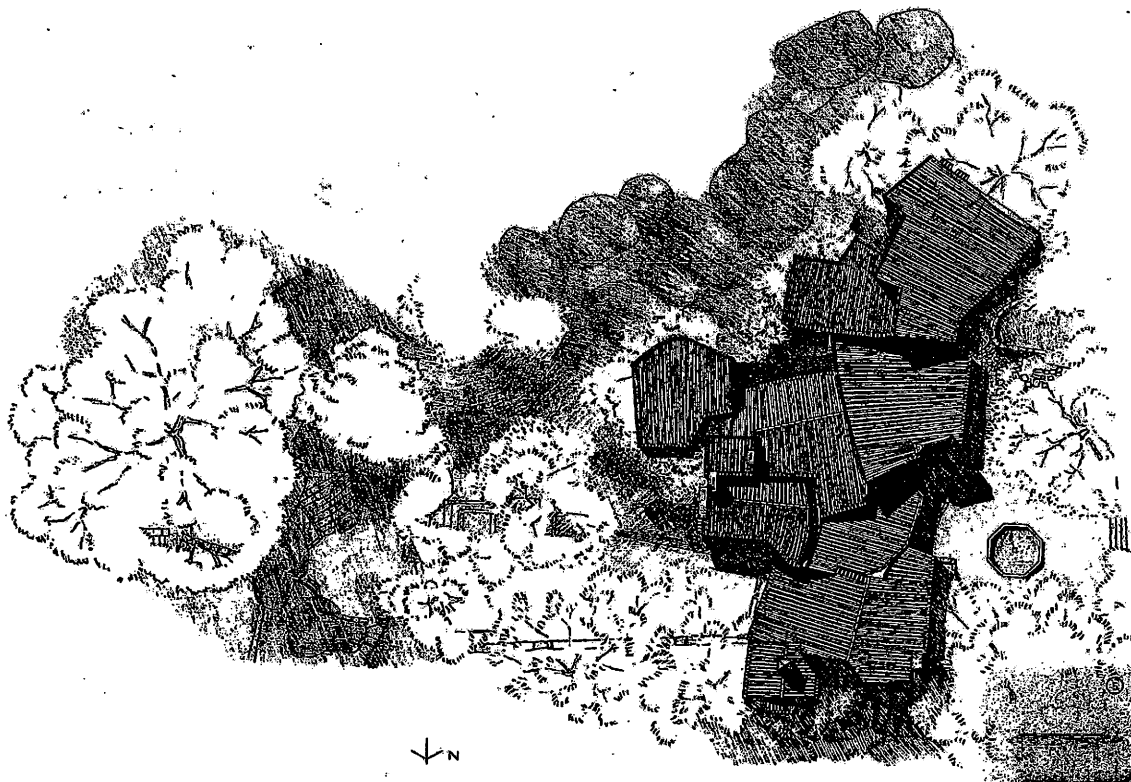


Figura 17 – Planta das coberturas

A entrada principal efectuada a partir da portaria é feita por uma rampa suave com uma pequena escadaria em cantaria a partir de um amplo terreiro. Neste acesso observa-se uma cruz em pedra despojada de qualquer ornamentação, uma invocação ao cenóbio. Após a escada chega-se ao Terreiro das Cruzes, assim denominado pela existência de três novas cruzes igualmente em pedra, simbolizando o Calvário: a cruz central representando Cristo, e as laterais representando dois ladrões (o assumido e o arrependido).



Figura 18 – Entrada no convento

Surge-nos uma cancela em cortiça abrigada por dois grandes penedos que se tocam e que “...a mística franciscana (...) aproveitou, como se de um *ex-libris* introdutório da sua vivência se tratasse”.⁷² É o Pórtico das Fragas que dá acesso ao Terreiro do Campanário, onde existe uma torre com uma sineta para toque de entrada. Trata-se de um pequeno pátio irregular com cruzeiro. Chega-se então ao Terreiro da Fonte, assim chamado pela existência de uma fonte de espaldar com bica de cantaria. A fonte conta com embrechados feitos de pedaços de cerâmica e vidro, restos provenientes das naus e caravelas do séc. XVII. Encontra-se ladeada por mesas e bancos de alvenaria capeados a pedra e decorados de azulejos que datam do séc. XVIII, justificado pela linguagem decorativa e pela existência da cor amarela.⁷³ Este terreiro é o último espaço de luz natural antes da penumbra e/ou escuridão total que dominam este local.

⁷² Idem, *Ibidem*, p.217.

⁷³ GASPAR, Nuno Miguel, *ob. cit.*, p.30.

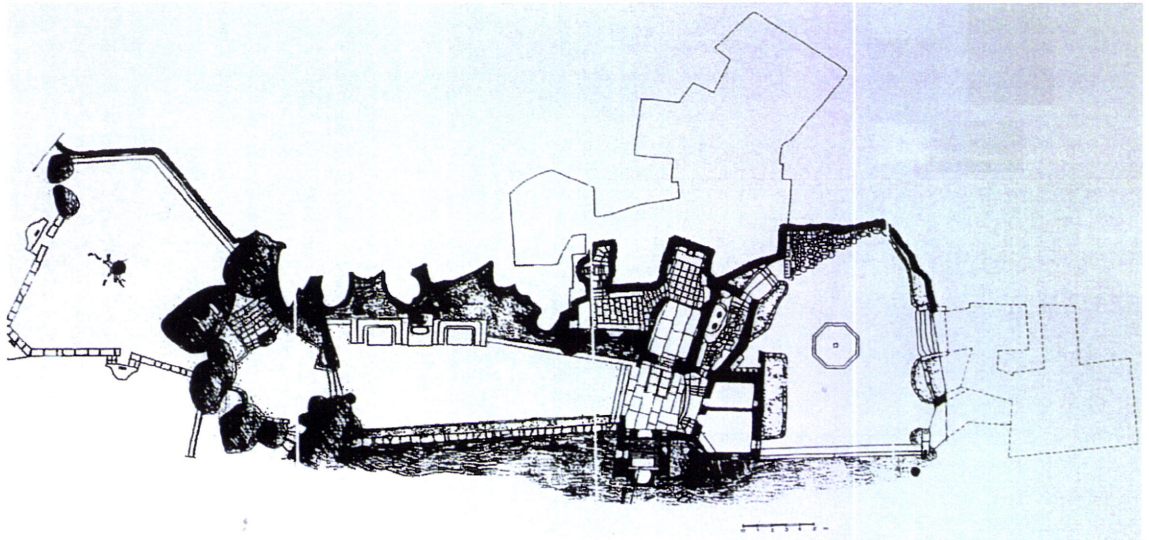


Figura 19 – Planta do 1º piso



Figura 20 – Fonte de espaldar no Terreiro da Fonte

Continuando chega-se ao adro do Convento com um alpendre forrado a cortiça e pavimento lajeado. Apresenta várias portas, todas elas forradas a cortiça. Em posição central encontra-se um espaldar recortado, também ele decorado com seixos e fragmentos cerâmicos, rasgado no frontal por um nicho com o mesmo tipo de revestimento anterior formando uma concha. Posteriormente a este nicho encontram-se duas portas emolduradas revestidas a cortiça correspondendo a quartos de peregrinos. Entre elas uma grande cruz de madeira e vestígios de pintura representando um frade crucificado.



Figura 21 – Alpendre do convento

Lateralmente (à direita) uma porta de acesso à capela do Senhor dos Passos com dois pequenos confessionários, integralmente revestida de azulejos datados do século XVIII.

Ainda no adro do Convento, encontra-se na parede do lado esquerdo um conjunto de outras estruturas dignas de realce. À esquerda existe um alto-relevo partido com representação da Virgem e o Menino. A porta da direita corresponde à antiga entrada dos noviços e é encimada por uma cruz e uma caveira com dois ossos cruzados, “...conjunto icónico que remete para as formas de culto características da Segunda metade do século XVI e para o pietismo capucho”.⁷⁴ Correspondia à porta de entrada dos noviços, simbolizando a cruz e a caveira a “morte” da vida que tinham levado até então. Terminava a dualidade de opções e recomeçava-se uma nova vida. Esta porta dá acesso ao claustro através de um corredor com cobertura em telha.

A porta da esquerda do adro dá acesso à Igreja. Sobre a entrada encontra-se uma cruz de seixos, conchas e fragmentos cerâmicos, assente numa lápide com a inscrição: “LOVVADO SEIA O SANTISSIMO SACRAMENTO” numa clara alusão ao propósito do local. Esta igreja integrada no edifício, de planta longitudinal e de nave única de reduzida dimensão, é coberta por uma formação natural megalítica e pavimento em laje. “...sem (...) ornamento sem tela, ou seda, muito limpas e asseadas que inspirem devoção aqueles que as procuram e façam inveja às ricas e opulentas. O coro seria para a oração do ofício e para os religiosos experimentarem a oração mental durante três horas, diariamente. A disciplina seria prática normal dos religiosos, exceptuando os domingos e dias santos. As missas seriam todas aplicadas pelas intenções dos benfeitores e só o superior poderia celebrar duas em especial por alguma pessoa a quem o convento muito devesse.”⁷⁵

Nas paredes existem vestígios de reboco, deixando a rocha à vista. Facto interessante é a coloração escura no revestimento das paredes (provavelmente com o recurso a cinza) promovendo um ambiente de escuridão. No lado do Evangelho há uma lápide moldurada com inscrição, encimada por uma pedra de armas da família Castro. A capela-mor irregular encontra-se escavada na rocha, sendo possível distinguir vestígios de antiga balaustrada de madeira que separava a nave da capela-mor. Na parede testeira, o retábulo-mor em pedra mármore, apresenta planta côncava, de três eixos. O eixo central apresenta três painéis: ao centro onde estaria colocado o sacrário; e os laterais,

⁷⁴ RIBEIRO, José (Coord.), *ob. cit.*, p.215.

⁷⁵ GONÇALVES, Manuel, *ob. cit.*, p.266.

oblíquos igualmente rasgados por um nicho. O altar é paralelepípedo, com embutidos de mármore policromático no frontal, formando desenhos de composição vegetalista e datado, provavelmente, dos finais do século XVII ou princípios do século XVIII.



Figura 22 – Interior da igreja actualmente

Na igreja, do lado do Evangelho, há uma escada com degraus esculpidos na pedra e que dão acesso a uma pequena galeria a que corresponderia o coro alto. Este apresenta cobertura de tecto forrado a cortiça e iluminado por duas janelas. Dois bancos corridos forrados a cortiça, permitiam que os frades assistissem à missa estando, contudo, longe da vista dos leigos. A partir deste coro existe a comunicação com o espaço conventual.

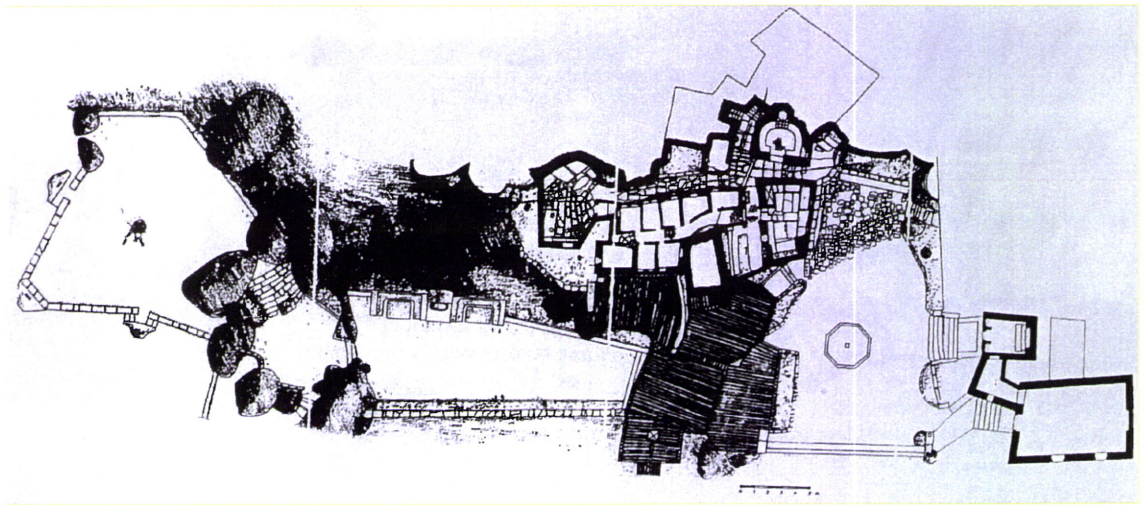


Figura 23 – Planta do 2º piso

No interior do Convento, um conjunto de dependências dispostas ao longo de vários corredores, comunicam entre si por escadas, de forma a vencerem o declive natural do terreno. As paredes das mesmas correspondem aos penedos que haviam sido rasgados, apresentando vestígios de reboco. Os pavimentos são lajeados. As coberturas são revestidas de cortiça, bem como vãos e portas emolduradas com o mesmo material.



Figura 24 – Corredor de acesso às celas individuais

Esta seria uma forma de isolamento das diferenças de temperatura ao longo do ano e a possibilidade do cumprimento das regras da Ordem. Bem marcantes destas regras austeras, são as reduzidas dimensões das celas individuais dos frades (num total de oito)⁷⁶, que apresentam pequenas portas de acesso e que estão no seu conjunto dispostas ao longo de um corredor com pavimento em tijoleira. Estas celas “... *teriam de ser pobres e sem qualquer ornamentação*”.⁷⁷ A filosofia de vida de despojamento de todos os bens materiais era levada a tal rigor, que não existiam sequer camas, dormindo “...*sobre uma cortiça ou esteira e poderiam possuir uma manta que utilizariam nos meses de Março, Abril, Setembro e Outubro, nos meses de Novembro, Dezembro, Janeiro e Fevereiro poderiam utilizar duas [sendo] as cabeceiras [...] de palha. Muitos dos religiosos as tinham de pau ou pedra.*”⁷⁸

A construção das várias divisões do Convento, vão dispersando em outros dois níveis de cotas diferentes, verificando-se uma adaptação do conjunto à inclinação natural do terreno onde foi edificado. Em dois níveis superiores, encontram-se outros espaços de diferentes usos.

O refeitório apresenta como tampo de mesa uma laje de grandes dimensões.⁷⁹ A austeridade da vivência destes franciscanos continua a ser mantida. Frei Martinho de Santa Maria (da Arrábida) dizia que “...*o púcaro devia ser de cortiça tosca; o prato eram as conchas que encontrava na praia e as conchas mais fundas, aproveitava-as para delas fazer a sua tigela. (...) Se havia legumes para cozinhar fazia-se com água e sal, sem qualquer outro molho. Não queria que se fizessem provisões para o dia seguinte.*”⁸⁰ Ainda no refeitório existe um armário embutido na parede e um pequeno vão (designado *ministra*) que comunica com a cozinha. Esta possui quatro aberturas para cozinhar, uma grande chaminé, banquetas de pedra, armários embutidos na parede

⁷⁶Nota: Em 1728, Frei António da Piedade, descreve que as reduzidas dimensões das celas, obrigavam a que alguns frades escavassem a rocha de forma a acomodarem os pés. Veja-se DGEMN, www.monumentos.pt.

⁷⁷ GONÇALVES, Manuel, *ob. cit.*, p.266.

⁷⁸ *Idem, Ibidem.*

⁷⁹Nota: A laje foi mandada cortar na serra pelo Cardeal-rei D. Henrique. Cf. DGEMN, www.monumentos.pt.

⁸⁰ GONÇALVES, Manuel, *ob. cit.*, p.266.

e uma área de lavagens, com sistema de adução e saída de água. Curiosamente as dimensões da cozinha parecem exageradas quando comparadas com as restantes divisões, sobretudo quando se sabe que a sua dieta era limitada e que o número de habitantes do convento seria de oito frades e, eventualmente, um noviço. Tais proporções serão justificadas pelo facto de o convento, a partir de determinado momento, “...ter começado a providenciar refeições, em termos regulares, às populações que, chegando ao convento, delas necessitassem”.⁸¹



Figura 25 – Interior da cozinha com *ministra*

A casa das águas corresponde ao local a partir do qual se faz a distribuição de toda a água para o convento e cuja pormenorização será descrita adiante, incluindo tanque de águas, latrinas e mictório. A ela tem-se acesso através de um corredor exterior.

⁸¹ GASPAR, Nuno Miguel, *ob. cit.*, p.49.



Figura 26 – Casa das águas

Pode-se observar ainda o quarto do noviço, a antiga biblioteca com o tecto forrado a cortiça, a botica (farmácia) e as enfermarias, bem como uma sala adjacente a estas sem abertura de vãos que, provavelmente, servira para morgue ou como espaço privado de penitência. Existem ainda duas celas com cobertura em tecto de madeira e a sala do retiro localizada no ponto mais elevado. Infelizmente, toda a documentação existente do convento foi vendida em hasta pública, após a extinção das ordens religiosas em Portugal no ano de 1834, não chegando até aos nossos dias qualquer registo das práticas diárias deste convento.

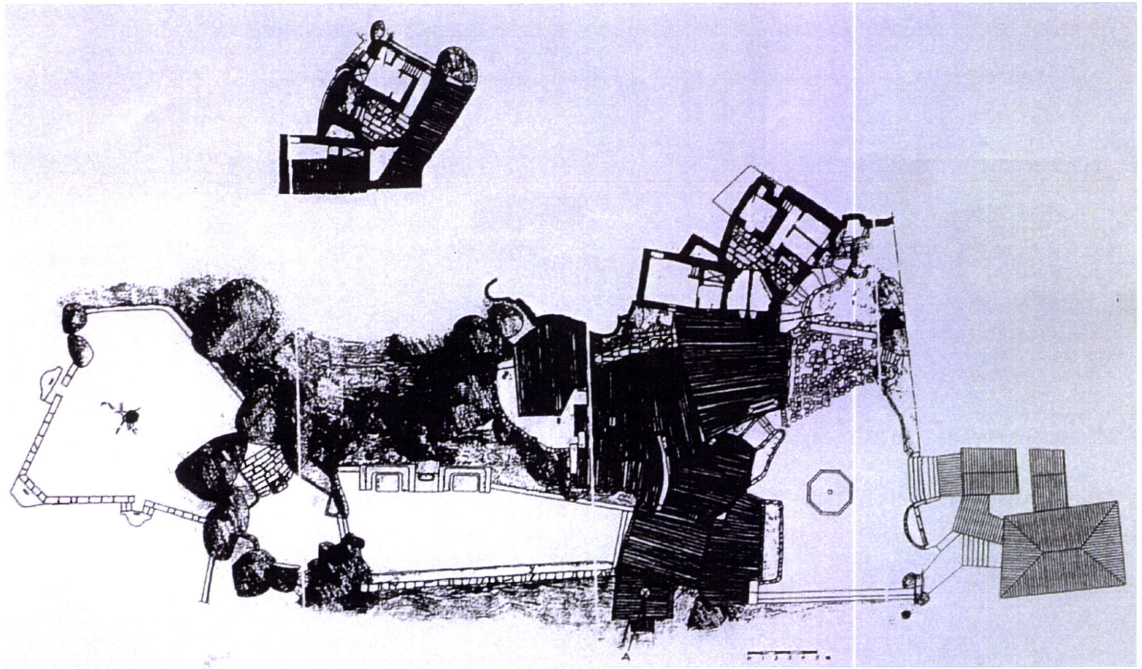


Fig 27 – Planta do 3º piso

Antes da saída para o espaço exterior, encontra-se a sala do Capítulo, espaço de reunião e de decisão dos assuntos do convento. Trata-se de uma sala de planta aproximadamente circular, ao longo de cuja parede corre um banco forrado a cortiça, tal como o tecto e a porta que se destaca pela decoração. O banco corrido é interrompido por um nicho.



Figura 28 – Casa do Capítulo

No claustro, todo ele murado, encontra-se em posição central uma fonte octogonal.



Figura 29 – Claustro

Deste pátio há acesso ao laboratório (*herbolarium* ou *herbarium*) que se encontra adoçado ao edifício conventual.

Do lado oeste está a capela de Santo António (ou capela do Senhor do Horto) doada pelo cardeal-rei D. Henrique já no final do séc. XVI.⁸² Apresenta uma planta rectangular, de nave única, cobertura em telhado de duas águas e um alpendre na fachada. Nesta fachada (voltada para o pátio do tanque) há acesso por uma escadaria recta de lance único, e observa-se uma pintura mural representando São Francisco (do lado do Evangelho) e Santo António (do lado da Epístola), com inscrição superior. No seu interior existe um pavimento em tijoleira e verificam-se vestígios de pintura mural nas paredes prolongando-se até à cobertura. Lateralmente a esta capela, encontra-se um edifício de planta quadrada com cobertura em telhado de quatro águas, construído para a

⁸² Idem, *Ibidem*, p.61.

preservação de alimentos que, a partir do reinado de D. João IV são doados ao convento.⁸³



Figura 30 – Tanque do claustro e capela do Senhor do Horto

Dentro do perímetro da cerca conventual, encontram-se outras estruturas edificadas, nomeadamente forno do pão, bancos e nichos. Destaca-se igualmente a capela do Senhor Crucificado ou do *Ecce Homo* na área superior da cerca, com planta rectangular e cobertura em telhado de duas águas. No interior observa-se o revestimento do pavimento em madeira, bem como a abóbada de berço. A zona inferior das paredes é revestida com pinturas murais e um friso de azulejos monocromáticos.

Na zona superior da cerca, encontra-se a gruta (ou cova) de Frei Honório de Santa Maria⁸⁴ que apresenta uma inscrição junto ao caminho.

Todo o conjunto edificado (celas, cozinha, refeitório, enfermaria, etc.) é construído em pedra granítica rematado com alvenaria de pedra em determinadas situações. As dimensões das várias divisões são exíguas, e os acessos às diferentes áreas

⁸³ *Idem, Ibidem.*

⁸⁴ Nota: Reza a história que este frade ali viveu durante vários anos, como penitência à tentação que havia tido aquando do encontro casual com uma mulher que lhe havia provocado algumas tentações.

do convento são estreitos e muito baixos, de tal forma que é necessário dobrar o corpo para a movimentação no interior.



Figura 31 – Vista parcial do edifício a partir do claustro

3.2.2 - A construção

Importa avaliar as intervenções a que, desde a sua fundação, este convento esteve sujeito. Muitas delas, por falta de registos decorrentes de épocas mais tardias, não foram registadas, sendo apenas possível basearmo-nos naquilo que foi digno de registo, sobretudo as intervenções ocorridas pela DGEMN desde o Estado Novo.

3.2.2.1 - Cronologia das obras

Pretende-se uma cronologia das várias fases de construção deste convento, com os dados que existem disponíveis.

1560 – Fundação do Convento

1578-80 – Edificação da Capela de Santo António e cerca do convento por iniciativa do Cardeal Rei D. Henrique

c. 1610 - Realização de pinturas murais no exterior da Capela de Santo António

1650 – Colocação do marco viário junto ao Palácio de Monserrate

Séc. XVIII – Revestimento azulejar

3.2.2.2 – As obras da DGEMN

Desde a classificação do Convento como Imóvel de Interesse Público em 1948, foi objecto de algumas intervenções de conservação e restauro por parte da DGEMN e que seguidamente se sistematizam:

DGEMN:

1952 – Construção do telhado da capela, do celeiro e dependência das latrinas dos monges;

1953 – Obras de conservação e reparação dos telhados da casa do guarda;

1954 - Reparação das canalizações;

1955 – Reparação das canalizações e casa do guarda;

1958 – Reparação das coberturas;

1961 – Reconstrução do telhado do celeiro;

1963 – Reparações de coberturas e interiores;

1967 – Substituição de dois portões em madeira forrados a cortiça; reparações de coberturas; reparação e substituição de canalizações e limpeza de minas;

1970 – Obras de conservação nas coberturas; colocação de forros nos tectos e substituição de portões;

1971 – Obras de conservação.

Instituto Florestal:

1983 / 85 – Obras de conservação das coberturas;

1994 – Limpeza e manutenção do edifício e mata.

Direcção Geral das Florestas:

2000 / 2001 – Obras gerais de conservação e restauro do edifício.

Sem data precisa, regista-se a construção de uma pequena dependência na casa das águas, situado à esquerda. Foi resultado de intervenção ocorrida aquando da substituição nesta divisão da cobertura de madeira por betão. O peso da nova estrutura implicou a sua sustentação com a construção de um pilar. *“Rapidamente se deram conta, os autores de tal projecto, de que era impensável deixar tal aberração estética em pleno acesso dentro da sala, pelo que se propuseram disfarçá-lo, mediante a construção do compartimento em causa”*.⁸⁵

Actualmente, o convento dos Capuchos encontra-se sob gestão da empresa Parques de Sintra – Monte da Lua S.A., que realiza acções de recuperação, conservação e exploração deste espaço.

Os trabalhos que esta empresa tem vindo a realizar, dizem respeito ao interior do convento, com remoção de “graffitis”, arranjo de portas e janelas e limpezas diversas. A nível do espaço exterior, também existiram intervenções, nomeadamente no terreiro à entrada do convento. Todo o espaço da cerca e terreiro foram vedados com rede de protecção. Exterior a este conjunto, foi criado um parque de estacionamento com lugar para cerca de 70 lugares.

A empresa prevê o prolongamento de acções.



Figura 32 – Estacionamento

⁸⁵ GASPAR, Nuno Miguel, *ob. cit.*, p.55.

3.2.3 - Materiais inertes

O material que caracteriza a estrutura deste conjunto edificado é a pedra granítica. No entanto outros materiais são encontrados ao longo do edifício conventual e suas diversas dependências com fins diversos, como sejam mármore, cortiça, azulejos, cerâmica, seixos e conchas. Tratam-se de materiais, na sua maioria, recolhidos em locais próximos da cerca conventual ou pertencentes à própria cerca, seja de revestimento, de recobrimento com objectivos de protecção de baixas temperaturas ou maiores disponibilidades locais.

Há uma constante utilização de uso de cortiça virgem, com aspecto semelhante a pedra rústica. Este material cumpre duplo objectivo: funcional, permitindo combater o frio e a humidade, e estético pelo acabamento que confere.

3.2.3.1 – O Granito – características gerais

O granito corresponde a uma rocha eruptiva ou magmática resultante da solidificação do material rochoso, mais ou menos fluido do interior da Terra, designado por magma. Forma-se em condições ao abrigo da água e em meio redutor (sem oxigénio). A sua solidificação é feita de uma forma vagarosa no interior da crosta terrestre, dando-se o arrefecimento lento do material e permitindo a formação de minerais em cristais bem visíveis. É assim denominado de rocha eruptiva intrusiva ou plutónica. A sua composição é essencialmente de quartzo, feldspato (ortoclase) e mica (biotite). Apresenta os cristais bem visíveis, tratando-se de uma rocha muito dura e resistente, leve, de densidade 2,7.⁸⁶

⁸⁶ KNAPIC, Dragomir, *ob. cit.*, p.134.

O granito pode possuir várias tonalidades, apresenta textura fanerítica e um teor alto em sílica, sendo uma rocha ácida. Constituída por minerais do grupo dos silicatos, a sua unidade estrutural é constituída pelo ião $(\text{SiO}_4)^{4-}$ o que permite a sua organização em vários graus de polimerização. Os silicatos constituintes do granito são os seguintes: filossilicatos, as micas, os nesossilicatos, os inossilicatos e os tectossilicatos.⁸⁷

Num mesmo ambiente climático podem ocorrer diferenças no que toca à alteração das rochas, sendo estas diferenças de comportamento devidas a factores intrínsecos da própria rocha. As rochas ígneas como o granito são vulneráveis às condições ambientais da superfície, uma vez que os ambientes, para os quais elas estão em equilíbrio, são bem diferentes. A vulnerabilidade das rochas à meteorização reside principalmente na maior ou menor estabilidade dos seus minerais, embora outros factores inerentes à própria rocha possam ser minimizados, como é o caso da textura da porosidade e do grau de fissuração das rochas.



Figura 33 – Blocos de granito

Na susceptibilidade dos minerais, bem como a das rochas que os integram, à alteração reconhecem-se alguns factores com influência significativa, com base nas suas

⁸⁷ AIRES-BARROS, Luís, *As rochas dos Monumentos Portugueses - Tipologias e Patologias*, vol. I,

características químicas, cristalográficas e termodinâmicas. Quimicamente a alteração é um processo de transformação dos minerais das rochas em que a entropia da rocha aumenta com o estabelecimento da desordem dos minerais, pela destruição das redes cristalinas dos mesmos e a movimentação dos seus cátions constituintes, para novas posições em estruturas mais abertas.

Embora não existam provas documentais, pode-se afirmar que o granito utilizado na construção do convento, seja das suas redondezas. Em determinadas situações alguns penedos em granito pré-existentes funcionam como elementos estruturantes do edifício, sendo a construção deste adocada ao terreno existente.

Na ligação das pedras de granito que constituem o conjunto conventual são utilizados ligantes. Existem vários tipos de ligantes que têm como principal característica fazer presa, ou seja, endurecer na presença da água, tendo a função de ligar os citados blocos. A argamassa de cal ou de cimento é obtida pela mistura com areia, água e um ligante (consoante for a cal hidráulica ou o cimento), com a função de ligar entre si os blocos de pedras de granito. As argamassas de cimento mais recentes, usadas na consolidação dos blocos de granito em algumas zonas do convento têm vindo a fissurar facilmente, devido à retracção que ocorre aquando do endurecimento.

Para que a argamassa seja de qualidade é fundamental o uso de critérios na selecção das areias, água e do ligante, assim como do traço a utilizar. Só através de uma análise dos componentes da argamassa é que se poderá saber qual destes entra na composição das argamassas existentes em toda a cerca conventual.

“As condições ideais para a produção de uma boa argamassa encontram-se numa combinação equilibrada entre grãos finos e grossos. Neste caso resultam argamassas mais compactas, com menor quantidade de ligante e de água e com plasticidade e aderência satisfatórias. Por esta razão é que se misturam areias de rio (mais grossas) e areia mais fina. As areias que devem ser utilizadas na composição de uma argamassa são: areia de rio; areia de bancos naturais (areiros). Devem ser bem crivadas (peneiradas) e as de rio devem ser lavadas, a fim de libertar as substâncias orgânicas (raízes, pedaços de madeira, etc.) e químicas (poluição), porque, além de prejudicarem

a resistência das argamassas, criam condições para uma fácil penetração da água nas alvenarias.”⁸⁸



Figura 34 – Parede de granito no interior do convento com visualização de intervenções anteriores

3.2.3.2 – Outros materiais

Para além do granito, outros materiais se podem encontrar dentro da cerca conventual, embora a menor escala. O mapeamento dos materiais inertes encontra-se no desenho 05 do volume 2.

Cortiça

A cortiça é extraída da zona superficial dos fustes dos sobreiros (*Quercus suber* Lin.) após as árvores atingirem determinadas proporções definidas por região. Genericamente, só se extrai a cortiça pela primeira vez quando a árvore atinge 25 a 30

⁸⁸ TEIXEIRA, Gabriela de Barbosa e BELÉM, Margarida da Cunha, *Diálogos de edificação estudo de técnicas tradicionais de construção*, CRAT, Porto, 1998, p.105.

anos de idade. É então designada de “cortiça virgem” e apresenta características bem diferentes da cortiça extraída em períodos seguintes.

No nosso país existe a presença desta espécie em praticamente todo o território, com especial incidência para as áreas a sul do Tejo. O sistema multifuncional em que se integram, designado por montado de sobro, estimula e protege outros produtos economicamente rentáveis, como o porco montanheiro, os cogumelos e um subcoberto rico com grande variedade de plantas aromáticas e medicinais, e que fazem parte dos nossos sistemas agrícolas tradicionais.

O montado de sobro representa um dos ecossistemas de elevado valor paisagístico. Têm elevado valor conservacionista, albergando fauna e flora muito diversificada.

De acordo com a caracterização da flora existente quer na cerca do convento da Santa Cruz de Sintra, quer na zona envolvente, podem-se observar vários exemplares de *Quercus suber* L., alguns (existentes na mata da cerca) que apresentam um PAP (Perímetro à Altura do Peito) superior a 2,50 m.



Figura 35 – Aplicação de cortiça no interior do convento

A cortiça é utilizada dentro do convento como material de revestimento de paredes, tectos e até como estrado nas celas dos frades. Pelo seu elevado grau de utilização, este convento é também designado por “Convento da Cortiça”. Como matéria-prima apresenta um conjunto de vantagens⁸⁹, que a tornam material de eleição para utilização no convento pelos frades:

- É leve, o que facilita qualquer processo de construção na sua utilização;
- Apresenta fraca permeabilidade, condição excelente para ser utilizada como material de recobrimento numa zona onde existe elevado grau de humidade;
- É excelente material de isolamento acústico e térmico, com especial destaque para este último aspecto, dada a austeridade de vida em que os frades viviam;
- De fácil manuseio, permitindo o seu corte em pedaços de dimensão variável e aplicável em zonas curvas ou de forma irregular;
- De dimensões estáveis, não sofre processos de variação de volume por alteração da temperatura;
- Resistente ao desgaste

Azulejos

Observa-se a presença de painéis de azulejos, em alguns pontos do convento, de uma forma geral muito ligados a estruturas hídricas.

O problema da degradação do azulejo, não é só de cada peça em si, mas do seu suporte, ou seja, da argamassa. Em geral o problema reside muito na estrutura de suporte dos azulejos se encontrar degradada.

⁸⁹ Veja-se [www.sobreirosmontadoscor.no.sapo.pt].



Figura 36 – Azulejos no interior da capela do convento

Produtos cerâmicos, seixos e conchas

Existe um conjunto de diversos elementos que se encontram aplicados nalguns pontos do conjunto edificado, que têm unicamente a função de adorno. Tratam-se de pedaços de cerâmica, alguns seixos e até conchas que no seu conjunto funcionam como molduras de algumas fontes na zona exterior. É o caso da fonte do Terreiro da Fonte, ricamente adornada e em elevado estado de degradação, ou ainda a pequena casa de fresco junto ao maior tanque existente na zona das hortas.

Alguns destes elementos tratam-se de produtos cerâmicos argilosos e impermeáveis, como algumas porcelanas visíveis. Outros apresentam características de materiais porosos como os seixos e as conchas. Os seixos são fragmentos de minerais ou de rochas com diâmetro compreendido entre 2,0 e 60 mm e arredondados ou semi-arredondados. Apresentam um comportamento em tudo semelhante aos materiais pétreos. O mesmo se passa com as conchas: tratam-se de materiais porosos, com elevado teor em cálcio.

O grau de degradação destes materiais dizem, sobretudo, respeito a actos de vandalismo, seja por furto ou por quebra.

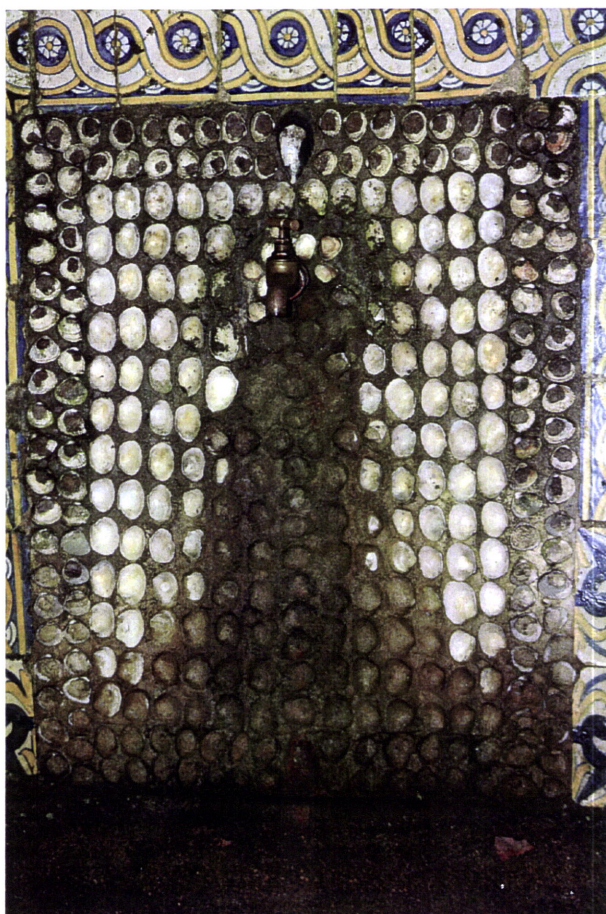


Figura 37 – Aplicação de conchas na casa de fresco

Mármore

A utilização de mármore é muito pontual neste convento. Diz respeito, sobretudo, à construção do altar da capela, onde se observam tipos diferentes de mármore.

Trata-se de uma rocha que, quanto à sua origem, é classificada como metamórfica. Significa que é uma rocha resultante de rochas preexistentes alteradas por agentes de metamorfismo (por ex., altas temperaturas, altas pressões, etc.), que lhes promove modificações texturais e recristalizações.⁹⁰

⁹⁰ COSTA, J. Botelho, *Estudo e Classificação das Rochas por Exame Macroscópico*, 6ª. Ed., Lisboa, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, p.21.

Além de se tratar de um material que não existe na região, trata-se de um material considerado mais nobre. Daí que ele nos surja unicamente com a função decorativa e não estrutural. A observação deste altar parece desajustada do seu contexto. É possível que o seu surgimento seja fruto de uma oferta aos frades, tanto mais que este mármore se encontra colocado numa zona do convento onde podem aceder os leigos.



Figura 38 – Mármore no altar da igreja

É ainda aplicado em outras áreas, como lápides de paredes e altares. Observa-se na figura 39 o brasão existente no interior da igreja, em mármore. Tratam-se de zonas em que há protecção suficiente das águas pluviais, não se observando transformações físico-químicas significativas, e não ocorrendo decaimento significativo. Existem unicamente algumas sujidades.



Figura 39 – Brasão dos Castro, em mármore

3.2.3.3 – Decaimento e identificação de patologias

Numa análise geral do estado de conservação do edifício, verificam-se grandes alterações quer a nível dos revestimentos, quer a nível dos materiais constituintes.

O decaimento da rocha constituinte do monumento depende de factores intrínsecos, de factores extrínsecos, de factores impostos decorrentes da sua geometria e, ainda, de factores antropológicos. Os primeiros dizem respeito às propriedades endógenas da rocha, relacionadas com a composição mineralógica, textura, estrutura, porosidade, permeabilidade, grau de alterabilidade e reactividade química e fotoquímica. Os segundos relacionam-se com o ambiente em que o monumento se encontra, podendo recair nos factores constantes definidores do microclima, como a pressão atmosférica, a temperatura, a humidade relativa do ar, a energia radiante e o regime pluviométrico. Os dois últimos surgem com maior grau nos monumentos

(dependendo da sua localização, orientação e utilização) e não decorrem de processos naturais.

O granito que constitui o convento encontra-se num estado de alteração que resulta das acções externas sobre as rochas expostas à superfície. Esta alteração da rocha diz respeito às modificações causadas pelos agentes externos, sobretudo relacionados com as elevadas condições de humidade relativa constantes na serra de Sintra. Os ventos, a precipitação, as variações de temperatura ambientais e conseqüentemente a colonização biológica, a que os materiais estão expostos de uma forma contínua, são factores que estão interligados, condicionando os fenómenos de alteração.

Os factores extrínsecos também podem ser aleatórios, estando relacionados com parâmetros físicos que podem incluir sismos ou vibrações; parâmetros químicos como oxidações ou hidrólise dos silicatos e bioquímicos, como alterações provocadas por macro e microorganismos.

Os factores impostos decorrentes da geometria do monumento e da sua orientação geográfica dizem respeito à orientação do monumento face ao regime pluviométrico, ao regime eólico e ao tipo de insolação. Estes fenómenos condicionam a escorrência pelas superfícies expostas e a secagem e molhagem das mesmas.

No granito presente em toda a cerca conventual podem identificar-se dois grandes tipos de alterações: as alterações físicas e as alterações bioquímicas (colonização biológica).

A alteração física resulta essencialmente de acções de natureza física, tais como variações de volume, produzidas por oscilações térmicas, congelação e descongelação da água contida nos poros das rochas. Estes mecanismos físicos provocam a constante fissuração das rochas até estados de degradação mais avançados. Ao longo das intempéries o granito está exposto a *“acções alternadas de secagem e molhagem são especialmente perniciosas, acelerando o decaimento das rochas”, (...)* permitem o prosseguimento da hidrólise dos silicatos e conduzem à arenização da rocha com quebras das ligações físicas que se podem traduzir em esfoliações “ do granito “ provocando a sua lascagem e escamação.”⁹¹

⁹¹ AIRES-BARROS, Luís (2001), *ob. cit.*, p.231.

Verificam-se grandes irregularidades na superfície dos blocos de granito. Este fenómeno pode ser devido às acções alternadas de secagem e molhagem o que poderá ter levado à arenização,⁹² à esfoliação,⁹³ e lascagem.⁹⁴ Durante o conjunto de anos a que esteve votado ao abandono, o convento também foi alvo de actos de vandalismo, que podem ter conduzido, em grande percentagem, à alteração das dimensões dos blocos. A presença de fracturas em diversos pontos poderá também ter resultado da expansão ou retracção dos minerais provocados por variações térmicas, abalos físicos e fenómenos de expansão relacionados com a génese de minerais secundários.



Figura 40 – Alteração do granito nas paredes

Além disto, a base de assentamento dos blocos de granito com irregularidades também apresenta grandes alterações, remendadas com aplicações sucessivas de diferentes argamassas de cimento e cal. “*O uso de cimento nas argamassas das juntas é*

⁹² NOTA: trata-se da desintegração da rocha em fragmentos arenosos e pulviformes de dimensões inferiores a 2mm que se manifesta pela queda espontânea de material sob a forma de pó. (cf. AIRES-BARROS, Luís (2001), *ob. cit.*, p.249)

⁹³ NOTA: trata-se do destacamento de lâminas múltiplas da rocha, com espessuras da ordem de 1 mm, paralelas à superfície da pedra (cf. AIRES-BARROS, Luís (2001), *ob. cit.*, p.250).

⁹⁴ NOTA: trata-se da separação da rocha em lascas com alguns centímetros de espessura, paralelas à superfície da rocha e devidas, à insolação e a fortes variações de temperatura. (cf. AIRES-BARROS, Luís (2001), *ob. cit.*, p.250)

um dos principais responsáveis pela erosão regressiva da superfície dos blocos, já que é também origem de sais solúveis ⁹⁵, sendo uma das causas da arenização dos blocos de granito que formam o conjunto. Por outro lado verifica-se a “...*desagregação das argamassas aplicadas, devido à formação de sais solúveis e a sua cristalização aquando da evaporação da água.*”⁹⁶



Figura 41 – Estado das paredes no interior do convento por humidade

No que respeita à alteração bioquímica, o granito constituinte foi colonizado por microorganismos autotróficos e heterotróficos, como o caso de cianobactérias, e líquenes. Os líquenes são associações entre algas e fungos. O seu aparelho radicular é constituído por hifas, que podem penetrar nas discontinuidades dos minerais, promovendo uma desagregação mecânica, ou até mesmo a sua dissolução, devido à

⁹⁵ AIRES-BARROS, Luís (2001), *ob. cit.*, p.433.

emissão de ácidos como o oxalato entre outros. Uma das consequências deste fenómeno é que juntamente com a agregação de matéria orgânica, formam um solo incipiente, onde se desenvolve uma flora, que inclui musgos, que continuam e intensificam o processo de alteração. A alteração cromática e da textura, não só do granito, como também das argamassas consolidantes entre os blocos, é muito intensa, apresentando-se nas mais diversas colorações, desde o negro, o laranja, o cinzento claro e escuro, entre outras, ocorrendo mesmo a sobreposição de cores, e consequentemente a sobreposição de microorganismos. A presença de musgos está bem evidenciada na face virada a norte, devido à existência de uma maior humidade nesta face.

A alteração bioquímica diz respeito à acção de diversos organismos sobretudo do reino vegetal, agirem como factores biológicos de alterações no material pétreo. Os grupos mais representativos são as algas, os líquenes, os musgos e as plantas infestantes e encontram-se assinalados no desenho 06 do volume 2. A sua acção centra-se fundamentalmente em mecanismos químicos e bioquímicos, na sequência da actividade dos próprios seres vivos. A fenomenologia do ataque e o mecanismo de alteração operada dos vários organismos, são função do tipo de material e das condições ambientais em que está exposto, bem como do estado de conservação da sua superfície.

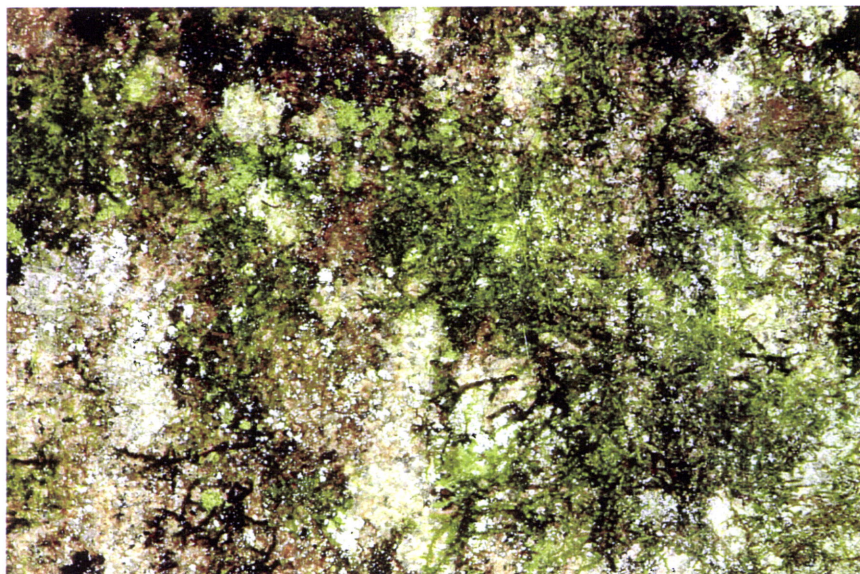


Figura 42 – Colonização biológica do granito

⁹⁶ TEIXEIRA, Gabriela de Barbosa e BELÉM, Margarida da Cunha, *ob. cit.*, p.57.

A água também tem um papel essencial neste tipo de alteração, na medida em que desencadeia e permite a ocorrência da maioria das reacções químicas. Entre os principais processos actuantes no conjunto da alteração bioquímica, tem lugar de relevo a hidrólise, a hidratação e reacções químicas realizadas com produtos orgânicos. A temperatura tem aqui também um papel de extrema importância, pois a velocidade de alteração aumenta com o aumento da temperatura. As acções bacterianas sobre o granito do monumento envolvem a absorção de energia a partir da radiação solar, de modo a promover oxidações e reduções nos minerais das rochas. A alteração da rocha através da acção bacteriana pode ser aumentada se esta actuar atacando os silicatos, no seio de microfissuras.

Ao longo do tempo decorrente da alteração bioquímica resultante da colonização biológica “...a pedra pode ir desaparecendo milímetro a milímetro. Os microorganismos podem ocorrer muito além da superfície da pedra e os seus efeitos são nefastos e estão largamente demonstrados. A sua eliminação é, hoje em dia, tida como medida recomendável para retardar a erosão das superfícies.”⁹⁷

Por observação directa dos elementos graníticos existentes dentro da cerca, observa-se a presença de líquenes. São organismos muito particulares, uma vez que resultam da simbiose mutualística de um fungo microscópico e de uma alga. Esta associação dá origem a um novo organismo com características diferentes das que possuem as duas partes isoladamente. No líquene a alga fornece o apoio de sustentação orgânica, mediante o processo de fotossíntese, o fungo cria uma estrutura de armazenamento e defesa capaz de o proteger da radiação solar. Absorve do substrato os compostos minerais necessários ao seu desenvolvimento, mediante a produção de ácido liquénico.

A acção agressiva do ácido liquénico, é muito mais agressiva que a alga. O ácido provoca a solubilização do mineral, constituído pelo suporte pétreo, numa profundidade de alguns milímetros. Isto vai provocar uma acção de falta de coesão dos cristais, com aumento da superfície específica e da porosidade.⁹⁸

⁹⁷ RODRIGUES, J. Delgado, *Conservação de Monumentos. Aspectos Técnicos e Metodológicos e seu Enfoque na Conservação da Pedra*, XV Lição Manuel Rocha, Direcção da Sociedade Portuguesa de Geotecnia, Lisboa, 2000, p.20.

⁹⁸ TIANO, Piero, *Problemi Biologici nella Conservazione del Materiale Lapideo Esposto*, s. e., s. l., s. d. (polic.), p. 263.



Figura 43 – Presença de líquenes nos blocos de granito junto à gruta de Frei Honório

A presença de musgos é igualmente uma constante neste convento. O musgo representa um estado primitivo na evolução das plantas superiores. Não se desenvolve directamente na superfície do material pétreo, mas sobre o substrato que se foi acumulando nas juntas intersticiais com o passar do tempo. Como consequência o dano mais visível deste tipo de organismo é essencialmente do tipo estético. O surgimento de musgo em áreas concentradas do edifício, é sinal de acumulação de água. Quando a estrutura começa a ficar seca, verifica-se uma diminuição deste tipo de organismos.

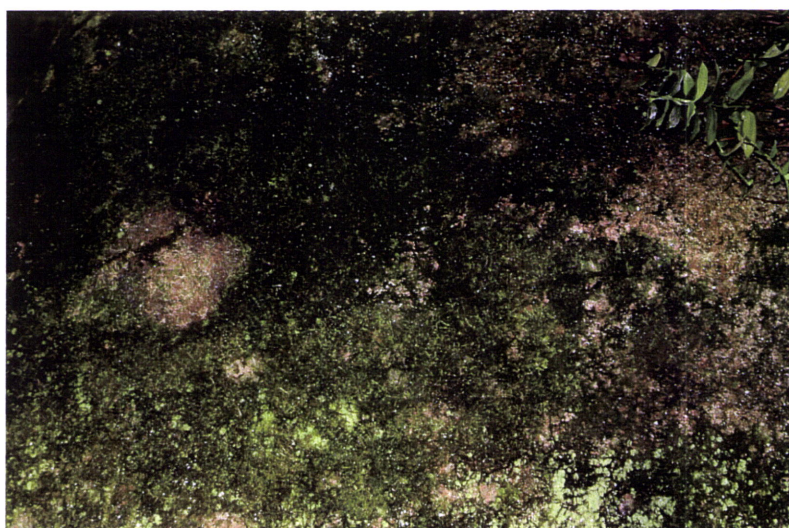


Figura 44 – Presença de musgo nos blocos de granito

O crescimento de infestantes representa um grave problema na conservação. As sementes e esporos de algumas espécies vegetais, ao serem transportadas pelo vento, podem depositar-se em fendas existentes. Com o passar do tempo, e existência de alguma parcela atmosférica que permita a germinação, começa a desenvolver-se a planta, aprofundando o seu sistema radicular no interior da fissura. As raízes, exercendo pressão no interior do material pétreo, provocam uma diminuição da resistência mecânica e uma maior capacidade de penetração da água. Se a semente que germina é de uma planta herbácea anual, o dano provocado pode ser facilmente remediável. Mas se a planta é perene com crescimento contínuo, os danos aumentam por aumento do volume de raízes de forma a suportar o engrossamento do caule e para assimilar maior quantidade de nutrientes.⁹⁹



Figura 45 – Presença de plantas superiores na fonte do claustro

O surgimento de gerações sucessivas de algas, líquenes e musgo em determinadas superfícies, cria condições para a instalação de um nicho ecológico mais complexo com a possibilidade do aparecimento de outro tipo de organismos: bactérias, fungos e

⁹⁹ Idem, *Ibidem*, p.264.

insectos. Este tipo de ecossistema contribui ainda mais para o agravamento do estado de conservação das superfícies.

Outro problema detectado, diz respeito a existência de maiores condensações em paredes frias com exposição norte derivadas de valores mais baixos de temperatura e menores valores de insolação. A forte presença de determinados organismos nestas áreas dá-nos esta indicação.

Os materiais de cerâmica e os azulejos resistem relativamente bem aos ataques químicos. Por outro lado, a sua resistência mecânica é muito baixa¹⁰⁰. O mesmo não se passa com os seixos e as conchas, que apresentam, um comportamento muito próximo do material pétreo. De um modo geral, encontram-se com muita sujidade e algumas concreções duras, bem como se verifica a presença de sais eflorescentes provenientes da terra e das argamassas de suporte conforme desenho 07 do volume 2. Os diferentes materiais que constituem os azulejos (base cerâmica e superfície vidrada) conjuntamente com os materiais da sua aplicação, nomeadamente a superfície a revestir e a argamassa de assentamento, reagem de diferentes formas aos agentes do meio ambiente a que se encontram sujeitos. Apresentam características diferenciadas de dilatação, absorção, resistência térmica e outras, constituindo uma especificidade na sua degradação.

Uma vez identificadas as diferentes patologias que se podem observar em exame macroscópico, importa fazer o seu registo, recorrendo ao mapeamento litológico já apresentado (desenho 05 do volume 2), aos registos fotográficos e representações tipológicas das patologias, e ainda a intensidade do decaimento, quando tal é possível.

São apresentados, em anexo, registos gráficos das patologias (nos desenhos 06 e 07 do volume 2) em que são identificadas as patologias com simbologia adequada, bem como o registo fotográfico das mesmas.

¹⁰⁰ FARIA, J. M. (trad.), *Restaurar e Preservar*, Munique, Ed. Instituto Goethe, s. d. (polic.), p.39.

Existem ainda outros métodos de avaliação do estado de análise de patologias “...que exigem o emprego de equipamento sofisticado que obriga à colaboração de equipas de especialistas (v. g., técnicas espectrofotométricas no domínio dos raios infravermelhos, do visível ou do ultravioleta, ou várias técnicas usando radiação dos raios X).”¹⁰¹

3.3 – A cerca conventual

Até determinado período da história, as ordens mantiveram-se mendicantes e a viver da caridade externa para a sua sobrevivência. Mas a partir de determinada altura é necessário o convento ser autosuficiente. Torna-se “*necessário criar hortas com irrigação e fontes para o jardim de plantas medicinais e aromáticas. O espaço exterior já não se limita agora ao claustro, expandindo-se para outras áreas, tornando-se mais utilitário, e defendendo-se com a construção de um muro*”.¹⁰²

A área envolvente do convento apresenta ainda vegetação representativa da flora primitiva do maciço central da Serra de Sintra. As áreas de cotas mais elevadas dentro da cerca conventual são aquelas onde se pode encontrar a mata.

Esta tinha a função primordial de retenção e infiltração das águas pluviais, mas também mantinha algum carácter de produção pois a partir dela era possível os religiosos retirarem alguns frutos silvestres. Simboliza ainda “...a evocação do refúgio ascético dos primeiros monges cristãos onde se perpetua o estado natural do ambiente impenetrável e selvagem”.¹⁰³

Nas cotas mais inferiores, e tendo como acesso o edifício, encontra-se o espaço agrícola: as hortas e pomares, locais de produção por excelência.

¹⁰¹ AIRES-BARROS, Luís (2001), *ob. cit.*, p.275.

¹⁰² CASTEL-BRANCO, Cristina, «O Uso da Água no Espaço Exterior: do Sagrado ao Profano», in MASCARENHAS, José Manuel, ABECASSIS, Maria Helena, JORGE, Virgolino Ferreira (eds.), *Hidráulica Monástica Medieval e Moderna. A Água no Convento da Arrábida*, Fundação Oriente, Lisboa, 1996, pp. 330-331.

¹⁰³ XAVIER, António Manuel, *ob. cit.*, p.59.

Espaços deste tipo, que apresentam valor histórico, arquitectónico, estético e ambiental, deverão ser encarados como um unidade, não se podendo desligar o interior do edifício da área envolvente, considerando-os como sistemas independentes.

No desenho 08 do volume 2, encontra-se o levantamento da vegetação existente.

3.3.1 – Acolhimento

A entrada na cerca conventual é conseguida por uma portaria correspondendo a uma pequena construção de madeira, junto ao parque de estacionamento. Após a sua passagem percorre-se um caminho em pavimento betuminoso até um a terreiro onde se encontra o Centro de Atendimento. Ladeando este caminho encontram-se manchas de vegetação exótica anteriormente descritas. Na zona de recepção pode-se observar a existência de uma construção que funciona como centro de acolhimento e local de espera entre as visitas guiadas que decorrem no interior do convento. Encontra-se assente numa estrutura metálica colocada pela empresa que tutela o convento – PSML – semelhante às que se encontram presentes nas áreas de recepção de outros espaços tutelados pela mesma empresa, como o Parque de Monserrate ou o Parque da Pena. No seu interior existe informação sobre o historial deste convento, sob a forma de painéis funcionando como uma pequena exposição. Existe ainda a possibilidade de aquisição de alguns folhetos informativos.

Fronteiro a esta construção encontra-se um terreiro que foi objecto de uma intervenção de curiosos há cerca de seis anos, desenquadrada do contexto envolvente e sem qualquer sentido estético. Alguns canteiros sem forma definida, onde se encontram cupressos pré-existentes (*Cupressus sempervirens* L.) onde surge um “relvado”, bem como a presença de um lago artificial com “repuxo”, rodeado de vegetação decorativa. Identificam-se espécies como *Cyperus alternifolius* L., *Nymphæa* sp., *Lonicera japonica* Thunb. ex Murray. (madressilva), *Daphne* sp. e alguns fetos. O pavimento é composto por gravilha onde se encontram mesas e cadeiras metálicas e bancos de jardim.

Deste terreiro acede-se à rampa por uma pequena escadaria de cantaria que comunica com o Terreiro das Cruzes, anteriormente descrito.



Figura 46 – Zona de acolhimento

3.3.2 – Convívio e meditação

Saindo para o exterior próximo da Sala do Capítulo, encontramos-nos nas traseiras em plena cerca conventual. Trata-se do Pátio do Tanque, um recinto de planta aproximadamente quadrada, existindo um tanque central de forma octogonal. Este é o espaço do claustro conventual, aqui alterado nas suas formas do que é comum surgir. Do lado poente deste recinto está a pequena Capela do Senhor do Horto. Sobre a entrada surge escrito o mesmo dístico capucho que se encontra na entrada da igreja. Adjacente a ela encontra-se uma passagem para a mata a cota superior.

O significado e a importância dos diferentes espaços na vida conventual passam pelo estudo e interpretação do claustro. A análise dos jardins de claustros na cultura

portuguesa é dificultada pelo facto de não se possuírem pesquisas específicas sobre a matéria. É evidente que, qualquer que seja o objecto deste estudo particular, seria desejável uma investigação arqueológica e histórico-iconográfica que esclarecesse dúvidas e permitisse conclusões mais determinantes.



Figura 47 – Vista geral do claustro

O claustro conventual correspondia a áreas de “...*recolhimento e meditação, mas também de sociabilidade...*”¹⁰⁴ Geralmente reflecte a tendência vinda desde a Idade Média como centro da disposição das construções religiosas e que representa o local de vida em comum. Mas o claustro é mais do que tudo isso, é igualmente local emblemático e espacial da vida monástica. Encontra-se muito ligado à vida contemplativa sobretudo às ordens mais afectas à vida enclausurada como os franciscanos, em especial os frades capuchos. A vida conventual, tal como era praticada desde a Idade Média e continuada nos séculos seguintes, aproximou mais os conceitos de contemplação e saber com a filosofia da religião cristã. “*Na vida conventual o claustro é a expressão do espaço aberto, destinado a encontros formais ou ocasionais,*

¹⁰⁴ MOTT, Luís, «Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu» in NOVAIS, Fernando (org.), *História da vida privada no Brasil*, vol. I, São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1984, p.192.

*em oposição ao espaço fechado de isolamento que as celas representam.”*¹⁰⁵ As ordens monásticas “...retiveram um carácter exclusivamente mendicante e conseqüentemente dependeram apenas da caridade exterior para o seu sustento”¹⁰⁶ sendo o claustro “...bastante para preencher a função de cenário de reunião, de meditação e de encontro.”¹⁰⁷

Geralmente os claustros surgem com uma disposição central em relação ao conjunto conventual e, invariavelmente, de forma quadrada apresentando uma fonte ao centro. No caso particular do convento dos Capuchos de Sintra, tal como o edifício não segue uma métrica regular e predefinida, o claustro apresenta uma localização lateral em relação ao conjunto edificado, apresenta forma que se aproxima do rectângulo, funcionando como área de transição importante entre a mata e as hortas da cerca conventual. Verifica-se, contudo, que apresenta uma posição central em relação à cerca conventual. A este claustro acede-se vindo do interior do edifício junto à Casa do Capítulo. De destacar a existência de um banco a sul de dimensões consideráveis (10 m no seu comprimento total, construído o assento a 0,45m de altura do pavimento e 0,50m de profundidade) quando comparado com todos os elementos constantes no convento, geralmente de diminutas dimensões, adocado ao muro de suporte de transição para as hortas. É de supor que o claustro funcione como local privilegiado de microclima mais confortável pois, pela sua particular exposição, permite que os valores de radiação solar que sobre ele incidem aqueçam a alvenaria de pedra em que é construído até quase ao entardecer. Esta excelente localização, poderia funcionar como forma de os frades se aquecerem em períodos em que as temperaturas eram mais baixas em dias de considerável número de horas de sol. Deste facto ainda hoje nos damos conta, uma vez que as visitas guiadas ao convento geralmente culminam no claustro, onde os visitantes rapidamente descobrem a agradabilidade deste banco, após a visita fria e húmida no interior do convento.

Em posição central surge um tanque octogonal, cujas medidas não são rígidas, apresentando cada lado do octógono valores diferentes só detectáveis, contudo, por medições rigorosas e cujo levantamento se encontra no pormenor 4 do desenho 09 do

¹⁰⁵ CASTEL-BRANCO, Cristina, CORREIA, Clara Pinto, FURTADO, José Afonso, *Os Quatro Rios do Paraíso*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1994, p.56.

¹⁰⁶ Idem, *Ibidem*, p.57.

¹⁰⁷ Idem, *Ibidem*.

volume 2. “O conhecimento estrutural dos exteriores dos mosteiros identifica com precisão o papel que a água assumiu como elemento ornamental e funcional no claustro.”¹⁰⁸ A fonte central “...simboliza a fonte da vida, com toda a carga significativa associada de novo e sempre ao Paraíso.”¹⁰⁹ “Símbolo da morte e da ressurreição, a pia hexagonal do baptismo dentro do baptistério octogonal é normalmente colocada dentro do claustro monástico.”¹¹⁰

Este claustro não apresenta canteiros regulares, contrariamente ao existente na maioria dos claustros conventuais, que nos surgem divididos em quatro partes. Também de referir a não existência de qualquer marcação a nível do pavimento que nos possa remeter para a divisão perfeita do quadrilátero ou mesmo a inscrição num círculo. O pavimento deste claustro é de terra batida. A única referência aos tradicionais claustros conventuais, diz respeito à fonte central. É, sem dúvida, a representação da *fons vitae* colocada no centro do mundo, cercada por paredes do mundo material. É um local privilegiado de contacto entre o mundo terrestre e o mundo celestial. Lateralmente, existem alguns canteiros com exemplares de *Hydrangea macrophylla* (Thunb.) Serv. (hortênsias).

Deste ponto especial de contemplação e comunicação com o divino, parte-se para a ideia de paraíso na Terra: daqui se acedendo à mata, fonte de variadíssimos componentes. De igual forma se dá o acesso às áreas de trabalho por excelência como as hortas e pomares.

Em termos iconográficos, destacam-se os frescos de S. Francisco de Assis e de Santo António (dos finais do séc. XVII¹¹¹) que ladeiam a entrada da capela do Senhor do Horto do lado poente do claustro. Trata-se de um local onde apenas surgem representados os mais santificados, neste caso as duas figuras mais emblemáticas ligadas à ordem menorita.¹¹²

¹⁰⁸ Idem, *Ibidem*.

¹⁰⁹ Idem, *Ibidem*.

¹¹⁰ MILLER, Naomi, *Paradise regained – Medieval garden fountains*, 1986, cf. CASTEL-BRANCO, Cristina, CORREIA, Clara Pinto, FURTADO, José Afonso, *ob. cit.*, p.21.

¹¹¹ GASPAR, Nuno Miguel, *ob. cit.*, p.62.

¹¹² Idem, *Ibidem*.

3.3.3 – Hortas e pomar

Tratando-se de um convento datado do séc. XVI verifica-se, comparativamente a outros conventos de épocas anteriores, “...a redistribuição dos valores seculares e a passagem do convento a entidade autónoma...”¹¹³. Isto traduz-se na necessidade do próprio convento ser “...capaz não só de garantir o seu próprio sustento mas também de prosperar, ...[tornando-se] ...necessária uma exploração do jardim que se desvia dos caminhos espirituais para enveredar pelas preocupações de ordem prática. É assim que aparece associado ao convento um novo tipo de espaço exterior, cujo carácter utilitário implica a defesa das cobijas do exterior através da construção de muros, dentro dos quais se cultivavam hortas e canteiros de plantas medicinais e aromáticas...”¹¹⁴

A tradição e o cultivo do “jardim dos simples” com plantas medicinais, árvores de fruto e horta em cada convento constituem um modelo transposto no mundo secular, para os jardins de recreio que haviam aparecido gradualmente por toda a parte. Desde há vários séculos que o surgimento de diferentes espaços exteriores derivados do *hortus conclusus* medieval, contemplam zonas tratadas com objectivos muito precisos. Os planos para o mosteiro de Saint-Gall na Suíça (800-900) mostram a existência de três espaços diferentes dentro dos seus muros: um jardim destinado às plantas medicinais; uma horta para cultivo de plantas hortícolas e ervas aromáticas; e um pomar.

Geralmente tratam-se de espaços colocados a meia encosta com declives suaves, exposição solar favorável e disponibilidade hídrica para as culturas. “A escolha daquela situação fisiográfica e as práticas culturais levam ao terraceamento – da folha ou das folhas de cultura, ocupadas pelo pomar e/ou horta –, de forma a que se obtenha o nivelamento dos tabuleiros, tendo em vista, não só as necessidades de rega, mas também os amanhos e colheita das produções, os quais condicionam também a própria estrutura da folha.”¹¹⁵

¹¹³ CASTEL-BRANCO, Cristina, CORREIA, Clara Pinto, FURTADO, José Afonso, *ob. cit.*, p.57.

¹¹⁴ *Idem, Ibidem.*

¹¹⁵ CARAPINHA, Aurora da Conceição, *Da Essência do Jardim Português*, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, Évora, 1995, p.257.

Geralmente *“horta e pomar são espaços adjacentes, ambos produtivos, mas que formalmente e vivencialmente são antinómicos. A horta agarra-se ao solo, ao sistema construtivo [...] dirige-nos os percursos, é espaço aberto. Pelo contrário, o pomar é espaço fechado, solta-se do solo, do sistema construtivo, mas a disposição, o compasso, o ritmo de plantação reforçam nele o carácter construído, artificial do espaço.”*¹¹⁶

Na realidade, as áreas de produção por excelência de legumes, condimentos, primores, fruta e plantas medicinais, estão muito bem delimitadas dentro da cerca do convento dos Capuchos e criteriosamente escolhidas na sua localização. Encontram-se na zona mais inferior do perímetro conventual e a cotas topográficas mais baixas comparativamente ao complexo edificado. O seu acesso é feito pelo claustro, existindo também um acesso exterior através de um portal. Estes eram espaços que permitiam a autonomia aos frades capuchos.

O regime alimentar dos capuchos era bastante austero, apenas vivendo do que era produzido na horta da cerca conventual. Estes espaços eram, aliás, *“...a própria essência da sua vida por serem obra da comunidade, que os vira crescer desde os primeiros passos da arroteia dos terrenos selvagens até à bênção da produção de frutos. O prazer retirado da contemplação desta transformação era tanto maior quanto mais sóbria e severa era a vida religiosa.”*¹¹⁷

Nada se sabe acerca das produções nestes espaços pois, tal como já foi referido anteriormente, todos os registos foram perdidos após 1834, com a extinção das ordens religiosas em Portugal.

As designações actualmente utilizadas de medicinal, condimentar, aromática, etc., não existiriam em épocas anteriores. Ainda hoje se torna muito difícil fazer a distinção entre estes termos em vários casos. É possível que se uma planta apresentasse paladar agradável, fosse utilizada como condimento. Se as folhas ou sementes possuíssem propriedades curativas, era usada como medicinal. A sua catalogação seria feita em função da sua utilização. Desde a sua utilização em conventos que surgem as boticas, em estreita relação com a recolha e armazenamento. Daí que, pouco a pouco, espécies silvestres tenham vindo a serem cultivadas. As viagens de exploração e abertura de novas rotas comerciais contribuíram para que a oferta fosse cada vez maior. Nesta área

¹¹⁶ Idem, *Ibidem*, p.268.

deram os portugueses um grande contributo pelas importações vindas de terras longínquas após os descobrimentos.

A planta fresca, viva, contendo substâncias medicinais, receberia o nome de planta-mãe. Não é ainda uma droga propriamente dita: só o será depois de submetida a um conjunto de operações, em especial a secagem. As plantas medicinais secas, ou as suas partes úteis, recebiam o nome das drogas vegetais (*vegetabilia*) Estas tomavam designações latinas segundo a parte de que provêm: *herba* (caule), *summitates* (extremidade nova do caule), *gemma* (rebento), *folium* (folha), *lignum* (madeira), *stigma* (estigma) *spora*e (esporo), etc. A par destes órgãos eram igualmente aproveitados os *succus* (sucos vegetais), *balsamum* (bálsamos), *resinae* (resinas), entre outros.



Figura 48 – vista parcial da zona das hortas

Dadas as necessidades exigidas pelas hortas, em especial no que diz respeito à rega, deduz-se que estas apresentariam formas geométricas de maneira a ser possível

¹¹⁷ CASTEL-BRANCO, Cristina, CORREIA, Clara Pinto, FURTADO, José Afonso, *ob. cit.*, p.60.

realizarem-se as operações de manutenção de uma forma mais expedita. Estariam distribuídas em patamares a diferentes cotas (mantendo-se o terreno armado em situação muito próxima do que se encontra actualmente) e cada patamar estaria dividido em diversos talhões, com sulcos entre eles, de forma a permitir a passagem da água. As culturas deveriam ser divididas com paliçadas de canas ou de madeira e deveriam estar agrupadas em função das suas necessidades hídricas e/ou destinos.

Quanto ao pomar é possível que a sua localização fosse num único patamar, colocado a norte das hortas e a elas adjacente com uma cota ligeiramente superior e um declive médio de 1% com pendente para oeste. As culturas aí instaladas deveriam ser fundamentalmente citrinos e fruteiras, dispostas em quadrícula, esquema muito usado nos pomares das típicas quintas de recreio portuguesas, por uma questão de melhor gestão da rega.



Figura 49 – Provável localização do pomar

O pomar certamente seria composto por diversas espécies, embora não tão rico em variedade quanto as hortas. Nele se destacavam os “...citrinos: laranjeira, cidreira, limeiras e limoeiros, sublinhando-se que a sua presença é imprescindível.”¹¹⁸ A

¹¹⁸ CARAPINHA, Aurora da Conceição, *ob. cit.*, p.262.

produção de citrinos em Portugal em especial da laranjeira) é conhecida desde o período islâmico ou até do período romano (embora com menor expressão). Eram utilizados “...em sebes, em treliças, em espaldar, revestindo muros, ou como elementos polarizadores e também como a forma de laranjal”¹¹⁹ em forte escala na quinta de recreio portuguesa e como mercadoria de exportação. A partir da segunda metade do século XVII (após a restauração da independência), verifica-se uma expansão destas culturas. É pois, provável, que a instalação do pomar na cerca do convento de Santa Cruz de Sintra se tenha dado em dois momentos distintos: o primeiro por altura da sua fundação, correspondendo a uma área mais pequena e com mistura de árvores de caroço (macieira, pereira, etc.) e árvores de espinho (citrinos); o segundo por volta da segunda metade do século XVII ou início do século XVIII, obrigando à construção de sistema de rega mais elaborado pela expansão da citricultura. Este último momento corresponderá à construção do tanque 3 (assim designado nas peças desenhadas do anexo deste trabalho) e respectiva área de influência, uma vez que “...a rega é determinante para a instalação de um laranjal.”¹²⁰

Mas a presença de frutíferas é também constante no pomar e constituem “...o elenco permanente de qualquer pomar até aos dias de hoje.”¹²¹

3.3.4 – A mata

“...Portugal era, no estado primitivo, ou seja, antes das influências antropogeográficas, inteiramente coberto de matas... [estando as suas características] em boa correlação com as condições climáticas.”¹²² Efectivamente, a mata “...cobria outrora toda a extensão do nosso território”¹²³ sendo que a tendência natural de qualquer terreno não sujeito à intervenção humana, é o surgimento espontâneo da mata.

¹¹⁹ Idem, *Ibidem*, pp.263-264.

¹²⁰ Idem, *Ibidem*, p.266.

¹²¹ Idem, *Ibidem*, p.263.

¹²² RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, Hermann, *Geografia de Portugal*, vol. II, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1988, pp.560-561.

¹²³ CABRAL, Francisco Caldeira, RIBEIRO TELLES, Gonçalo, *A Árvore em Portugal*, Lisboa, Ed. Assírio & Alvim, Edição 541, 1999, p.111.

Ela representa o perfeito equilíbrio entre as características edáficas de um lugar e o clima típico do local.

De uma forma geral, o homem 'exige' da mata duas importantes funções e das quais tira partido directo: a protecção e a produção.

Na função de protecção a presença da mata, entre outros factores, ajuda a regularização do regime de escoamento das águas pluviais, favorecendo a infiltração superficial para níveis subsuperficiais. Isto tem como consequência directa a protecção das encostas contra a erosão e, por isso, contra a exportação de nutrientes do solo, mantendo ou mesmo aumentando os seus níveis de fertilidade. Esta também é conseguida pelo favorecimento da meteorização do material originário do solo, através das raízes, melhorando a sua estrutura física.

Por outro lado, a mata cria condições de abrigo e ensombramento, funcionando como suporte alimentar e de habitat para a flora e fauna silvestres e favorecendo a diversidade biológica. Promove ainda a criação de microclimas amenos, através da redução da velocidade dos ventos, dos fluxos de radiação e de amplitudes térmicas, bem como da alteração da humidade atmosférica.

Na função de produção, a mata permite a obtenção de uma série de produtos, de forma directa ou de forma indirecta, indispensáveis à sobrevivência. Considera-se a recolha directa de frutos e bagas e a recolha indirecta através de produtos secundários como lenha, resina, etc..

Genericamente, a mata contribui também para o melhoramento da qualidade visual da paisagem com diferentes tonalidades e aumento do cromatismo da mesma.

Nos terrenos da cerca conventual podem-se encontrar duas importantes manchas de vegetação com características e origens marcadamente diferentes. Os limites destas áreas encontram-se assinalados no desenho 8 dos anexos.

Situada na zona sul da cerca e a cotas mais elevadas, encontra-se um remanescente da mata autóctone da serra de Sintra, composta por uma diversidade de espécies vegetais espontâneas em Portugal. Enquadra-se na formação vegetal do



carvalhal da zona temperada húmida.¹²⁴ Esta associação vegetal engloba um conjunto de espécies arbóreas e arbustivas que apresentam afinidades e caracterizadas, em conjunto com a fauna local, como uma *comunidade*¹²⁵.

Uma das espécies dominantes nesta mata e espontânea no país é o *Quercus suber* L. (sobreiro). O sistema florestal em que o sobreiro se encontra inserido, é um sistema estável, sustentável, multifuncional e em perfeito equilíbrio com o meio natural. Para além da função produtiva directa já mencionada como material de revestimento e de isolamento, a presença desta espécie na mata, contribui igualmente para a prestação de serviços ecológicos que, embora nos dias de hoje não tenham sentido do ponto de vista económico, o são do ponto de vista de manutenção do equilíbrio natural. Por outro lado, a enorme longevidade dos sobreiros, associada a uma exploração silvícola particular, assegura um valor paisagístico apreciável e uma enorme estabilidade ao ecossistema que alberga.

Outras espécies pertencentes à mesma associação vegetal são facilmente identificáveis ao percorrer esta área de mata, tais como: *Quercus robur* L. (carvalho-robusto), *Arbutus unedo* L. (medronheiro), *Ilex aquifolium* L. (azevinho), *Pinus pinaster* Ait. (pinheiro bravo), *Castanea sativa* Mill. (castanheiro), *Crataegus monogyna* Jacq. (pilriteiro), *Viburnum tinus* L. (folhado), *Quercus coccifera* L. (carrasco) *Acer pseudoplatanus* L. (bordo ou plátano-bastardo), *Erica* sp. (ericas), *Ruscus aculeatus* L. (gilbardeira), *Buxus sempervirens* L. (buxo) e algumas aromáticas como *Lavandula dentata* L. (alfazema), *Rosmarinus officinalis* L. (alecrim) e *Laurus nobilis* L. (loureiro). Vários exemplares de diferentes espécies apresentam um porte notável, com PAP (perímetro à altura do peito) superior a 2,70 m, sobretudo sobreiros e castanheiros.

Na área inferior da cerca encontram-se exemplares de espécies exóticas, enquadradas na vegetação introduzida na segunda metade do séc. XIX e que se prolongam pela mata de D. Fernando adjacente à cerca conventual. No entanto, dentro do perímetro conventual, a introdução de exóticas "...deve-se, não a D. Fernando, mas a Sir Francis Cook; um inglês ilustre que [...] estabeleceu em Sintra [...] uma

¹²⁴ Idem, *Ibidem*, p.42.

¹²⁵ Nota: de acordo com a definição estabelecida por ODUM, entende-se como *comunidade* um conjunto de populações que vivem numa dada área ou habitat físico, sendo uma unidade organizada com características adicionais às das suas componentes. Cf. ODUM, Eugene P., *Fundamentos de Ecologia*, 4ª ed., Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1988, p.221.

*propriedade de veraneio. [...] imbuído dos ideais românticos da sua época, [...] iniciou a compra de propriedades na área abrangida pela serra tornando-se dono de cerca de metade da serra de Sintra. Uma delas era a propriedade rústica do Convento de Santa Cruz que, em 1834, dada a extinção das ordens religiosas no nosso país, havia quedado desabitado e perdera o fundo religioso para o qual fora concebido.”*¹²⁶ Com facilidade se identificam com porte arbóreo: *Aesculus hippocastanum* L. (castanheiro-da-Índia) *Platanus hybrida* L. (plátano), *Cryptomeria japonica* D. Don. (criptoméria), *Acácia melanoxylon* R. Br. (acácia-austrália), *Sequoia sempervirens* (D. Don) Endl. (sequóia), alguns exemplares cuja altura excede largamente os 30 m, e que apresentam um PAP superior a 5,00 m. No desenho 08 do volume 2 encontram-se assinalados os exemplares mais notáveis desta mata de exóticas. No estrato arbustivo e herbáceo, assinala-se a existência de *Hedera helix* L. (hera), *Hydrangea macrophylla* (Thunb.) Serv. (hortênsia), *Aucuba japonica* Thunb. (aucuba), *Acanthus umbellatus* L. (acanto), *Pittosporum undulatum* Vent. (árvore-do-incenso), *Trandiscancia fulminensis* L. (tradiscância), *Bergenia crassifolia* (L.) Fritsch. (couve-de-nossa-senhora), *Fuchsia* sp. (fúcsia), *Euonymus variegata* (euónimo), *Melaleuca* sp. (melaleuca), *Pyracantha* sp. (piracanta), *Erigeron karvinskianus* (margacinha) e alguns fetos.

Para além da riqueza florística constante nesta cerca conventual, várias outras estruturas de encontram dispersas um pouco por toda a mata. Entre elas conta-se a gruta de Frei Honório de Santa Maria, local onde este teria vivido nos últimos anos da sua vida. E à cota mais elevada da cerca uma gruta que em tempos albergou uma capela dedicada ao Senhor Crucificado, de que só restam vestígios de um altar. Deste ponto, obtêm-se uma panorâmica excelente sobre toda a vertente ocidental da serra até ao oceano, crendo-se que a vista seria francamente mais alargada em épocas anteriores, quando a vegetação (que se prolonga para além da cerca e ao longo do flanco da serra) não possuiria um porte tão exuberante como acontece actualmente.

¹²⁶ GASPAR, Nuno Miguel, *ob. cit.*, p.29.

3.4 – Sistema hidráulico

Aliado ao valor histórico e arquitectónico deste conjunto edificado, também se podem considerar valores de ordem tecnológica e económica relacionados com determinadas estruturas construídas que possibilitavam a vivência dos frades. O novo conceito de convento que impera em pleno séc. XVI, já referido anteriormente, com a construção de muros como sistema de defesa, implica que a criação e manutenção de hortas e pomares sejam “...alimentados por sistemas de irrigação cuidadosamente apontados para a eficiência.”¹²⁷

A localização dos conventos e cercas em locais com disponibilidades hídricas, permitia aos frades resolverem os problemas dos períodos estivais. O novo conceito de convento como entidade auto-suficiente “...determina uma preocupação acrescida na escolha dos locais de construção, que a partir de agora terão que ser não apenas propícios à oração e à contemplação mas também situados em terrenos férteis dispendo de rega em abundância.”¹²⁸ A escolha para a implantação do convento de Santa Cruz de Sintra, teve em conta este critério onde se confirmava a proximidade com a água de tal forma, que o caudal disponível era elevado e de boa qualidade, permitindo a rega das hortas e dos pomares, bem como suprir das necessidades diárias do convento. “A escolha do sítio para a localização do convento está, portanto, relacionada com a proximidade ou existência de: rio ou ribeiras, fontes ou nascentes, canos, aquedutos ou poços.”¹²⁹

O reconhecimento do sistema hidráulico do convento foi realizado com base na seguinte informação disponível:

A – cartografia disponível, nomeadamente:

- Carta militar à escala 1/25 000 – nº415 – Colares (Sintra), dos Serviços Cartográficos do Exército (Desenho 01 do volume 2);
- Fotocópia de extracto de carta topográfica à escala 1/2 000, gentilmente cedida pela PSML (Desenho 02 do volume 2);

¹²⁷ CASTEL-BRANCO, Cristina, CORREIA, Clara Pinto, FURTADO, José Afonso, *ob. cit.*, p.57.

¹²⁸ *Idem, Ibidem.*

¹²⁹ XAVIER, António Manuel, *ob. cit.*, p.37.

- Levantamento topográfico do convento dos Capuchos em suporte digital, gentilmente cedido pela empresa PSML;

B – levantamento das estruturas hidráulicas existentes e acessíveis, com recurso a trabalho de campo. Este foi dificultado pelo enterramento de alguns elementos ou outros já desaparecidos, tornando difícil a leitura integral do sistema (Desenhos 09 a 11 do volume 2).

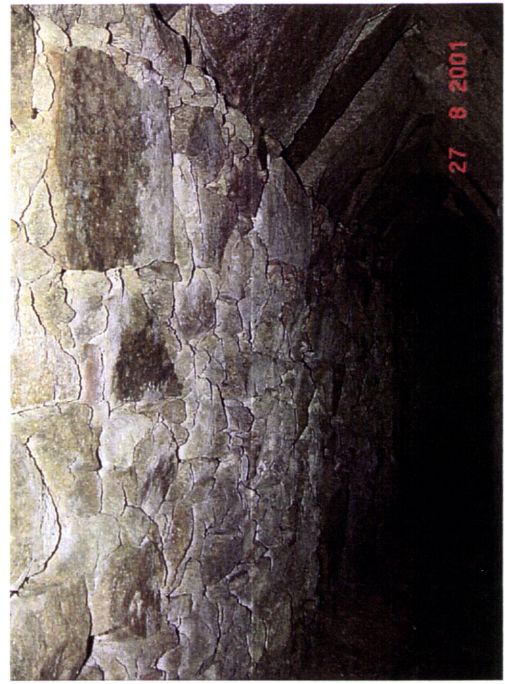
3.4.1 – Adução e armazenamento

*“Num país onde as chuvas escasseiam e são mal distribuídas, ao longo do ano, torna-se imperioso reservar e armazenar toda a água disponível, de forma a garantir a sua utilização em períodos de carência.”*¹³⁰

A água utilizada em toda a cerca conventual é geralmente de origem sub-superficial, havendo a necessidade de a tornar acessível através de minas ou fontes. Todo o sistema hidráulico do Convento de Santa Cruz se desenvolve a partir de captação de água de minas escavadas na rocha: uma mina com a boca dentro da cerca conventual e uma outra exterior à cerca. De uma forma geral situam-se a cotas superiores, efectuando-se a sua distribuição por sistema gravítico.

A mina exterior ao convento localiza-se no local designado de Alto da Memória e assinalada no desenho 03 do volume 2, afastada cerca de 535 m para montante do convento e situada à cota aproximada de 398,00 m. Esta mina encontra-se a um nível superior relativamente ao convento, com uma diferença de cotas de, aproximadamente, 75 m. O seu interior pode ser visualizado na figura 50. A localização do aqueduto de transporte desta água pode igualmente ser observada no desenho 03 do volume 2. As paredes desta mina são revestidas de alvenaria de pedra, encontrando-se o tecto formado por placas de rocha dispostas em V invertido. A água é recolhida para uma caleira que ocupa a posição central, sendo o sistema de abastecimento de água potável dentro do complexo edificado feito a partir da Casa das Águas, por captação desta nascente.

¹³⁰ CARAPINHA, Aurora da Conceição, *ob. cit.*, p.301.



Figuras 50 e 51 – Interior da mina do Alto da Memória e pormenor das paredes



Figuras 52 e 53 – Mina do alto da Memória – pormenor do tecto e da caixa de decantação

A outra mina situada no interior da cerca surge já ao nível da horta. Surge lateralmente a um grande tanque (assinalado no desenho 09 como tanque 3 das hortas)

existente lateralmente aos socalcos da horta, numa fonte instalada num nicho e revestida de azulejos. Pelo tipo de construção presente, poder-se-ia dizer que se trata de uma pequeníssima casa de fresco interiormente revestida, com funções de meditação por estar provida de bancos.



Figura 54 – Casa de fresco

A função de retenção da água era assegurada pela existência de diferentes estruturas de armazenamento espalhadas um pouco por toda a cerca conventual. Estrategicamente eram colocadas em pontos onde as necessidades hídricas eram mais prementes revelando-se, provavelmente, a principal forma de sobrevivência deste convento.

Uma importante estrutura de armazenamento de água corresponde a uma cisterna com telhado que recebe a água vinda da nascente na serra no Alto da Memória através do aqueduto. Lateralmente à cisterna existe uma válvula de segurança, *“um orifício que, ao permitir o escoamento da água excessiva, impedia o aumento da pressão da mesma contra os muros do reservatório e, desse modo, a abertura de fendas que pudessem*

*provocar a sua ruína. Essa quantidade de água era captada por um pequeno canal, que estava subjacente à válvula de segurança, e dirigida em direcção às latrinas”.*¹³¹



Figura 55 – Cisterna da casa das águas



Figura 56 – Cisterna e caixa de decantação na casa das águas

¹³¹ GASPAR, Nuno Miguel, *ob. cit.*, p.54.

A partir desta cisterna existe um segundo reservatório (que funciona igualmente como tanque de decantação) mais pequeno com um sistema de segurança (semelhante a um descarregador de superfície) para a eventualidade do enchimento total do reservatório (pormenor 3 do desenho 10 do volume 2). Deste segundo reservatório é possível fazer uma gestão da distribuição da água, uma vez que ele apresenta vários descarregadores de fundo passíveis de serem ou não tapados. Este depósito estaria coberto de uma tampa de madeira possível de ser retirada sempre que necessário e confirmado pela existência de quatro aberturas existentes no topo das paredes constantes nos levantamentos efectuados.

Um pormenor interessante de adução de água diz respeito à existência de uma caleira junto à janela das latrinas cuja principal função é a de recepção de águas pluviais que são encaminhadas para as latrinas por um declive constante na caleira. Esta recepção de água justifica-se pelo facto de a cota do terreno exterior à janela se encontrar a um nível inferior deste vão. Eventualmente, esta caleira poderia funcionar como mictório.



Figura 57 – Casa das águas – pormenor das latrinas e caleira

Outras estruturas de armazenamento correspondem a quatro tanques existentes na cerca conventual (ver pormenores do desenho 09 do volume 2):

- Tanque do claustro – de forma octogonal e com repuxo central (pormenor 4);
- Tanque 1 – localizado a meio do caminho para a zona das hortas (pormenor 1);
- Tanque 2 – localizado no primeiro patamar das hortas (pormenor 2);
- Tanque 3 – localizado a meio da área de hortas (pormenor 3).

Apresentam-se de seguida valores aproximados de capacidade de cada uma das estruturas de armazenamento, de acordo com os levantamentos possíveis.

| Estrutura de armazenamento | Capacidade (litros) | Capacidade com descarregador de superfície (litros) |
|---------------------------------------|----------------------------|--|
| Cisterna na casa das águas | (*) | (*) |
| Caixa de decantação da casa das águas | 137,80 | 148,50 |
| Tanque 1 | 464,00 | 552,50 |
| Tanque 2 | 1381,50 | 1487,50 |
| Tanque 3 | 69300,00 | 77700,00 |

(*) Valor difícil de avaliar

Observam-se valores muito díspares entre as estruturas consideradas que dizem respeito a diferentes caudais de adução, bem como à distância a que cada estrutura se encontra da fonte, considerando ainda o destino da água armazenada. Quando esta diz respeito ao abastecimento de maiores áreas, as dimensões são francamente maiores, como é o caso da zona das hortas, onde o sistema de regadio é mais exigente.



Figura 58 – Tanque 1



Figura 59 – Tanque 2



Figura 60 – Tanque 3

3.4.2 – Transporte e evacuação

Encontrando-se o convento numa situação de meia-encosta, a distribuição das águas era realizada para as várias dependências conventuais através de canalização subterrânea por sistema de gravidade. “*Todo este conjunto de vias de irrigação, canalizações, banhos e cozinha, fazia parte integrante da organização do convento, mantendo sempre o seu núcleo simbólico na fonte do claustro.*”¹³² O processo de entrada de água dentro do convento é feito pelo aqueduto enterrado com uma extensão aproximada de 535 m, localizado desde o Alto da Memória até à sua entrada na casa das águas à cota 330,91 m.

Dentro da casa das águas encontram-se as latrinas que eram abastecidas a partir do transporte de água por canal em cantaria. A vala colectora de dejectos por onde a água corria de forma constante encontra-se a 0,70 m de profundidade da zona do assento das latrinas, terminando numa saída colocada a uma cota inferior aproximada de 2,10 m em relação ao assento. Estas águas residuais eram posteriormente escoadas a leste do edifício para o solo da mata.

3.4.3 – Rega

A rede de rega na cerca conventual encontra-se no desenho 11 do volume 2. Este reconhecimento foi feito com o recurso a trabalho de campo. No entanto, algumas estruturas não se encontram visíveis, nomeadamente a vala colectora, bem como a adução de água ao tanque do claustro.

A rega existente das hortas e pomar seria feita por alagamento. A partir das saídas de água dos tanques de armazenamento (tanque 2 e tanque 3), existiam algumas regadeiras que contornam parcialmente os socalcos. Dentro de cada socalco existiriam regadeiras abertas manualmente, por onde a água seria encaminhada para diferentes talhões. Neste âmbito é provável que um frade estivesse encarregue da divisão das

águas (tapando e destapando as valas de rega) de acordo com as diferentes necessidades hídricas das espécies vegetais constantes nas hortas.

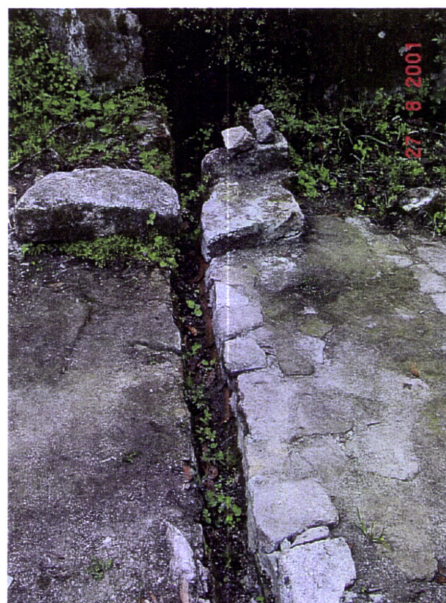


Figura 61 e 62 – Caleiras de transporte de água para rega

3.4.4 – Organização funcional

A condução da água à propriedade a partir da mina exterior é feita através do aqueduto que conduz a água directamente para o interior do convento. A água corre em caleiras, construídas em pedra e apresentam a denominada telha portuguesa invertida, em meia cana (conforme pormenor 7 do desenho 10 do volume 2). Em pontos determinados existem caixas de limpeza (ou câmaras de decantação¹³³), onde se acumulam detritos arrastados pelas águas nas caleiras funcionando, por vezes, como caixas de queda. A estas caixas é possível aceder para limpeza de detritos.

¹³² CASTEL-BRANCO, Cristina, CORREIA, Clara Pinto, FURTADO, José Afonso, *ob. cit.*, p.57.

¹³³ MASCARENHAS, José Manuel., ABECASSIS, Maria Helena, JORGE, Virgolino Ferreira (eds.), *Hidráulica Monástica Medieval e Moderna. A Água no Convento da Arrábida*, Fundação Oriente, Lisboa, 1996, p.355.

A partir do momento em que entra no convento, a água é armazenada na cisterna da casa das águas (anteriormente descrita), sendo posteriormente distribuída por um sistema de gravidade.

A casa das águas corresponde a uma divisão com uma forma irregular colocada a leste do conjunto edificado, cujo acesso implica a passagem pelo exterior, através de um corredor (ver levantamento efectuado e apresentado no pormenor 3do desenho 10 do volume 2). Tem como iluminação uma única janela e a porta de entrada. Não existem divisórias e os assentos em laje de pedra das latrinas estão colocados a uma altura de 0,35 m do pavimento. Este assento plano apresenta dois orifícios circulares de 0,28 m de diâmetro. Desta divisão faz-se a distribuição da água em diferentes sentidos a partir da cisterna. Uma das saídas garante a limpeza das latrinas. “*Dois pequenos buracos serviam de sanita, por detrás dos quais corre, ainda agora, um riacho, directo de uma nascente na serra, dispensando qualquer autoclismo mais sofisticado.*”¹³⁴ Esta água é drenada para fora do edifício escoando para uma zona da mata.

A descarga das águas residuais provenientes das latrinas exigia um caudal mínimo e constante de entrada de água de forma a manter as condições de limpeza. Neste percurso deveria estar garantida a livre passagem das águas sujas, sem o perigo de entupimento, o que colocaria em causa as condições de salubridade do convento e a saúde dos próprios frades. Neste contexto, a água que corria debaixo das latrinas era proveniente da mina do Alto da Memória e que entrava no convento na casa das águas, sendo uma parte do caudal, que era constante, desviada para as latrinas, o que permitia a manutenção das condições de higiene. Adjacente à cisterna existe um segundo reservatório, a partir do qual a água pode ser igualmente encaminhada para as latrinas, garantindo deste modo a limpeza das mesmas com o recurso à água armazenada no grande depósito em caso de falta de caudal.

Partindo igualmente da casa das águas, a partir da câmara de decantação (segundo reservatório) anteriormente descrita, é igualmente possível encaminhar a água para o restante edifício, “...*conduzida por um circuito hidráulico até às fontes; a do terreiro da entrada [...] e a outra que existe no claustro*”.¹³⁵

¹³⁴ FIGUEIREDO, Leonor, «Convento dos Capuchos votado ao abandono» in *Diário de Notícias*, Lisboa, 13 de Fevereiro de 1990.

¹³⁵ GASPAR, Nuno Miguel, *ob. cit.*, p.54.

Dentro do edifício a adução de água à cozinha seria realizada por um processo manual. O escoamento da água desta dependência é feito por uma saída para o exterior na zona do claustro, situada debaixo do lava-loiça (ver pormenor 4 do desenho 10 do volume 2). No exterior é recolhida por uma caleira no pavimento junto ao edifício, sendo a água encaminhada para uma grelha drenante que está ligada a uma vala colectora enterrada.

Ainda proveniente da mina existente no Alto da Memória, haveria o abastecimento da fonte do Terreiro da Fonte (pormenor 1 do desenho 10 do volume 2) por uma derivação feita a partir da casa das águas. Daqui a água seguiria para um reservatório/caixa de queda (designada de tanque 1 e correspondendo ao pormenor 1 do desenho 09 do volume 2) existente a meio do caminho de acesso ao primeiro patamar das hortas.

Partindo ainda do segundo reservatório da casa das águas, há a derivação para o interior do convento por meio de uma conduta tapada que permite abastecer o tanque do claustro. O seu percurso mais provável será a passagem junto à porta da casa do capítulo. Este fornecimento à fonte do claustro situada a uma cota inferior (327,49 m) permite a alimentação do repuxo central do mesmo.

A descarga da água da fonte do claustro será encaminhada para a mesma vala colectora que recolhe a água da cozinha e dirige-se para norte. Junto ao banco adocado ao muro de suporte observa-se uma caixa no pavimento que tem ligação com uma caixa de queda existente a norte do muro (a uma cota aproximada de 326,00 m). Daqui a probabilidade é de a água ser conduzida para o tanque 1 assinalado nos desenhos.

Do tanque 1 a água seria, então, conduzida para uma importante estrutura de armazenamento, correspondente ao tanque 2.

Este seria, provavelmente, o sistema hidráulico em funcionamento por altura da construção do convento no século XVI. De realçar que esta estrutura hidráulica se deve ter ajustado ao longo dos tempos às necessidades que foram surgindo.

Posteriormente, teria ocorrido a necessidade de construção de maiores áreas de trabalho, nomeadamente pomar. É provável que a introdução da laranjeira-doce nas práticas culturais do nosso país tenha contribuído para este acréscimo. Trata-se de uma espécie de maiores exigências hídricas, donde o sistema hidráulico existente não

conseguiria corresponder às novas necessidades. É possível que seja da mesma altura a ampliação da dependência da cozinha para realização de refeições para o exterior, obrigando isso a maiores necessidades de produtos hortícolas. Ou seja, a conjugação de factores para se dar o alargamento das áreas de hortas, de pomar e a pesquisa de outra fonte de água para responder às novas necessidades.

Estes factos devem ter ocorrido nos finais do séc. XVII, início do séc. XVIII. A existência do tanque 3 disso nos dá conta. A sua capacidade de armazenamento é francamente superior. A ele adçada encontra-se a casa de fresco revestida de azulejos datados desta época construída junto a nova mina. Esta nova captação de água permitiria o abastecimento do tanque 3.

A existência de sistema de regadio nas hortas e pomar, só é possível pela modelação do terreno armado em socalcos e por um engenhoso sistema de distribuição de água pelos mesmos.

O primeiro patamar das hortas, bem como parte do patamar onde deveria estar colocado o pomar inicialmente, deveria ser regado a partir da água vinda do Terreiro da Fonte (à cota de 325,24 m) e que, vinda em sistema enterrado, surgiria no tanque 1 (à cota 320,80 m). A partir daqui, entraria novamente em sistema subterrâneo para emergir ao nível do tanque 2 (numa cota de adução de 318,49 m). Seria a partir deste tanque, no seu descarregador de fundo, que a divisão de água (cota 317,48 m) se faria para o primeiro patamar das hortas (cota média de 317,73 m) e parcialmente para o patamar do pomar (situado a norte), até à cota 316,00 m.

O caudal vindo do terreiro da fonte não seria suficiente para o regadio dos restantes patamares das hortas numa segunda fase de exploração, sendo o abastecimento da água feito pela captação no ponto situado entre as cotas 317,00 m e 314,00 m. Corresponde à mina existente junto ao tanque 3 das hortas.

Deste tanque encontram-se diferentes saídas a diferentes cotas. Uma das saídas, localiza-se à cota 316,00 m, por um pequena regadeira, que permite a irrigação do segundo patamar das hortas e a nova extensão de pomar. A cota 316,00 m acompanha a transição entre os dois primeiros socalcos e parte da área do pomar.



Figura 63 – Tanque 3 com saída de água à cota 316,00 m por regadeira

A partir de outra saída (aproximadamente 314,50 m) a água é conduzida por caleiras (desenho 11 do volume 2) para outros socalcos das hortas, havendo possibilidade de controlo do caudal saído deste mesmo tanque. A existência de uma boca de descarga, aberta nos momentos necessários de rega, fazia a água correr novamente em caleiras de telha portuguesa pela linha superior dos socalcos, sendo a restante distribuição efectuada pela abertura manual de sulcos para rega e por alagamento por gravidade.

Apresenta-se no desenho 11 o funcionamento da rede de rega das áreas de hortas e pomar, dividido em duas grandes sub-áreas: A e B, respectivamente, o regadio a partir do tanque 2 e o regadio a partir do tanque 3.

A água proveniente das duas minas, após as diferentes utilizações dentro do convento e cerca, é encaminhada para o seu curso natural, uma linha de água na zona inferior das hortas. Esta estratégia de uso da água deve ter permanecido até aos últimos dias do convento. Ou seja, os frades utilizavam este processo hidráulico dinâmico de uma forma racional, sustentável e integrada, funcionando a água como um elemento

unificador de toda a estrutura de funcionamento do convento, de forma directa ou indirecta.

3.5 – O estado actual de conservação do conjunto

Quando um monumento é classificado, implica um conjunto de conceitos de bastidores indispensáveis. Nos tempos actuais, património não é possível de se desligar do conceito de qualidade. Todas as áreas do conhecimento são fundamentais para a sua salvaguarda. Há a área do saber-fazer que aliado a um conhecimento padronizado se traduz na cultura do local. Este conhecimento e a correcta compreensão dos dados que estão disponíveis permitem uma informação estruturada, com vista a uma investigação aplicada. As fontes documentais em conjunto com a pesquisa histórica do lugar fornecem bases indispensáveis para a evolução da conservação. Este modelo de inventariação do património passa por diversas áreas e diferentes fases de actuação, podendo ser aplicado a todos os monumentos, e implica a criação de um sistema de informação para o património.

Segundo critérios estabelecidos pela DGEMN nestes sistemas de informação para o património, podem-se considerar três classes quanto ao estado de conservação dos monumentos:¹³⁶

- Bom – implica acções de controlo (a médio prazo);
- Razoável – implica acções de manutenção (a curto prazo);
- Mau – implica acções de reabilitação (a longo prazo).

Da análise de toda a cerca do convento dos Capuchos de Sintra, pode-se retirar que existem diferentes zonas com problemas de diferentes níveis quanto ao estado de conservação. De acordo com o critério anteriormente descrito, estabeleceu-se uma carta de análise dos diferentes estados de conservação para diferentes áreas na cerca

¹³⁶ Nota: este critério estabelecido pela DGEMN, foi divulgado pela Dra. Margarida Alçada, num seminário integrado no Ciclo de Conferências do 15º aniversário do Mestrado em Recuperação do

conventual, conforme apresentado no desenho 12 do volume 2. Neste sentido, considera-se:

- Estado de conservação mau – hortas, pomar, sistema hidráulico, patamares e acessos ao miradouro e alguns muros de suporte, em especial próximo das hortas e pomar;
- Estado de conservação razoável – conjunto edificado, acessos e zonas exteriores de passagem e restantes muros de suporte;
- Estado de conservação bom – mata autóctone e mata de exóticas.

Os actos de vandalismo a que nos últimos anos este convento foi alvo, justificam que acções urgentes de salvaguarda sejam tomadas. No entanto, as actuações que foram levadas a cabo poderão, eventualmente, traduzir uma tomada de decisão algo precipitada, na medida em que não foram avaliados todos os elementos de análise do local, caso eles tenham sido levantados. Assim sendo, o completo e total desenquadramento da intervenção ocorrida no terreiro da entrada, não se apresenta muito válida, nos dias de hoje.

A Carta de Veneza para a Conservação e o Restauro dos Monumentos e Sítios, diz no seu artigo 6º: *“A conservação de um monumento implica a manutenção de um espaço envolvente devidamente proporcionado. Sempre que o espaço envolvente tradicional subsista, deve ser conservado, não devendo ser permitidas quaisquer novas construções, demolições ou modificações que possam alterar as relações volumétricas ou cromáticas.”* Ou ainda a Carta de Florença para Jardins Históricos no seu artigo 12º, refere que *“A escolha das árvores, arbustos, plantas e flores de substituição periódica deve ser efectuada de acordo com os usos estabelecidos e reconhecidos para diferentes zonas botânicas e culturais, num propósito de manutenção e investigação das espécies de origem”*.

Facilmente se depreende que alguns pressupostos aqui expressos não foram seguidos em determinados pontos da intervenção, em particular na zona de acolhimento.

PARTE III

PROPOSTA DE RECUPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E VALORIZAÇÃO

4 – PROPOSTA METODOLÓGICA DE RECUPERAÇÃO

O património arquitectónico e paisagístico, pela sua natureza e história intrínsecas, representa uma área específica de intervenção em recuperação, não se podendo aplicar algumas normais gerais de construção. Carece de uma análise de metodologia racional e a realização de intervenções contextualizadas culturalmente. A normalização para regular intervenções em património construído de valor cultural, pode ser seguida de acordo com as recomendações estabelecidas pelo Comité Científico Internacional para a Análise e Restauro de Estruturas do Património Arquitectónico.¹³⁷

Os procedimentos das actuais intervenções exigem um levantamento cuidadoso da estrutura, bem como a compreensão da sua história. Qualquer objecto patrimonial é resultado da sua concepção e construção originais, das diversas alterações promovidas ao longo do tempo e acções ocasionais. São verdadeiros desafios na conservação, diagnóstico, análise, monitorização e complementaridade. As recomendações ICOMOS contêm ‘Princípios’, onde são apresentados os conceitos fundamentais de conservação, e um ‘Guião’, onde são discutidas as regras e a metodologia a ser seguida. Trata-se de um processo iterativo entre a obtenção de dados, o comportamento estrutural e o diagnóstico e avaliação de segurança, seguido de procedimentos para tomadas de decisão quanto aos danos estruturais, as degradações dos materiais e medidas de intervenção. É um documento importante, entre outros, a ser tido em conta num processo de recuperação do monumento em análise.

4.1 – Conjunto edificado

4.1.1 – Restauro e conservação dos materiais inertes

As acções de restauro e conservação a ser levadas a cabo, deverão respeitar um conjunto de orientações pouco intrusivas, como sejam: a compatibilização entre materiais e sistemas construtivos; a reversibilidade na intervenção; e a inclusão de intervenções minimalistas que prologuem o tempo de vida dos materiais existentes.

Há que salientar a importância da orientação e direcção das operações da recuperação por uma equipa multidisciplinar dada a particular sensibilidade para uma investigação histórica pormenorizada, assim como dos eventos sucedidos ao longo do tempo. Outra condição indispensável é a realização de ensaios de laboratório, antes de qualquer intervenção, para que a sua eficácia, durabilidade e adequação sejam apropriadas. Se as causas da alteração no granito subsistirem, não existem operações definitivas, sendo essencial uma observação frequente e repetição das operações indicadas para o efeito, não esquecendo que uma das fases iniciais da conservação é a eliminação ou minimização das alterações antes de se recorrer a quaisquer outros processos.

São aqui apresentadas medidas com carácter de actuação espaçadas no tempo. Ou seja, algumas medidas tornam-se urgentes e as acções de intervenção imediata, outras deverão ser realizadas, mas após a conclusão das primeiras, distinguindo-se desta forma medidas urgentes e medidas preventivas.

As medidas de restauro consideradas urgentes e de acção imediata, dizem respeito ao abrandamento dos processos erosivos. São elas:

- Limpeza de grandes áreas, em especial aquelas onde as partículas depositadas contribuem para processo de degradação – poderá ser um processo mecânico ou químico. O processo mecânico diz respeito á escovagem. O processo químico poder-se-á recorrer à utilização da água

¹³⁷ LOURENÇO, Paulo, OLIVEIRA, Daniel (tradutores), *Recomendações para a Análise, Conservação e Restauro Estrutural do Património Arquitectónico*, ICOMOS, International Council on Monuments and Sites, s.l., 2004 (polic.).

como solvente, uma vez que as moléculas de água interagem e estabelecem ligações químicas com as partículas depositadas na pedra, sendo posteriormente removidas. A limpeza de plantas superiores passa pela aplicação de um herbicida, eventualmente com a sua aplicação em profundidade e, se necessário, remoção de todas as argamassas que possam dar novas plantas. Para a eliminação de fungos e líquenes, aplica-se um biocida apropriado.

- Tratamento de juntas não coesas e respectivas argamassas – susceptíveis de promoverem problemas estruturais consoante a sua extensão e profundidade. Deve-se proceder à sua substituição por argamassas novas de cal e areia. Este processo deve ser realizado igualmente em juntas que anteriormente tenham sofrido processos de recuperação à base de cimento.
- Aplicação de produtos hidrófobos, em especial onde se façam notar valores de humidade constante. Dever-se-á aplicar um revestimento transparente de protecção e secagem rápida, que perdure e que não apresenta influências negativas para a pedra.
- Reconstrução/recuperação de muros de suporte, de acordo com o que atrás foi descrito.

As medidas consideradas preventivas e que venham a contribuir para o retardamento dos factores de erosão, e que devem ser tomadas unicamente após as anteriormente descritas, são:

- Substituições de alguns elementos que se apresentem com maior grau de erosão, ou fracturados, sobretudo blocos pétreos que funcionem como elementos estruturais.

4.1.1.1 – Granito

De uma maneira geral, as principais operações de recuperação e manutenção de materiais pétreos assentam em três grupos específicos: a limpeza, a consolidação e a protecção. Cada um é adequado a um caso específico, podendo ser essenciais os três, ou a realização de uma operação apenas. A limpeza tem como principal objectivo conferir a devolução da beleza estética, a eliminação de todos os elementos com efeitos nefastos

para a pedra, como sais solúveis, incrustações, microorganismos, vegetação parasita, poeiras e dejectos de aves, entre outras. A limpeza da superfície poderá ser efectuada até que se encontre semelhante à original, devendo respeitar-se a pátina da mesma e toda a informação histórica que ela transmite. A consolidação pretende restabelecer a coesão perdida pela pedra, ao ponto desta se desagregar. A protecção tem como princípios básicos a eliminação ou minimização da acção dos agentes de deterioração, a aplicação de tratamentos superficiais de protecção e a vigilância e cuidados de manutenção específicos para cada caso.

A limpeza do granito existente na cerca conventual tem como principal objectivo a eliminação dos microorganismos que constituem a colonização biológica instalada, assim como todas as incrustações. Esta limpeza implica a aplicação de operações especiais, devendo ser realizada com métodos específicos que não danifiquem a pedra. Estas intervenções devem ser elaboradas com o planeamento de técnicas de limpeza adequadas, cuja execução prática deve ser da responsabilidade de técnicos especializados e experientes.

As superfícies do monumento que apresentam o ataque por agentes biológicos necessitam de uma intervenção de restauro que conduza à eliminação destes agentes e sucessivamente a operações de manutenção que impeçam o novo surgimento de ataques.



Figuras64 e 65 – Ataque do granito por colonização biológica

Os elevados níveis de humidade constantemente presentes na serra de Sintra, implicam constantes acções de limpeza. No entanto, algumas áreas podem ser drasticamente reduzidas nos níveis de água, como o caso do tanque existente no claustro, uma vez resolvidos os problemas das fissuras existentes. A progressiva diminuição da humidade tem como consequência a morte dos organismos vegetais.

Aquando das sucessivas operações deve haver especial cuidado na remoção de todos os resíduos vegetais secos e incrustados de natureza biológica nas superfícies. Estes cuidados especiais devem-se ao facto de algumas espécies apresentarem fenómenos de resistência e elevada capacidade de sobrevivência a longos períodos de condições adversas.

O objectivo específico da limpeza do granito é a desinfestação de musgos e líquenes. Estes têm “efeitos deletéricos”¹⁷ sobre o granito, sendo imprescindível a sua remoção. Para isto deverão ser aplicados biocidas adequados às características de cada tipo de microorganismo colonizado e ao tipo de rocha existente.

A aplicação de produtos químicos com características biocidas deverá ter em atenção a inocuidade do mesmo, bem como do seu solvente, relativamente ao material constituinte do objecto de tratamento. Não deverão ser aplicados produtos susceptíveis de modificação das superfícies.

Os produtos com capacidade biocida dividem-se em dois tipos: de acção imediata que não deixam resíduos no tempo; e os de acção lenta que tem actividade mais prolongada. De acção imediata, poderão ser utilizados, de acordo com estudos pormenorizados a efectuar, os seguintes: água oxigenada, formaldeído em solução aquosa ou óxido de etileno. Qualquer um deles deverá ser aplicado de acordo com normas de segurança, uma vez que podem ser danosos para o homem. Os produtos de acção mais lenta poderão ser diversos, como alguns antifúngicos, que funcionam igualmente contra outros organismos como algas e líquenes. Outros interferem com o mecanismo fotossintético. O período de actuação do biocida é variável, em função do tipo de biocida aplicado e sua concentração; e do tipo de organismo e fase do ciclo de desenvolvimento. Em organismos mais simples e monocelulares como as algas ou

pouco diferenciados como os líquenes, o efeito é quase imediato. No entanto, em organismos mais complexos como as infestantes, é necessário mais tempo para a acção tóxica actuar. “Os tratamentos devem ser repetidos quando necessário. No fim, devem usar-se lavagens abundantes, de modo a remover vestígios dos biocidas. No caso dos musgos e líquenes, muitas vezes é necessário fazer uma remoção prévia por meios mecânicos (espátulas ou pincéis) seguida do uso de biocidas”¹³⁸.

Nas argamassas dos muros de pedra dever-se-á ter alguns cuidados, na aplicação das mesmas, aquando das obras de restauro e de conservação. Especial atenção deverá ser dada ao uso da cal a empregar, tendo em conta os elevados valores de humidade presentes nos materiais dadas as características edafo-climáticas da região.



Figura 66 – Muro da fonte do claustro com plantas superiores

As argamassas de consolidação entre os blocos de granito existentes carecem de intervenção, uma vez que existe a sobreposição de vários tipos argamassas (desde a argamassa de cal à argamassa de cimento). Estas foram aplicadas ao longo de várias épocas, as mais antigas encontram-se revestidas pelos líquenes da colonização biológica, sendo provavelmente as argamassas de cal com características mais

¹³⁸ AIRES-BARROS, Luís (2001), *ob. cit.*, p.308.

adequadas a reproduzir numa nova constituição do consolidante a aplicar. Todavia, implica uma avaliação minuciosa dos constituintes da argamassa. Há então a necessidade de uma remoção minuciosa dos preenchimentos com as argamassas e, conseqüentemente, a respectiva consolidação com um consolidante adequado às características do granito e da argamassa mais antiga. Para isto deverá ser efectuada uma planificação cuidadosamente programada e acompanhada por técnicos especializados neste tipo de restauro. Esta também deverá ter em conta que alguns dos blocos constituintes de determinadas áreas (ex.: degraus de escadas) encontram-se muito deteriorados e não apresentam dimensões idênticas de cada um dos lados, nem a formação de arestas acentuadas, devendo ser devidamente reconstituídas ao serem consolidadas.

Por outro lado, a selecção do consolidante, deve ter como critérios a garantia de eficácia, durabilidade e um outro requisito indispensável para o sucesso da operação que exige estudo de laboratórios. Ou seja, deve ter-se em linha de conta que o consolidante deve permitir a respiração da pedra, devendo ter um coeficiente vizinho do desta. Esta consolidação também “*deverá melhorar a resistência mecânica do material como induzir na sua estrutura interna de modo a dificultar o acesso e migração interna de água e soluções salinas deletérias.*”¹³⁹

Assim são confrontados dois critérios opostos, deixar respirar o granito e torná-lo impermeável à água e soluções salinas deletérias, sendo fundamental que o consolidante não seja hidrófobo, pois estes “impedem as águas de penetrar na rocha,” mas “são nefastos porque impedem a evacuação da água líquida resultante da condensação interna ou de penetração nas fissuras.

Supostamente poderão ter sido utilizadas argamassas bastardas na consolidação inicial dos degraus e na ligação entre os blocos que constituem a fonte do claustro. Estas surgem como sendo as que oferecem melhor qualidade, porque juntam as características naturais da cal (maior plasticidade, menor porosidade, respiração da pedra, etc.) e as vantagens do cimento (maior resistência e tempo de presa mais rápido). Nas aplicações recentes de argamassa não foram ponderados estes estudos e foi aplicada uma argamassa de cimento sem qualquer critério. Estes tipos de argamassas podem ser substituídos por argamassa feita com a cal hidratada com óleo, embora o seu tempo de

presa seja superior ao cimento, no entanto apresenta uma durabilidade muito maior a qualquer argamassa de cimento ou mesmo bastarda. A cal hidratada com óleo confere às argamassas características que vêm combater as lacunas das argamassas com cimento ou mesmo só de cal, na medida em que oferecem uma resistência, durabilidade e uma plasticidade muito grande, assim como a “ausência de fissuras durante a secagem e posterior endurecimento”¹⁴⁰; permite que as pedras respirem na entre as argamassas; é hidrófuga, na medida em que protege a o granito da humidade exterior, na superfície que está em contacto com ela, combatendo a formação de sais na rocha.

Relativamente aos rebocos dos muros de pedra deverão ser exclusivamente de cal e areia utilizando-se traços de acordo com as situações particulares, com acabamento por caição.



Figura 67 – Muro de suporte com alvenaria de pedra à vista e infestado de plantas superiores

Não se aconselha o desempenho dos muros, devendo os rebocos respeitar a geometria original dos seus paramentos, por muito desalinhados que pareçam, desde que não estejam em aparente colapso.

¹³⁹ Idem, *Ibidem*.



Figura 68 – Muro de suporte na zona das hortas

Para a recuperação e conservação das superfícies rebocadas do edifício há que: *“preferir materiais inorgânicos; preterir materiais quimicamente similares à maior parte dos constituintes dos materiais originais; preferir materiais hidrófilos e com suficiente capilaridade para permitir o eficaz transporte com água para a superfície; preferir materiais com resistências mecânicas e coeficientes de expansão térmica e hídrica correspondentes aos dos materiais originais; preferir materiais que formem produtos quimicamente estáveis dentro de um período razoável de tempo; escolher materiais que não induzam o aparecimento de subprodutos (tais como sais solúveis) durante os processos de reacção química e/ou presa; escolher materiais – que não sejam “melhores ou piores” do que os ainda existentes no edifício antigo – apresentando resistências e durabilidades similares aos materiais originais, para que no processo natural de envelhecimento (“weathering”) não apresentem diferenças substantivas de comportamento a longo prazo”*.¹⁴¹

¹⁴⁰ TEIXEIRA, Gabriela de Barbosa e BELÉM, Margarida da Cunha, *ob. cit.*, p.33.

¹⁴¹ *Idem, Ibidem*, p.155.

No que respeita às cantarias executadas em granito, estas não deverão ser picadas ou lavadas com decapantes ou outros produtos químicos corrosivos ou de base ácida porque perdem a película de protecção que foi conseguida por acção do tempo e que se designa por pátina. A limpeza da pedra deverá ser efectuada por lavagem com água e sabão e escovas de cerdas moles. As escovas de arame deixam vestígios das limalhas de ferro susceptíveis de criarem pontos de ferrugem e acelerarem o processo de degradação.

4.1.1.2 – Outros materiais

Recuperação de muros em alvenaria de pedra seca

Verifica-se a existência de gretas nos muros de contenção e a existência de muros desalinhados em contacto com o terreno. Estas situações podem ter sido provocadas por impulsos do terreno que promovem a deformação. A tendência poderá ser a deslocação dos muros por escorregamento sobre o terreno pendente.

A ancoragem destes muros poderá passar pela colocação de micro-estacas e construção de contrafortes, cujas dimensões deverão ser determinadas por cálculo. Por outro lado, há que avaliar situações em que a deformação dos muros de suporte de terras é devida ao excesso de carga de água existente no terreno, caso se situe em áreas declivosas. A solução poderá passar pela colocação de drenos perfurados em valas adjacentes ao muro com almofada de material drenante, associado à colocação de boeiros.

A existência de maiores condensações em paredes frias e muros com exposição norte derivadas de valores mais baixos de temperatura e menores valores de insolação que se traduz na forte presença de determinados organismos nestas áreas (musgo), implica o isolamento térmico destas paredes ou faces. Este pode ser conseguido pela aplicação de material isolante, como determinados tipos de argamassas. São situações objecto de estudo individual, de responsabilidade de uma equipa técnica especializada.

Associado a este fenómeno verifica-se ainda a presença de solo vivo em diversos pontos dos muros, fomentando ainda mais o surgimento de material vegetal nestes pontos.

Apodrecimento da cortiça que reveste portas, janelas e tectos.

Os elevados valores de humidade, levam ao apodrecimento da cortiça e ao ataque de insectos e menor superfície de apoio. Aqui, a solução passa pela substituição da cortiça a intervalos regulares, situação que já é executada com alguma periodicidade. Os tempos médios de substituição apontam entre 10 a 20 anos. No entanto, em alguns pontos do convento, a substituição deverá ser menos espaçada, em zonas onde o grau de humidade é mais elevado.



Figura 69 – Aplicação de cortiça como revestimento apresentando ataque por agentes biológicos

Recuperação dos seixos e conchas

A causa dos danos que foram sendo provocados por diversos factores ao longo do tempo, deverá evidenciar a diversidade de exigências impostas no restauro, bem como as futuras técnicas de conservação utilizadas. São trabalhos que exigem profunda compreensão para as intervenções, que deverão ser eficazes, mas provocarem mais danos (estruturais ou estéticos). Há que preservar a substância original ainda existente e completar eventuais falhas com particular delicadeza e intuição. A indústria de produtos

químicos pode facilitar a tarefa de restauro, desde que os mesmos sejam usados na justa situação.

Recuperação dos azulejos

Uma das situações detectadas nos azulejos, diz respeito à sujidade. Esta poderá ser removida com extrema facilidade, por meio de uma escovagem da superfície apenas com água. As concreções que se detectam em alguns casos, poderão ser removidas mecanicamente sem danificar a superfície do azulejo.

O problema das argamassas que fixam os azulejos às paredes está, geralmente, na origem de grande parte dos problemas da degradação de painéis de azulejos.

Em geral, devem ser consolidadas as estruturas do edifício e analisado o sistema de circulação de água. (que promove o aparecimento de sais e líquenes).

No caso da necessidade de restauro, deverá ser feita uma análise prévia para avaliar a necessidade de levantamento do azulejo. Este levantamento só se justifica em presença de uma de duas situações:

- Necessidade de tratamento da estrutura de suporte;
- Detecção de argamassas muito envelhecidas e conseqüente necessidade de substituição.

No caso dos tratamentos executados *in situ*, deverá proceder-se a um conjunto de operações que passam pela limpeza da superfície com a dessalinização e remoção de líquenes e outras plantas, caso existam. Seguidamente deverá fazer-se uma consolidação pontual, bem como o preenchimento de falhas com argamassa de cal e areia e/ou gesso ou ainda gesso sintético. Em seguida proceder-se-á a pintura com tintas acrílicas e aplicação de verniz.

Caso os tratamentos devam ser executados fora do local, haverá primeiramente lugar a um registo fotográfico exaustivo no local, seguido da etiquetagem dos azulejos (um por um) no local. Posteriormente faz-se o levantamento dos azulejos e a limpeza das argamassas em laboratório, bem como consolidações pontuais ou gerais, colagens e eventual preenchimento de falhas, terminando na pintura e envernizamento a acrílico. Antes da colocação dos azulejos no suporte, dever-se-á picar a parede, eventualmente

aplicar biocida e assentar os azulejos com argamassa devidamente estudada para o efeito.

Em qualquer situação, a escolha das técnicas deverá ser criteriosamente escolhida por técnico especializado.

Acumulação de águas pluviais junto aos edifícios

Os pavimentos exteriores que rodeiam o conjunto edificado, deverão garantir o perfeito escoamento das águas pluviais. A pendente mínima deverá ser de 2% para o exterior e posteriormente encaminhada para o sistema de drenagem.

Esta questão poderá estar directamente relacionada com os danos que aparecem nas pinturas murais, como o caso das figuras que ladeiam a entrada da Capela do Senhor do Horto no claustro do convento. Este tipo de danos tanto pode provir da base como da superfície. Esta pode apresentar fendas decorrentes da secagem de uma base mal preparada, ou de deslocações verificadas na parede. A base das pinturas murais pode estar embebida em humidade proveniente da precipitação, que se acumula no pavimento e promove a subida da água por capilaridade em maior grau. Este “embebimento” das pinturas está na origem de outros prejuízos secundários. O primeiro corresponde ao ataque da tinta e destruição da liga de cal com conseqüente surgimento de eflorescências causadas pelo sal, cuja pressão de cristalização arruína a superfície¹⁴². O segundo prejuízo é causado pelos microorganismos.

A remoção destes problemas passa pelas técnicas de impedir a humidade nas paredes resolvendo os problemas na base. No caso das fendas, estas deverão ser preenchidas com argamassas devidamente estudadas. Para travar o ataque dos microorganismos, devem-se utilizar soluções que incluam antibactericidas ou antifúngicos que perdurem e que não alterem a pintura.

¹⁴² FARIA, J. M. Rebelo de (trad.), *ob. cit.*, p.51.

Recuperação dos caminhos da mata

Em alguns caminhos existentes dentro da área de mata surgem declives são extremamente acentuados. Em determinados troços, a forma de vencer estes mesmos declives, passou pela construção de degraus com recursos a blocos de granito de formas e dimensões irregulares. Com o passar dos tempos e resultado de processos erosivos por drenagem de águas pluviais, alguns blocos de pedra granítica foram removidos por um processo natural, com conseqüente ravinamento de porções dos caminhos.

A recuperação destes caminhos na mata, passa pelo reposicionamento de alguns blocos graníticos e colocação de novos blocos nas zonas em falha, com posterior preenchimento de terra de forma a se modelar correctamente os degraus.



Figuras 70 e 71 – Caminhos da mata de difícil acessibilidade e com falhas de blocos de granito

4.2 – *Espaços de trabalho*

Ao estudar-se o valor ecológico deste lugar, consegue-se compreender como o homem trabalhou a terra e como tentou controlar, designar e relacionar-se com o seu meio ambiente. As áreas de trabalho contempladas dentro desta cerca conventual reflectem o equilíbrio espiritual com a cultura na sua expressão mais humana, onde se manifesta a compreensão dos elementos naturais, com concepção e exploração numa percepção holística.

O traçado destes espaços não corresponde a qualquer esquema rígido de construção que obedeça a conceitos artísticos ou teóricos. “*O pomar, a horta e a mata primam pelo arcaísmo, ditado pelo carácter fundamentalmente produtivo.*”¹⁴³ Muitas vezes, “*...hortaliças, ervas cheirosas, flores e, por vezes, árvores de fruto, ocupam e compartilham o mesmo espaço, os mesmos canteiros.*”¹⁴⁴

A recuperação destes espaços deverá ter em linha de conta princípios de sustentabilidade ecológica, exprimindo a interligação entre as necessidades físicas, sociais e espirituais do ser humano e as forças da vida e da terra. O recurso a técnicas agrícolas tradicionais traduz uma manifestação cultural, conseguindo-se a criação de espaços nos quais a intervenção humana é induzida por motivações íntegras e equilibradas. Em muitas zonas do planeta a agricultura ainda é praticada de uma maneira tradicional, muitas vezes biológica. Este tipo de agricultura, no qual não são utilizados produtos químicos, enquadra-se bem numa paisagem valiosa e diversa, onde a natureza ainda tem a oportunidade de ser preservada e de se desenvolver.

Assim sendo, a proposta de recuperação das hortas e pomar do convento de Santa Cruz de Sintra, terá como principal objectivo a utilização da Terra como recurso de criação e a existência de laços íntimos com a natureza, tendo em conta a preocupação cada vez maior do grande declínio de equilíbrio dos ecossistemas.

As crianças e jovens são excelentes agentes sensibilizadores e defensores da natureza. Com a sua imaginação, criatividade e potencialidade eles poderão preservar no futuro o que é de todos nós, por direito. Nesse sentido, as actividades de educação

¹⁴³ CARAPINHA, Aurora da Conceição, *ob. cit.*, p.259.

¹⁴⁴ *Idem, Ibidem*, p.260.

ambiental mostram-se como uma solução a implementar para a recuperação destes espaços, pretendendo:

- Despertar para a noção de desenvolvimento sustentável baseado em posturas responsáveis em relação ao meio ambiente;
- Oferecer a escolas e associações juvenis um suporte alternativo e criativo para conhecer, viver e sentir a natureza de forma plena;
- Facultar a possibilidade de sentir a natureza directamente, mediante uma grande diversidade de formas de trabalho e expressão;
- Aumentar consciência ambiental dentro do quadro genérico da educação e formação.

Apresenta-se no desenho 14 do anexo, o estudo prévio para a recuperação da área de hortas e pomar. Para a presente proposta foi tido em conta a existência de um sistema de rega possível de ser colocado em funcionamento, bem como a definição das áreas de regadio em função das estruturas existentes. Na área das hortas, propõe-se a criação em cada patamar de um conjunto de alfobres com cerca de 1,50 m de largura de forma a permitir o acesso à área de cultivo. Na área de pomar, é proposta a instalação de dois pomares distintos com base na pesquisa histórica efectuada: o “pomar de caroço”, correspondendo à plantação de espécies como macieira, pereira, ameixeira, etc., e o “pomar de espinho”, situado abaixo da cota 316,00 m, com a instalação de citrinos (em especial de laranjeira-doce).

As vertentes educacionais e recreativas das hortas e do pomar são factores que moldam a morfologia e distribuição espacial dos elementos que o compõem. Propõe-se a criação de um ‘Centro de Apoio’, que funcionará como sede das várias actividades propostas para as hortas e pomar, e que se poderá localizar no edifício junto ao primeiro patamar. Somente através de uma participação activa local – aprender fazendo – se desenvolverá trabalho, capaz de produzir esforços locais de sustentabilidade, o que por sua vez tenderá a reduzir a procura futura de recursos externos. A experiência do envolvimento activo poderá fornecer a motivação para empreendimento em actividades adicionais inovadoras.

Figura 72 – Zona de intervenção da área de horta e pomar

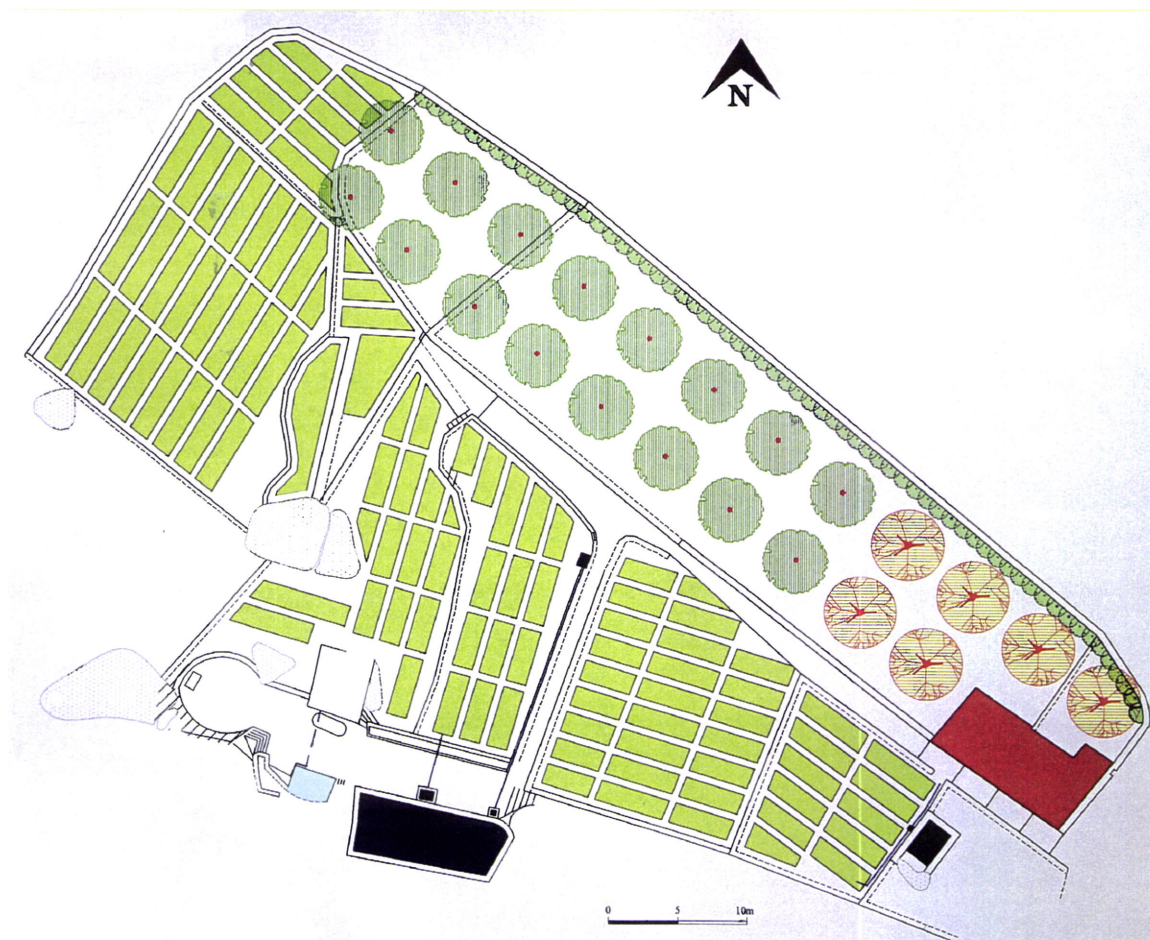
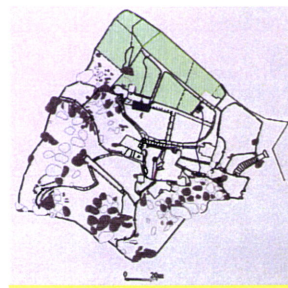


Figura 73 – Estudo prévio para horta e pomar

4.2.1 – Hortas

Em todas as civilizações espalhadas pelo mundo inteiro e ao longo dos séculos, tem-se conhecimento da busca constante de maior número de plantas que possam suprir as necessidades alimentares humanas. Mas é extraordinário que, a par da domesticação de várias espécies vegetais, haja a preocupação de outros efeitos que se possam conseguir através dessas mesmas plantas, em especial as suas virtudes terapêuticas. Trata-se de um conhecimento que se foi avolumando pela transmissão secular dos saberes.

Durante muito tempo, os remédios naturais e especialmente as plantas medicinais foram o principal, e mesmo o único, recurso da medicina. A medicina popular sempre recorreu às plantas, contribuindo para manter viva a tradição terapêutica conhecida desde os primeiros tempos da evolução humana. Ao longo dessa evolução o domínio da sua utilização e o número de plantas medicinais conhecidas aumentou bastante, sobretudo com novas espécies vindas do Ultramar, utilizadas como auxiliares de tratamentos químicos.

Para a recuperação desta área da cerca conventual, recorreu-se a uma pesquisa de plantas espontâneas e cultivada em Portugal, possíveis de serem aplicadas nos diferentes patamares e com fins diversos. O critério de escolha teve em conta a época de utilização conhecida em termos de história humana. Ou seja, as plantas propostas a incluir nos novos planos de plantação para recuperação das hortas, englobam espécies já conhecidas até à época de fundação do convento, e cujas propriedades culinárias e/ou medicinais já eram ancestrais.

A recuperação das hortas tem como principais objectivos:

- Demonstração de métodos de produção agrícola de espécies de plantas medicinais e aromáticas autóctones e de espécies e variedades introduzidas;
- Valorização das potencialidades da cerca conventual;

- Demonstração da agricultura biológica nas vertentes das tecnologias de produção, armazenagem e transformação das plantas medicinais e aromáticas com capacidades técnicas, ecológicas e económicas asseguradas;
- Instalação de local de aprendizagem adequado às populações mais jovens.

Das espécies espontâneas propostas, contam-se as que melhor se adaptam às características biofísicas locais, como exemplares de maiores probabilidades de sucesso, sendo na sua quase totalidade usadas nas nossas hortas e jardins.

Quanto às espécies cultivadas, na sua maioria hortícolas, o mesmo critério foi estabelecido.

A sua disposição dentro de cada um dos patamares, deverá obedecer a critérios de necessidades hídricas, por maior facilidade de gestão da água. É natural que este processo só deva ocorrer após a recuperação do sistema hidráulico, uma vez que, sem ele em perfeito funcionamento, a existência destes espaços de produção se encontra completamente inviabilizado.

O recurso a práticas de cultivo incluídas na actualmente designada ‘agricultura biológica’ são recomendadas, de forma a conseguir-se uma aproximação às condições de vivência dos frades durante a utilização deste convento. A acrescer o facto de que, a não utilização de produtos químicos, poderá implicar uma maior procura na eventual venda dos produtos cultivados.

Apresentam-se em seguida duas listagens de espécies propostas para as hortas do convento: espécies espontâneas e espécies cultivadas.

LISTA DE PLANTAS CULTIVADAS PROPOSTAS PARA AS HORTAS

| ESPÉCIE | NOME VULGAR | UTILIDADE |
|--|--------------------|-------------------------------------|
| <i>Allium cepa</i> L. | Cebola | Hortícola |
| <i>Allium sativum</i> L. | Alho | Hortícola |
| <i>Beta vulgaris</i> L. var. <i>cicla</i> Pers. | Acelga | Hortícola |
| <i>Beta vulgaris</i> L. var. <i>rapacea</i> Koch | Beterraba-sacarina | Hortícola |
| <i>Brassica oleracea</i> L. | Couve | Hortícola |
| <i>Coriandrum sativum</i> L. | Coentro | Hortícola Aromática |
| <i>Crocus sativus</i> L. | Açafrão | Hortícola Tintória |
| <i>Cucumis Melo</i> L. | Melão | Hortícola |
| <i>Cucumis sativus</i> L. | Pepino | Hortícola |
| <i>Cynara scolymus</i> L. | Alcachofra | Hortícola |
| <i>Daucus sativus</i> Hayek | Cenoura | Hortícola |
| <i>Lactuca sativa</i> L. | Alface | Hortícola |
| <i>Lilium candidum</i> | Açucena | Medicinal |
| <i>Lippia citriodora</i> L. | Lúcia-lima | Aromática |
| <i>Ocimum basilicum</i> L. | Mangericão | Aromática Hortícola |
| <i>Origanum majorana</i> L. | Mangerona | Aromática Hortícola |
| <i>Petroselinum sativum</i> Hoffm. | Salsa | Hortícola |
| <i>Pimpinella anisum</i> L. | Anis | Aromática Medicinal |
| <i>Pisum sativum</i> L. | Ervilheira | Hortícola |
| <i>Portulaca oleracea</i> L. | Beldroega | Hortícola |
| <i>Punica granatum</i> L. | Romãzeira | Hortícola |
| <i>Raphanus sativus</i> L. var. <i>radicula</i> | Rabanete | Hortícola |
| <i>Ribes nigrum</i> L. | Groselheira | Hortícola |
| <i>Rosmarinus officinalis</i> L. | Alecrim | Aromática Hortícola Medicinal |
| <i>Solanum melongena</i> L. | Beringela | Hortícola |
| <i>Spinacia oleracea</i> L. | Espinafre | Hortícola |
| <i>Vicia fava</i> L. | Faveira | Hortícola |

LISTA DE PLANTAS ESPONTÂNEAS PROPOSTAS PARA AS HORTAS

| ESPÉCIE | NOME VULGAR | UTILIDADE |
|---|-----------------------|---------------------------------------|
| <i>Acanthus mollis</i> L. | Acanto | Medicinal |
| <i>Achillea millefolium</i> L. | Erva-de-são-joão | Culinária Medicinal |
| <i>Adiantum capillus veneris</i> L. | Avenca | Culinária Medicinal |
| <i>Agrimonia eupatoria</i> L. | Agrimónia | Aromática Medicinal |
| <i>Agropyrum repens</i> P. B. | Gramma-francesa | Culinária Medicinal |
| <i>Ajuga reptans</i> L. | Erva-de-são-Lourenço | Medicinal |
| <i>Alchemilla vulgaris</i> L. (<i>sensu lato</i>) | Pé-de-leão | Medicinal |
| <i>Althaea officinalis</i> L. | Alteia | Medicinal |
| <i>Anchusa officinalis</i> L. | Erva-do-fígado | Medicinal |
| <i>Anetum graveolens</i> L. | Aneto | Culinária Condimentar Medicinal |
| <i>Angelica archangelica</i> L. | Angélica | Medicinal |
| <i>Antennaria dioica</i> (L.) Gaertn. | Antenária | Medicinal |
| <i>Anthemis nobilis</i> L. | Macela | Aromática Medicinal |
| <i>Anthyllis vulneraria</i> L. | Vulnerária | Medicinal |
| <i>Apium graveolans</i> L. | Aipo | Medicinal |
| <i>Aquilegia vulgaris</i> L. | Aquilégia | Medicinal |
| <i>Arctium lappa</i> L. | Bardana-maior | Medicinal |
| <i>Artemisia absinthium</i> L. | Absinto | Culinária Medicinal |
| <i>Artemisia vulgaris</i> L. | Artemísia | Medicinal |
| <i>Asarum europaeum</i> L. | Orelha-humana | Medicinal |
| <i>Ballota foetida</i> Lam. | Marroio-fétido | Medicinal |
| <i>Barbarea vulgaris</i> R. Br. | Erva-de-santa-bárbara | Culinária Medicinal |
| <i>Bellis perennis</i> L. | Margarida | Medicinal |

| | | |
|--|-------------------|------------------------|
| <i>Borrago officinalis</i> L. | Borragem | Medicinal |
| <i>Brassica nigra</i> (L.) Koch | Mostarda-negra | Culinária Medicinal |
| <i>Brunella vulgaris</i> L. | Erva-férrea | Culinária Medicinal |
| <i>Calluna vulgaris</i> (L.) Hull | Urze | Medicinal |
| <i>Campanula rapunculus</i> L. | Rapúncio | Medicinal |
| <i>Carlina acaulis</i> L. | Carlina | Medicinal |
| <i>Carthamus tinctorius</i> L. | Açafrão-bastardo | Tintória |
| <i>Carum carvi</i> L. | Alcaravia | Medicinal |
| <i>Centaurea acalitrpa</i> L. | Cardo-estrelado | Medicinal |
| <i>Cheiranthus cheiri</i> L. | Goiveiro-amarelo | Aromática Medicinal |
| <i>Chelidonium majus</i> L. | Erva-das-verrugas | Medicinal |
| <i>Chenopodium ambrosioides</i> L. (<i>sensu lato</i>) | Erva-formigueira | Aromática |
| <i>Chrysanthemum parthenium</i> Bernh. | Matricária | Medicinal |
| <i>Cichorium intybus</i> L. | Chicória-brava | Culinária Medicinal |
| <i>Cnicus benedictus</i> L. | Cardo-santo | Medicinal |
| <i>Cpsella bursa pastoris</i> Moench. | Bolsa-de-pastor | Medicinal |
| <i>Cynoglossum officinale</i> L. | Língua-de-cão | Medicinal |
| <i>Daucus carota</i> L. | Cenoura-brava | Culinária Medicinal |
| <i>Descurainia sophia</i> (L.) Web. | Erva-sofia | Medicinal |
| <i>Ephedra distachya</i> L. | Éfedra | Medicinal |
| <i>Equisetum arvense</i> L. | Cavalinha | Medicinal |
| <i>Erigeron canadensis</i> L. | Avoadinha | Medicinal |
| <i>Eryngium campestre</i> L. | Cardo-corredor | Culinária Medicinal |
| <i>Erythraea centaurium</i> Pers. | Fel-da-terra | Culinária Medicinal |
| <i>Ficaria ranunculoides</i> Roth. | Erva-hemorroidal | Medicinal |
| <i>Foeniculum vulgare</i> (Mill.) Gaertn. | Funcho | Culinária Medicinal |
| <i>Fragaria vesca</i> L. | Morangueiro | Culinária Medicinal |

| | | |
|------------------------------------|-----------------------------|--|
| <i>Fumaria officinalis</i> L. | Fumária | Medicinal |
| <i>Galium aparine</i> L. | Amor-de-hortelão | Medicinal |
| <i>Galium verum</i> L. | Erva-coalheira | Culinária Medicinal |
| <i>Geranium robertianum</i> L. | Erva-de-são- roberto | Medicinal |
| <i>Glycyrrhiza glabra</i> L. | Pau-doce (alçaçuz) | Culinária Medicinal |
| <i>Gratiola officinalis</i> L. | Erva-do-pobre | Medicinal |
| <i>Hedera helix</i> L. | Hera | Medicinal |
| <i>Hepática nobilis</i> Mill. | Hepática | Medicinal |
| <i>Heracleum sphondylium</i> L. | Branca-ursina | Culinária Medicinal |
| <i>Humulus lupulus</i> L. | Vinha-do-norte | Culinária Medicinal |
| <i>Hypericum perforatum</i> L. | Hipericão | Aromática Medicinal |
| <i>Hyssopus officinalis</i> L. | Hissopo | Aromática Medicinal |
| <i>Inula helenium</i> L. | Énula-campana | Medicinal |
| <i>Lactuca virosa</i> L. | <i>Serralha-macia</i> | <i>Medicinal</i> |
| <i>Lamium album</i> L. | Urtiga-branca | Culinária Medicinal |
| <i>Lapsana communis</i> L. | Lapsana | Medicinal |
| <i>Laurus nobilis</i> L. | Louro | Culinária Medicinal |
| <i>Lavandula officinalis</i> Chaix | Alfazema | Aromática Condimentar Medicinal ⁸ |
| <i>Leonorus cardiaca</i> L. | Agripalma (chá-de-frade) | Medicinal |
| <i>Levisticum officinale</i> Koch | Levístico | Medicinal |
| <i>Linum angustifolium</i> Huds. | Linho-bravo | Medicinal |
| <i>Lonicera periclymenum</i> L. | Madressilva | Aromática Culinária Medicinal |
| <i>Lysimachia nummularia</i> L. | Erva-dos-escudos | Medicinal |

| | | |
|--|-------------------------|-------------------------------------|
| <i>Lysimachia vulgaris</i> L. | Erva-moedeira | Medicinal |
| <i>Lythrum salicaria</i> L. | Salgueirinha | Culinária Medicinal |
| <i>Malva silvestris</i> L. | Malva | Aromática Culinária Medicinal |
| <i>Marrubium vulgare</i> L. | Erva-virgem | Aromática Medicinal |
| <i>Matricaria chamomilla</i> L. | Margaça-das- boticas | Culinária Medicinal |
| <i>Melilotus officinalis</i> (L.) Pall. | Trevo-de-cheiro | Medicinal |
| <i>Melissa officinalis</i> L. | Erva-cidreira | Aromática Culinária Medicinal |
| <i>Mentha</i> sp. | Mentas | Aromática Culinária Medicinal |
| <i>Myosotis scorpioides</i> (L.) Hill. ssp. <i>Palustris</i> (L.) Herm. | Miosótis | Medicinal |
| <i>Myrtus communis</i> (L.) Herm. | Murta | Aromática Culinária Medicinal |
| <i>Nasturtium officinale</i> R. Br. | Agrião | Culinária |
| <i>Origanum vulgare</i> L. | Oregão | Culinária Medicinal |
| <i>Oxalis acetosella</i> L. | Aleluia | Medicinal |
| <i>Papaver rhoeas</i> L. | Papoila | Medicinal |
| <i>Parietaria officinalis</i> L. | Erva-dos-muros | Medicinal |
| <i>Physalis alkekengi</i> L. | Erva-noiva | Medicinal |
| <i>Plantago psyllium</i> L. | Zaragatoa | Medicinal |
| <i>Plantago</i> sp. | Tanchagens | Medicinal |
| <i>Polygonatum officinale</i> Desf. | Selo-de-salomão | Medicinal |
| <i>Polygonum aviculare</i> L. | Erva-da-saúde | Medicinal |
| <i>Polygonum bistorta</i> L. | Bistorta | Medicinal |
| <i>Potentilla erecta</i> (L.) Raeusch. | Tormentilha | Medicinal |
| <i>Potentilla reptans</i> L. | Cinco-em-rama | Medicinal |
| <i>Pulmonaria officinalis</i> L. | Pulmonária | Medicinal |

| | | |
|---|------------------------|--------------------------|
| <i>Ribes rubrum</i> L. | Groselheira-vermelha | Culinária Medicinal |
| <i>Ribes uva-crispa</i> L. | Groselheira-espim | Culinária Medicinal |
| <i>Rosmarinus officinalis</i> L. | Alecrim | Aromática Medicinal |
| <i>Rubia tinctorum</i> L. | Riuva-dos-tintureiros | Tintória Medicinal |
| <i>Rubis fruticosus</i> L. | Silva | Culinária Medicinal |
| <i>Rubus idaeus</i> L. | Framboeseiro | Culinária Medicinal |
| <i>Rumex acetosa</i> L. | Azedas | Medicinal |
| <i>Rumex obtusifolius</i> L. | Ruibarbo-selvagem | Culinária Medicinal |
| <i>Ruscus aculeatus</i> L. | Gilbarbeira | Medicinal |
| <i>Salvia officinalis</i> L. | Salva | Aromática Medicinal |
| <i>Sanguisorba magna</i> L. | Pimpinela | Condimentar Medicinal |
| <i>Santolina chamaecyparissus</i> L. | Abrótano-fêmea | Medicinal |
| <i>Saponaria officinalis</i> L. | Erva-saboeira | Medicinal |
| <i>Satureia hortensis</i> L. | Segurelha | Aromática Medicinal |
| <i>Saxifraga granulata</i> L. | Quaresmas | Culinária Medicinal |
| <i>Scolopendrium officinale</i> Sm. | Língua-de-veado | Medicinal |
| <i>Sedum telephium</i> L. ssp. <i>purpureum</i> Link | Erva-dos-calos | Culinária Medicinal |
| <i>Senecio vulgaris</i> L. | Cardo-morto | Medicinal |
| <i>Silybum marianum</i> Gaertn. | Cardo-de-santa-maria | Culinária Medicinal |
| <i>Smilax aspera</i> L. | Salsaparrilha-bastarda | Medicinal |
| <i>Spergularia rubra</i> (L.) J. & C. Presl | Arenária | Mdicinal |
| <i>Stachys officinalis</i> (L.) Trev. | Betónica | Medicinal |
| <i>Stellaria media</i> (L.) Vill. | Orelha-de-toupeira | Medicinal |

| | | |
|--|--------------------|-------------------------------------|
| <i>Symphytum officinale</i> L. | Orelhas-de-asno | Medicinal |
| <i>Tanacetum vulgare</i> L. | Erva-de-são-marcos | Aromática Medicinal |
| <i>Taraxacum officinale</i> Web. (<i>sensu lato</i>) | Coroa-de-monge | Medicinal |
| <i>Teucrium chamaedrys</i> L. | Carvalhinha | Culinária Medicinal |
| <i>Thymus</i> sp. | Erva-ursa | Aromáticas Medicinais |
| <i>Thymus vulgaris</i> L. | Tomilho | Aromática Culinária Medicinal |
| <i>Tragopogon pratensis</i> L. | Cersefi-bastardo | Culinária Medicinal |
| <i>Trigonella foenum-graecum</i> L. | Alforva | Medicinal |
| <i>Umbilicus rupestris</i> (Salisbury) Dandy | Orelha-de-monge | Medicinal |
| <i>Urtica dioica</i> L. | Ortiga-maior | Culinária Medicinal |
| <i>Vaccinium myrtillus</i> L. | Arando | Medicinal |
| <i>Vaccinium vitis-idaea</i> L. | Arando-vermolho | Medicinal |
| <i>Valeriana officinalis</i> L. | Valeriana | Medicinal |
| <i>Verbascum thapsus</i> L. | Erva-de-são-fiacre | Medicinal |
| <i>Verbena officinalis</i> L. | Verbena | Aromática Medicinal |
| <i>Veronic officinalis</i> L. | Verónica | Medicinal |
| <i>Verónica beccabunga</i> L. | Morrião-d'água | Culinária Medicinal |
| <i>Vinca minor</i> L. | Pervinca | Medicinal |
| <i>Viola odorata</i> L. | Violeta | Medicinal |

No processo de multiplicação das plantas está implícita uma selecção das sementes em função do seu rendimento e teor médio em substâncias activas. Deverão ser dispostas em fiadas e sujeitas a uma manutenção cuidada que engloba um conjunto de operações de jardinagem frequentes, como mondas, regas, adubações, etc.

A secagem das plantas, em especial, as medicinais ou as utilitárias, será realizada em época específica, o mesmo se passando com a colheita. Seja realizada naturalmente

ou em cultura, a colheita é determinada pelo teor da planta em matérias activas no decurso do seu ciclo vegetativo.

Quanto ao armazenamento é determinado pela natureza das substâncias activas. Todas as drogas devem ser conservadas em lugar seco, na obscuridade, dentro de recipientes fechados, tal como deveria ter ocorrido na botica do convento. Algumas espécies são particularmente sensíveis à humidade do ar, devendo ser renovadas todos os anos, mesmo que não tenham sido completamente consumidas. Os mesmos conselhos se aplicam à conservação de especiarias. Dada a sua fragilidade, é necessário proceder com frequência à verificação do seu estado, procurando detectar o mínimo vestígio de humidade, susceptível de alterar o seu valor medicinal.

O interesse pelas plantas medicinais e aromáticas, o seu modo de emprego e os seus efeitos, não desapareceu. Actualmente procura-se obter mais conhecimentos sobre o seu uso, seus princípios activos e aplicações, continuando a desempenhar nos dias de hoje, um papel importante no tratamento de muitas doenças e na moderna indústria farmacêutica.

4.2.2 – Pomar

A proposta de recuperação do pomar do convento, sugere a utilização de espécies fruteiras e de citrinos largamente difundidas no nosso país. Numa sociedade de consumo globalizado e desenfreado, a fruta não é excepção à mediatização da aparência, que passa por uma estratégia de marketing e que privilegia os grandes calibres, em detrimento do sabor, dos aromas e do estado de maturação, imposta pela normalização, sendo ainda remota a preocupação com sistemas de produção sustentável e amigos do ambiente. Tal situação não deverá ser premissa para a instalação do pomar no convento de Santa Cruz de Sintra.

As plantações englobam espécies e variedades correspondendo geralmente a árvores de médio porte, com copa é densa e formato normalmente arredondado.

Como estratégia de optimização do pomar, deverá ter-se em conta factores como:

- Sistematização do terreno (construção do terraço, plantação de nível, construção de canais de drenagem e plantação em camalhões);
- Irrigação e manuseamento da fertilidade do terreno.

Apresenta-se em seguida uma listagem de espécies propostas para o pomar do convento, incluindo citrinos e fruteiras diversas.

LISTA DE ESPÉCIES PROPOSTAS PARA O POMAR

| ESPÉCIE | NOME VULGAR | UTILIDADE |
|-------------------------------------|--------------|-----------------------|
| <i>Ceratonia siliqua</i> L. | Alfarrobeira | Medicinal Fruteira |
| <i>Citrus limonum</i> L. | Limoeiro | Culinária Fruteira |
| <i>Citrus sinensis</i> (L.) Osbeck. | Laranjeira | Fruteira |
| <i>Cydonia vulgaris</i> Pers. | Marmeleiro | Fruteira |
| <i>Ficus carica</i> L. | Figueira | Fruteira |
| <i>Juglans regia</i> L. | Nogueira | Fruteira |
| <i>Malus communis</i> Poir. | Macieira | Fruteira |
| <i>Pirus communis</i> L. | Pereira | Fruteira |
| <i>Prunus amygdalus</i> Batsch | Amendoeira | Fruteira |
| <i>Prunus armeniaca</i> L. | Damasqueiro | Fruteira |
| <i>Prunus avium</i> L. | Cerejeira | Fruteira |
| <i>Prunus domestica</i> L. | Ameixeira | Fruteira |
| <i>Prunus persica</i> (L.) Batsch | Pessegueiro | Fruteira |

No pomar os exemplares podem ser plantados alinhados, com espaçamento de cerca de 6 a 7 m entre linhas (ou ruas) por 3 a 5 m na linha. Para o bom desenvolvimento dos pomares, é necessário a avaliação da fertilidade do solo e nutrição das plantas, por meio de análises periódicas de amostras de solo e registro de níveis de produtividade. A manutenção passa por um conjunto de operações, que englobam:

- Redução da competição entre espécies pelo uso da água e de nutrientes, e os possíveis prejuízos à produção de frutos;

- Aumento dos nichos de ocorrência de inimigos naturais de pragas e doenças;
- Boas práticas de conservação do solo e da água.

A manutenção do pomar em bom estado fitossanitário, requer vigilância sistemática e efectiva ao aparecimento de problemas. Assim, amostragens ou inspecções periódicas devem ser efectuadas nas plantas para detecção de qualquer praga no início de seu ataque. Uma vez diagnosticado o problema, recomenda-se a procura de orientação técnica para tomada de medidas de controlo.

4.3 – A mata

O habitat de eleição para alguma fauna ibérica radica na circunstância das matas serem constituídas por unidades vegetais autóctones a que a fauna está desde há muito adaptada e onde encontram recursos alimentares diversificados e abundantes ao longo de todo o ano. Por outro lado, é ainda importante o facto destas matas ocuparem extensas regiões de forma relativamente contínua, associadas a actividades extensivas e com baixas densidades de presença humana.

Tal situação é verificada nas duas manchas de mata de diferentes características existentes na cerca do convento dos Capuchos de Sintra. Embora saia do âmbito do presente trabalho a análise da fauna local, a mata alberga muitas espécies animais com habitats associados a estes dois diferentes tipos de formações florestais. Quanto à flora, também ela riquíssima e nalguns casos já rara, é de destacar a existência de espécies aromáticas, medicinais e melíferas (lavanda, alecrim, alfazema, rosmaninho, tomilho, etc.), bem como uma grande variedade de cogumelos silvestres que desenvolvem importantes simbioses com as espécies autóctones.

Assim, e partindo da análise elaborada no estado de conservação da cerca conventual, verifica-se que as áreas de mata se encontram bem preservadas, em especial a mata de espécies autóctones. As acções a desenvolver nestes espaços, resumem-se a acções de conservação, donde se destaca:

- Limpeza anual de exóticas infestantes;
- Recuperação de caminhos e escadas com reposicionamento de algumas pedras (blocos de granito);
- Acessos facilitados a algumas minorias em pontos que apresentam maiores dificuldades pela existência de declives acentuados, com eventual recurso a estruturas construídas. Estas deverão ser objecto de projecto específico, dada a sua localização com especial cuidado nas soluções técnicas adoptadas;
- Sinalética com identificação de espécies autóctones, contribuindo desta forma para a promoção desta unidade vegetal.

De salientar o cuidado a ter em novas plantações, quando necessário, e “...a importância de plantar sempre que possível as nossas árvores espontâneas. De facto, elas dão-nos sempre melhor garantia de desenvolvimento e permanência porque é óptima a sua adaptação ao meio. Insiste-se na importância, universalmente reconhecida, da influência das formações climáticas, no ambiente em geral, em especial no clima e na fauna e portanto na fertilidade do solo.”¹⁴⁵ Tratam-se de ecossistemas florestais de vários extractos vegetais que quando “maduros” dever-se-ão sustentar a si próprios e providenciar inúmeros recursos materiais, educacionais, culturais, energéticos e económicos.

Embora se integre dentro do perímetro classificado como Património Mundial, a mata de vegetação autóctone que se encontra dentro da cerca conventual, bem como a sul da mesma em cotas superiores, pode ser considerada como um bem patrimonial cultural. A Convenção do Património Mundial define, no seu artigo 2, inserida como «património natural», a ideia que “...les formations géologiques et physiographiques et les zones strictement délimitées constituant l’habitat d’espèces animales et végétales menacées, qui ont une valeur universelle exceptionnelle du point de vue de la science ou

¹⁴⁵ CABRAL, Francisco Caldeira, RIBEIRO TELLES, Gonçalo, *ob. cit.*, p.53.

de la conservation”¹⁴⁶, ou mesmo “...*les sites naturels ou les zones naturelles strictement délimitées, qui ont une valeur universelle exceptionnelle du point de vue de la science, de la conservation ou de la beauté naturelle*”.¹⁴⁷

4.4 – Espaço de acolhimento

O local de acolhimento aos visitantes do convento deverá ser objecto de alteração, dado o primarismo decorativo da sua concepção. O projecto de arquitectura paisagista, a desenvolver, deverá ter em conta a ambiência, o espírito e a transcendência do lugar, promovendo uma melhor integração do visitante no local o que contraria o aspecto repulsivo da situação actual.

¹⁴⁶ *Orientations devant guider la mise en oeuvre de la Convention du Patrimoine Mondial*, Centre du Patrimoine Mondial de l'UNESCO, Paris, 2005, p. 14, disponível em www.international.icomos.org.

¹⁴⁷ *Idem, Ibidem*.

5 – MANUTENÇÃO E VALORIZAÇÃO

O uso deste monumento, ou diferentes usos, e a sua evolução através dos tempos, bem como dos que hão-de vir passa, obrigatoriamente pela percepção deste local excepcional, bem como pelo entendimento do que é a sua ambiência, desde a paisagem, a qualidade da luz, as cores, os sons e o silêncio, os odores, a repartição de volumes, de vegetação, de contrastes, da organização do espaço... envolve os sentidos, mas tem linguagem própria, repleta de referências históricas, sensoriais e até pessoais. As acções que visem uma perpetuação deste valor para as gerações vindouras terão que ter como premissa toda esta alquimia complexa de materialidades diversas e olhares múltiplos. É a estrutura sintética e complexa do espírito do lugar.

Qualquer medida de conservação realizada terá sempre um tempo de actuação efémero. A “vida útil” das acções realizadas é limitada e algo imprevisível.

A manutenção deste monumento passa, obrigatoriamente, por um processo de monitorização, ou seja, um conjunto de inspecções periódicas dos sistemas adoptados, entre outras:

- Limpeza periódica das superfícies com recurso a diferentes técnicas adaptadas em função das mesmas;
- Prevenção de ataques do tipo biológico sobre os materiais inertes, que passa pelo tratamento das superfícies com biocida e/ou herbicida de acção prolongada, bem como pelo tratamento com produtos que protejam as superfícies da entrada de água. Estes produtos deverão ser aplicados a intervalos regulares, uma vez que a sua estrutura química se altera, perdendo eficácia. Os intervalos de aplicação poderão variar de acordo com a exposição da superfícies e do seu estado de conservação, bem como do tipo e concentração de produto seleccionado;

- Como medida de prevenção e manutenção do granito, devem-se efectuar igualmente tratamentos superficiais de protecção, numa fase posterior à de recuperação, com o objectivo de proteger a pedra. Estes tratamentos têm uma duração limitada e por isto devem ser renovados periodicamente. Qualquer que seja a escolha dever-se-á ter em atenção a não impermeabilização da pedra, deixando-a ‘respirar’, permitindo algum grau de humidade no seu interior;
- Consolidações pontuais;
- Manutenção das juntas que inviabilizem entrada de água para a estrutura;
- Utilização de produtos acrílicos e silicones, por vezes misturados com fungicidas e bactericidas, como medida de protecção contra a colonização biológica. Todavia estes tratamentos exigem um ensaio em laboratório, antes de serem aplicados, dada a qualidade dos diversos produtos existentes no mercado e por terem como consequência uma possível mudança do aspecto de superfície com efeitos ópticos indesejáveis (brilho, mudança de tonalidade);
- Vigilância do sistema de cobertura, de forma a garantir a não infiltração de águas pluviais;
- Verificação periódica dos sistemas de drenagem, com respectiva limpeza;
- Manutenção do sistema hidráulico, com limpeza periódica de valetas, tanques, fontes e caixas de queda.

A monitorização poderá ser concretizada através da elaboração de registos periódicos das observações de rotina efectuadas, para que a informação esteja disponibilizada para futuras intervenções. Isto poderá conduzir, eventualmente, ao estabelecimento de funções de decaimento dos materiais. Esta avaliação cuidada e permanente será facilitada com o recurso a sistemas de informação. Trata-se de saber ‘trabalhar’ um conjunto de conhecimentos necessários para a manutenção e valorização de um bem patrimonial, relacionados com o armazenamento temporário ou permanente da informação. Actualmente recorre-se muito às chamadas tecnologias de informação

como forma de processar estes sistemas de informação. Nem toda a informação é boa, havendo a necessidade de avaliar a sua qualidade. A informação só é útil se houver fácil acesso a ela; a acessibilidade está ao alcance daqueles que podem obter a informação a tempo de ser usada com eficiência e no formato que a torne útil. O armazenamento electrónico torna a informação muito mais acessível. A recolha, selecção, tratamento e análise dos dados capazes de serem transformados em informação, pode apoiar os diferentes técnicos da equipa multidisciplinar nas tomadas de decisão dos vários níveis de intervenção. O próprio sistema de informação acrescenta valor à organização que tutela este monumento, uma vez que se pode relacionar com outros sistemas de informação externos criando mais-valias, com a necessária integração entre eles.

A utilização das novas tecnologias a favor da monitorização deste bem patrimonial, poderá implicar um conjunto de benefícios, entre eles: redução de custos de intervenção a médio e longo prazos; aumento da eficiência e da eficácia das acções de conservação e restauro; maior precisão das intervenções; redução do risco na tomada de decisão. Desta forma, consegue-se controlar de forma mais eficaz os processos de deterioração, em vez de reparar as suas consequências de uma maneira mais actuante e prejudicial.

Outra forma de assegurar a manutenção deste monumento, passa por um conjunto de acções de sensibilização e de educação. É fundamental sensibilizar as populações, em particular os munícipes e os turistas, para a preservação do património mundial e da existência de um estatuto que é particular e que contribui para a valorização da própria vila. A Carta de Cracóvia diz no seu preâmbulo a obrigação de “...*all those responsible for safeguarding cultural heritage to become increasingly attentive to the problems and choices they need to face in pursuing their objectives. Each community, by means of its collective memory and consciousness of its past, is responsible for the identification as well as the management of its heritage. This cannot be defined in a fixed way.*”¹⁴⁸ Nestas campanhas importa informar o público dos perigos que pairam sobre o património. Transmitir o espírito deste lugar, como gerador de uma tomada de consciência e de uma capacidade de desenvolvimento endógeno da população local, é um acto de valorização deste património.

¹⁴⁸ Carta de Cracóvia 2000, Carta adoptada pela Assembleia Geral do ICOMOS, 2000. Veja-se [www.international.icomos.org].

A elaboração de projectos promocionais e educativos sobre os bens em questão (vegetação, azulejaria, etc.), poderá ser acompanhada por organismos governamentais competentes e organizações consultivas. As acções educativas encorajam e colocam em marcha estas campanhas de sensibilização, através de um conjunto de actividades que contemplam materiais, jogos ou eventos culturais. Estas serão muito positivas, quando associadas a escolas e programas especiais vocacionadas para as diferentes faixas etárias.

As acções de intervenção nesta cerca conventual, implicam a necessidade dos projectos futuramente elaborados expressarem uma visão multidisciplinar, tornando-se em instrumentos de valorização e salvaguarda pelo monumento. No seu artigo 1 a Carta de Cracóvia diz *“The architectural, urban and landscape heritage, as well as artefacts, are the result of an identification with various associated moments in history and social-cultural context. The conservation of this heritage is our aim. Conservation can be realised by different types of interventions such as environmental control, maintenance, repair, restoration, renovation and rehabilitation. Any intervention implies decisions, selections and responsibilities related to the complete heritage, also to those parts that may not have a specific meaning today, but might have one in the future.”*¹⁴⁹ As intervenções exigem conhecimentos profundos das técnicas de construção tradicionais, aliadas às modernas soluções criteriosamente seleccionadas, de forma a garantir a durabilidade do conjunto.

O turismo será uma das mais importantes áreas de investimento do século XXI. Os monumentos, paisagens e sítios históricos, representam valores patrimoniais passíveis de serem fortemente valorizáveis pela vertente turística. São pontos de atracção e geram, à sua volta, recursos financeiros consideráveis em vários sectores. Quando este património apresenta um grande valor histórico aliado à existência de algumas fragilidades que comprometam a sua continuidade, implica uma responsabilidade acrescida na sua manutenção, gestão e divulgação por parte de quem o tutela. É igualmente responsável a equipa que é destinada para a sua recuperação e conservação, pois deverá prever situações futuras de visitas, mostrando-se, por isso, fundamental uma excelente monitorização. A gestão deste local baseia-se na sua

perfeita identificação e na sua própria valorização. Ao contrário, a perda da identidade, a banalização das acções ou a sobrelocação, podem levar à sua morte, seja pela perda de ambiência, da imagem ou da carga sensorial associada, perdendo-se o espírito do lugar, verdadeira alma do local. *“Landscapes as cultural heritage result from and reflect a prolonged interaction in different societies between man, nature, and the physical environment. They are testimony to the evolving relationship of communities, individuals and their environment. In this context their conservation, preservation and development focus on human and natural features, integrating material and intangible values. It is important to understand and respect the character of landscapes, and apply appropriate laws and norms to harmonize relevant territorial functions with essential values.”*¹⁵⁰

A *Convenção do Património Mundial* define, no seu artigo 1, a ideia de conjunto, inserida como «património cultural», referindo que são *“...groupes de constructions isolées ou réunies, qui, en raison de leur architecture, de leur unité, ou de leur intégration dans de paysage, ont une valeur universelle exceptionnelle du point de vue de l’histoire, de l’art ou de la science”*¹⁵¹. A cerca conventual do convento dos Capuchos de Sintra e suas cercanias pode ser considerada como património misto cultural e natural, uma vez que responde a uma parte ou ao conjunto das definições de património cultural e património natural constantes na *Convenção*. A conjugação com mata de espécies exóticas adjacentes à cerca remete para o conceito de «paisagem cultural», pois representa as *“...oeuvres conjuguées de l’homme et de la nature...”*¹⁵². Esta paisagem corresponde a um conjunto de bens culturais que *“...illustrent l’évolution de la société humaine et son établissement au cours du temps, sous l’influence des contraintes physiques et/ou des possibilites présentées par leur environnement naturel et des forces sociales, économiques et culturelles sucessives...”*¹⁵³ As acções e os seus resultados sustentam o processo de acumulação de conhecimentos. Esta acumulação torna possível uma maior transformação dos dados disponíveis em informação a ser usada, de forma a melhorar as intervenções futuras.

¹⁴⁹ *Ibidem.*

¹⁵⁰ *Ibidem*, artigo 9.

¹⁵¹ *Orientations devant guider la mise en oeuvre de la Convention du Patrimoine Mondial, op. cit., p.14.*

¹⁵² *Idem, Ibidem.*

Numa época de forte valorização do conceito de ‘desenvolvimento sustentável’, não pode um conjunto patrimonial como o do convento de Santa Cruz dos Capuchos, ficar à margem destas ideias. Ainda a Carta de Cracóvia no seu artigo 9 nos refere que “...*The integration of cultural landscape conservation, and the sustainable development of regions and localities with ecological activities, and the natural environment requires awareness and understanding of relationships over time.*”¹⁵⁴ A UNESCO declarou recentemente o período 2005-2015 como a década da educação para o desenvolvimento sustentável, de forma a promover:

- a continuidade da educação para o desenvolvimento sustentável nos vários níveis de ensino;
- o envolvimento de escolas e outros parceiros sociais locais, regionais e nacionais na formulação e implementação de programas educativos para o desenvolvimento sustentável complementares às actividades curriculares.

Embora possa parecer paradoxal, a preservação de determinados valores e ambiências ainda presentes neste conjunto, justifica medidas de conservação e restauro mantidas no tempo. É nossa responsabilidade a manutenção deste património para as gerações vindouras, como valor cultural.

¹⁵³ Idem, *Ibidem*, p.15.

¹⁵⁴ Carta de Cracóvia 2000, *ob. cit.*, artigo 9.

CONCLUSÕES

“Os jardins florescem em cada Primavera e quando abandonados morrem. Há que tomar atenção aos jardins da nossa memória e que constituem o nosso património cultural. Quando [recuperados]há o perigo de passarem a significar outras memórias de que não se lembram, se ao fazê-lo perdemos o seu sentido profundo e original. Um jardim é sempre um gesto íntimo de profunda poética. É assim fundamental dignificar com cuidado essas memórias históricas e culturais, sem as desvirtuarmos, para podermos legar aos vindouros uma tradição sem confusões e quanto possível autêntica.”

(Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal, p.305.)

Qualquer lugar escolhido e utilizado pelo homem, encontra-se intimamente relacionado, condicionado e dependente da sua localização. Há sempre que associar a envolvimento, o *genius loci* particular daquele lugar que lhe vai imprimir atributos próprios.

“Em Sintra, a Natureza foi sempre respeitada pela obra do Homem, não em consequência de uma atitude distante, mas sim de uma atitude cúmplice; (...) o Convento dos Capuchos (...) construção que aproveita os penedos e as grutas naturais para o seu intrínseco desenvolvimento arquitectónico.”¹⁵⁵

O Convento de Santa Cruz dos Capuchos, objecto de estudo do presente trabalho, encontra-se ligado ao carácter mítico e sagrado da Serra de Sintra. A sua preservação é a manutenção de um património ímpar, dada a sua especial simbologia e o seu significado histórico.

A exemplaridade deste património pelos seus valores arquitectónicos e paisagísticos excepcionais justifica que intervenções actuais ou futuras sejam realizadas com o recurso a uma análise cuidada do espaço e à acção de técnicos especializados. Um bom diagnóstico mostra-se essencial para se obter uma intervenção bem sucedida. Qualquer acção de conservação e reabilitação deste conjunto edificado e suas cercanias, implica um profundo conhecimento das suas características e do seu funcionamento

¹⁵⁵ RIBEIRO, José Cardim (Coord.), *ob.cit.*, p.259.

como um todo, de forma que se possam respeitar as características originais de construção, evitando choques prejudiciais à sua integridade. Todas as concepções que se façam da realidade são filtradas por premissas e postulados que constituem uma visão particular do monumento e embora pareçam ‘naturais’ a quem com elas desde sempre convive, todas elas são representações da realidade e não são a própria realidade.

A conservação de algumas estruturas com materiais tradicionais pode e deve passar pela utilização de produtos contemporâneos, que consigam resolver algumas fragilidades apresentadas pelos mesmos. É o caso da aplicação de produtos que tratam a madeira contra a humidade, o ataque de determinados organismos ou mesmo o aumento de resistência ao fogo, ou ainda a reparação de problemas de humidade por capilaridade mediante drenagem do terreno e colocação de tubos de drenagem, entre outros. As soluções adoptadas deverão ser reversíveis e compatíveis, sem provocarem o surgimento de novas patologias pelo recurso a materiais inadequados.

Neste local há a percepção clara de formar um conjunto que, dia a dia, década a década, século a século, se foi desenvolvendo numa cadeia simbólica que o sustentou enquanto espaço territorial. Desde muito cedo, encontrou o seu perímetro, as fronteiras que autonomizavam o seu espaço, teve ao longo dos séculos a sua história, construída com celebridade e com períodos de desalento. Os seus quase quatro séculos e meio de vida, estão consubstanciados no espaço de uma forma exemplar, com marcos que a par e passo nos traduzem o ritmo de uma vivência humana.

A necessidade urgente da utilização de metodologias de trabalho que divulguem este património e fomentem a formação no próprio património, revelam-se indispensáveis na forma de o preservar.

Face ao estado de conservação do conjunto torna-se necessário a sensibilização das populações com a correcta e pedagógica divulgação, interligada a um plano estratégico, levando a uma acção eficaz no indispensável processo de recuperação.

Por outro lado, o processo de recuperação do convento de Santa Cruz dos Capuchos, não será completo se não existir um conhecimento antecipado do uso, do destino que lhe será atribuído depois da intervenção. Se não houver de início uma função definida, uma utilidade, inicia o seu processo de degradação no dia em que a sua recuperação terminar.

A proposta apresentada de manutenção e valorização deste monumento passa por duas vertentes: a turística e a pedagógica. Em conjunto, ou separadamente, terão que apresentar uma nobreza e uma dignidade, que condigam com a sua importância arquitectónica e paisagística.

A aposta no turismo cultural é um dos pontos relevantes, dada a fragilidade do conjunto. A capacidade de carga para que este convento foi dimensionado, não é compatível com um número de visitantes que tende a aumentar anualmente, colocando sérios problemas à sua conservação. No entanto, fazer surgir no visitante uma consciência histórico-cultural, um respeito pelo monumento, pode ser a forma de minimizar o impacto negativo do turismo, tornando-se importante a colaboração num processo de alteração da mentalidade cultural.

A segunda vertente aposta na formação como arma de combate à degradação. A proposta de recuperação de espaços completamente votados ao abandono, como o caso das hortas e do pomar, só faz sentido numa perspectiva de continuidade do uso. A existência de projectos formativos na área da jardinagem, pode mostrar-se excelente solução para a recuperação e a manutenção destas áreas.

A importância da ligação estreita entre diferentes instituições poderá contribuir para, com a abrangência de um interesse nacional, poderem ser analisados os problemas que se põem quer na manutenção quer na recuperação deste património monumental. A defesa e a salvaguarda do património devem ser conseguidas pela divulgação dos seus bens, pela formação de técnicos que se dediquem à sua recuperação, pela força da existência de um plano estratégico, advogando uma necessidade de rentabilizarmos os valores patrimoniais que mostram a nossa história e a nossa cultura.

Como S. Francisco exclamou na hora da sua morte: “*Irmãos, comecemos porque até agora pouco ou nada fizemos*”.¹⁵⁶

¹⁵⁶ AZEVEDO, David de, «Experiência Humana de S. Francisco de Assis» in *O Franciscanismo em Portugal – Séculos XIII-XVI, ob. cit.*, p.43.

BIBLIOGRAFIA

Museu arqueológico de S. Miguel de Odrinhas

PIEADADE, Fr. António da, *Espelho de Penitentes, e Chronica da Província de Santa Maria da Arrábida da Regular, e mais Estreita Observância da Ordem do Seráfico Patriarcha S. Francisco, no Instituto Capucho*, Tomo Primeiro, Lisboa Occidental, na Officina de Joseph António da Sylva, Impressor da Academia Real. M.DCC.XXVIII.

Obras de referência

AA.VV., *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 40 volumes, 3ª edição, Editorial Enciclopédia Limitada, Lisboa, Rio de Janeiro, 1987.

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Portucalense Editora, Porto, 1967.

MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, 8 volumes, Ed. Círculo de Leitores, Lisboa, 1992.

PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, 3 volumes, Ed. Círculo de Leitores, Lisboa, 1995.

RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, Hermann, *Geografia de Portugal*, 4 volumes, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1988.

SERRÃO, Joaquim V., *História de Portugal*, 10 volumes, 2ª edição, Editorial Verbo, Lisboa, 1979.

Bibliografia geral

AA.VV., *Romantismo. Imagens de Portugal na Europa Romântica*, Ed. Instituto de Sintra, Sintra, 1998.

- AA.VV., *Segredos e virtudes das plantas medicinais*, Ed. Selecção do Reader's Digest, Lisboa, 1984.
- AA.VV., *Sintra Património*, Textos retirados do Dossier de Candidatura de Sintra a Património Mundial, s.e., s.l., 1992.
- AIRES-BARROS, Luís, *Alteração e Alterabilidade de Rochas*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1991
- AIRES-BARROS, Luís, *As rochas dos Monumentos Portugueses – Tipologias e Patologias*, 2 volumes, IPPAR, Lisboa, 2001.
- ALCOFORADO, Maria João, *O Clima da Região de Lisboa – Contrastes e Ritmos Térmicos*, Ed. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1993.
- ALVES, João Cruz (coord.), *Convento de Santa Cruz da Serra de Sintra – Plano Global de Reintegração – Programa Base*, Parques de Sintra – Monte da Lua, 2000.
- AZEVEDO, José Alfredo, «O Convento dos Capuchos», *Recantos e Espaços*, vol. II, Ed. Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1997, pp. 53-68.
- BARBOSA, Álvaro José, *Os Sete Montes de Tomar – Recuperação da Cerca do Convento de Cristo*, Col. “Pensar Arquitectura”, Ed. Caleidoscópio, s.l., 2003.
- BOLÉO, José, *Sintra e seu Termo*, 2ª edição, Ed. Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1973.
- CABRAL, Francisco Caldeira, *Fundamentos da arquitectura paisagista*, Ed. Instituto da Conservação da Natureza, Lisboa, 1993.
- CABRAL, Francisco Caldeira, RIBEIRO TELLES, Gonçalo, *A Árvore em Portugal*, Edição 541, Ed. Assírio & Alvim, Lisboa, 1999.
- CARAPINHA, Aurora da Conceição, *Da Essência do Jardim Português*, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, Évora, 1995.
- Carta Militar de Portugal*, Escala 1/25 000, Série M 888, folha 415 – Colares (Sintra), trabalho de campo de 1988, Edição 4, Serviço Cartográfico do Exército, s. l., 1991.

- Cartas e Convenções Internacionais – Património Arquitectónico e Arqueológico*, Col. “Informar para Proteger”, I.P.P.A.R., Lisboa, 1996.
- CARVALHO, A. M. Galopim de, *Geologia – Petrogénese e Orogénese*, Universidade Aberta, 1997.
- CASTEL-BRANCO, Cristina, CORREIA, Clara Pinto, FURTADO, José Afonso, *Os Quatro Rios do Paraíso*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1994.
- CASTEL-BRANCO, Maria Cristina, *O Lugar e o Significado – Os Jardins dos Vice-Reis*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista apresentada ao Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1992.
- COSTA, J. Botelho, *Estudo e Classificação das Rochas por Exame Macroscópico*, 6ª edição, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1985.
- ESTRELA, Edite, *Sintra, Nossa Terra, Nossa Gente*, Editorial Notícias, Lisboa, 1997.
- ESTRELA, Edite, SOARES, Maria Almira, LEITÃO, Maria José, *Saber Escrever uma Tese e outros Textos*, 3ª edição, Ed. D. Quixote, Lisboa, 2006.
- FARINHA, João Carlos (coord.), *Percursos, paisagens e habitats de Portugal*, Ed. Assírio e Alvim, Lisboa, 2000.
- FIGUEIREDO, Leonor, «Convento dos Capuchos votado ao abandono» in *Diário de Notícias*, Lisboa, 13 de Fevereiro de 1990.
- FRADA, João José, *Guia Prático para a Elaboração e Apresentação de Trabalhos Científicos*, Edições Microcosmos, Lisboa, 2000.
- GASPAR, Nuno Miguel, *O Convento dos Capuchos da Serra de Sintra – Percorso Histórico e Guia Interpretativo*, Cacém, VoxGo – Centro Editorial, Lda., 2005.
- Guia dos Percursos Pedonais de Sintra*, Gabinete de Turismo da Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1988.
- HENRIQUES, Fernando, *A conservação do património edificado*, LNEC, Lisboa, 1991.
- JUROMENHA, Visconde de, *Sintra Pinturesca, ou Memória Descritiva da Vila de Sintra, Colares e Seus Arredores*, Reimpressão Anastática da Edição Original (Original de 1838), Gabinete de estudos Históricos e Documentais, Câmara

- Municipal de Sintra, Sintra, 1989-1990.
- KNAPIC, Dragomir, *Geografia*, Plátano Editora, Lisboa, s.d.
- LOURENÇO, Paulo, OLIVEIRA, Daniel (tradutores), *Recomendações para a Análise, Conservação e Restauro Estrutural do Património Arquitectónico*, ICOMOS, International Council on Monuments and Sites, s.l., 2004 (polic.).
- MAGALHÃES, Manuela Raposo, *A arquitectura paisagista, morfologia e complexidade*, Editorial Estampa, Lisboa, 2001.
- MARGALHA, Maria Goreti, *O uso da cal nas argamassas tradicionais*, Arquivo de Beja – Série II – Vol. V, Associação de Municípios de Beja, Beja, s. d.
- MASCARENHAS, José Manuel., ABECASSIS, Maria Helena, JORGE, Virgolino Ferreira (eds.), *Hidráulica Monástica Medieval e Moderna. A Água no Convento da Arrábida*, Fundação Oriente, Lisboa, 1996.
- MATIAS, Susana, *O Espaço Conventual nas Ordens Mendicantes – O Convento de Nossa Senhora dos Mártires de Alvito*, Dissertação de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos, Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2001.
- MONTINHO, Mário, *A Arquitectura Popular em Portugal*, 2.^a edição, Imprensa Universitária Editorial e Estampa, Ld^a, Lisboa, 1979.
- MOTT, Luís, «Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu» in NOVAIS, Fernando (org.), *História da vida privada no Brasil*, vol. I, São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1984.
- NOVAIS, Fernando (org.), *História da Vida Privada no Brasil*, Vol. I, Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1984.
- O Franciscanismo em Portugal – Séculos XIII-XVI*, Actas I-II Seminário, Fundação Oriente, Convento da Arrábida, Setúbal, 1996.
- ODUM, Eugene P., *Fundamentos de Ecologia*, 4.^a edição, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1988.
- Orientations devant guider la mise en oeuvre de la Convention du Patrimoine Mondial*, Centre du Patrimoine Mondial de l'UNESCO, Paris, 2005, disponível em

- PENA, António, GOMES, Luís, CABRAL, José, *Sintra, um concelho ao Natural*, 2ª edição, Câmara Municipal de Sintra, Ed. Estorigraf, Lda., Sintra, 2001.
- PINA, Telmo, *Análise dos Sistemas Hidráulicos Antigos. Conventos de S. Paulo e dos Capuchos – Setúbal*, Relatório Final da Licenciatura em Arquitectura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1996.
- Restaurar e Preservar*, Munique, Ed. Instituto Goethe, s. d. (polic.).
- RIBEIRO TELLES, Gonçalo (coord.), *Plano Verde de Lisboa – Componente do Plano Director Municipal de Lisboa*, Edições Colibri, Lisboa, 1997.
- RIBEIRO TELLES, Gonçalo, *A paisagem do Futuro*, Doutoramento “Honoris causa” de Prof. Doutor Gonçalo Ribeiro Telles. Universidade de Évora, Évora, 1995.
- RIBEIRO, José Cardim (coord.), *Sintra, Património da Humanidade*, s.e., s.l., 1996.
- RODIL, João, *Serra, Luas e Literatura*, 2ª edição, Edições da Palavra e Câmara Municipal de Sintra, s.l., 2004.
- RODRIGO, Joaquim J., *O Parque Florestal de Monsanto*, Ed. Da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1952.
- RODRIGUES, J. Delgado, *Conservação de Monumentos. Aspectos Técnicos e Metodológicos e seu Enfoque na Conservação da Pedra*, XV Lição Manuel Rocha, Direcção da Sociedade Portuguesa de Geotecnia, Lisboa, 2000.
- SAMPAIO, Gonçalo, *Flora Portuguesa*, 4ª edição, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1990.
- SERRÃO, Vítor, *Sintra*, Col. Cidades e Vilas de Portugal, Editorial Presença, Lisboa, 1989.
- SILVA, A. Pinto da, «A Flora da Serra de Sintra», Separata da *Portugaliae, Acta Biológica*, Série B, vol. 15, s.e., Lisboa, 1991.
- SILVA, Cornélio, LUCKHURST, Gerald, *Sintra, A Paisagem e as Suas Quintas*, Col. O Espírito do Lugar, Ed. Inapa, s.l., 1989.
- SOUSA, Tude, *Mosteiro, Palácio e Parque da Pena na Serra de Sintra*, Ed. Sintra-Gráfica, Sintra, s.d.

TEIXEIRA, Gabriela de Barbosa, BELÉM, Margarida da Cunha, *Diálogos de edificação estudo de técnicas tradicionais de construção*, CRAT, Porto, 1998.

TIANO, Piero, *Problema Biologici nella Conservazione del Materiale Lapideo Esposto*, s. e., s. l., s. d. (polic.).

VOLAK, Jan, STODOLA, Jiri, *Plantas medicinais*, Editorial Império, s. l., 1990.

XAVIER, António Manuel, *Das Cercas dos Conventos Capuchos (da Provincia da Piedade)*, Relatório Final da Licenciatura em Arquitectura Paisagista, Universidade de Évora, Évora, 1998.

Documentos electrónicos

FRANCISCAN WEB PAGE, www.wtu.edu/franciscan

pt.wikipedia.org

www.francescanitor.org

www.igeoe.pt

www.international.icomos.org

www.monumentos.pt

www.newadvent.org

www.pbase.com/diasdosreis

www.virtual-net.pt